

Marcelo Badaró Mattos (organizador);
Márcia Maria Menendes Motta;
Sonia Regina Mendonça; Virgínia Fontes

HISTÓRIA PENSAR E FAZER

**Laboratório Dimensões da História
LDH - UFF**

Copyright © 1998 by Marcelo Badaró Mattos, Márcia Maria Menendes Motta, Sonia Regina Mendonça e Virgínia Fontes

Direitos desta edição reservados ao Laboratório Dimensões da História (LDH - UFF), Campus do Gragoatá, Bloco N, sala 215. Gragoatá, Niterói, RJ. Cep. 24210-350

Catálogo-na-fonte

M232h Mattos, Marcelo Badaró

História: pensar e fazer / Marcelo Badaró Mattos (org.). - Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

Inclui anexo

1. História - Teoria. 2- História - Metodologia. I. Mattos, Marcelo Badaró, 1966 - II. Título.

CDD - 901
CDU - 930.1

98-0001

OS AUTORES

Marcelo Badaró Mattos é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História pela UFF. É autor de diversos artigos em periódicos acadêmicos e capítulos em obras coletivas, sobre sindicalismo e história social urbana. Tem no prelo o livro *Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro - 1955/1988*, a ser publicado em 1998, pela editora Vício de Leitura.

Márcia Maria Menendes Motta é professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela Universidade de Campinas. É autora de diversos artigos e capítulos em obras coletivas, sobre conflitos de terra e movimentos sociais no campo no Brasil dos séculos XIX e XX. Organizou (em conjunto com Sônia Mendonça) o livro *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, EdUFF, 1998.

Sonia Regina Mendonça é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela USP. É autora de diversos livros e inúmeros artigos e capítulos em obras coletivas, sobre a História do Brasil no período republicano. Entre suas obras publicadas estão *O ruralismo brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997; *A industrialização brasileira*. São Paulo, Moderna, 1995 e *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

Virgínia Fontes é professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Filosofia Política pela Universidade de Paris X. É autora de dezenas de artigos e capítulos em obras coletivas, sobre teoria da História e História brasileira contemporânea. Publicou (em co-autoria com Sônia Mendonça) *História do Brasil recente*. São Paulo, Ática, 1988.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Este livro foi impresso com o apoio da CAPES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO,	7
CAPÍTULO 1	
ESTADO E SOCIEDADE,	13
<i>Sonia Regina Mendonça</i>	
CAPÍTULO 2	
HISTÓRIA E CONFLITO	33
<i>Virgínia Fontes</i>	
CAPÍTULO 3	
CLASSES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES	53
<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	
CAPÍTULO 4	
HISTÓRIA E MEMÓRIAS	73
<i>Márcia Maria Menendes Motta</i>	
CAPÍTULO 5	
PESQUISA E ENSINO	91
<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	
ANEXO	
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Este livro se destina a um público de profissionais em formação. Em especial, se dirige a estudantes de graduação e de Pós-Graduação que se propõem a enfrentar os desafios do trabalho do historiador, aqui entendido enquanto professor e pesquisador. Trata-se, portanto, de um livro de introdução, em muitos aspectos próximo de um manual, exceto pela ausência da pretensão de ditar regras canônicas e formas “corretas”. O objetivo dos autores é apresentar possibilidades de trabalho, pautadas em suas próprias experiências profissionais na área.

Diante da existência de diversos trabalhos com propósitos introdutórios semelhantes, cabe então justificar o que moveu os autores a proporem um novo livro. Como toda reflexão em História, esta obra é fruto das preocupações de seu tempo. Assim, se muitos dos trabalhos de Introdução à História foram importantes (inclusive para as reflexões que aqui desenvolvemos), há diversas questões atuais do trabalho do historiador que neles não puderam ser discutidas, pela sua inexistência ou insipiência, quando da época em que foram elaborados.

Indo além, mas ainda no terreno do que é comum a toda obra de História, este livro é também uma tomada de partido dos autores, uma defesa de pressupostos e concepções de História que, como todos os demais, estão longe de alcançarem o consenso. Assim, propomo-nos a introduzir discussões pertinentes ao universo do historiador de uma forma diferente das que, acreditamos, têm sido mais recorrentes nos trabalhos acadêmicos na área.

Cabe, então, explicitar os princípios que, além de unificarem os vários textos deste livro, aglutinam os historiadores que os escreveram. O primeiro deles é o do compromisso com uma História total. A expressão, que nos anos 50 e 60 chegou a ser uma quase unanimidade entre as visões de História mais influentes, passou a ser tomada por muitos, nas décadas seguintes, como uma pretensão descabida. Havia razões para uma crítica severa, pois a idéia de uma História total justificou, em muitos casos, abordagens reducionistas, tais como as do economicismo do marxismo-leninismo na vulgata de Stálin, que defendia a redução de toda história da humanidade a um esquema de sucessão de modos de produção, tomados como estruturas estáticas, aplicáveis a qualquer formação histórica. Em contrapartida, se a crítica ao reducionismo era justa, a total fragmentação dos estudos que a ela se seguiu não parece ter conduzido a disciplina a caminhos mais seguros.

Do ponto de vista deste livro, a pertinência dos outros temas e novas abordagens que se multiplicaram no trabalho do historiador é proporcional à preocupação com a relação entre estes objetos específicos de estudo e as sociedades mais amplas em que se inserem. Nada a opor à escolha de novos temas para a pesquisa histórica, até porque, como ciência inscrita em seu tempo, a História responde às demandas sociais de sua época ao formular seus temas e problemas. O problema reside, a nosso ver, em isolar esses temas, descolando-os de um contexto maior de condicionantes de natureza diversificada que com eles se relacionam em um determinado processo histórico.

A consagração da expressão “história em migalhas”, entre os críticos de uma história que se faz fragmentada em temas micro, analisados isoladamente, denota uma certa reação nos balanços historiográficos mais recentes¹. Há, entretanto, alguma distância entre o diagnóstico dos problemas nos balanços da disciplina e os vícios que uma história fragmentada tem deixado nos trabalhos dos historiadores.

Paralelamente à fragmentação das preocupações do historiador, desenvolveu-se uma linha de argumentação sobre a natureza da produção histórica, que tende a equipará-la a qualquer outra narrativa sobre os acontecimentos do passado, como que a confundir-se com um gênero literário. O estabelecimento de uma identidade (ou cumplicidade) entre a narrativa do historiador e seus leitores seria o único critério de validade relativa do trabalho histórico, conduzindo a reflexão ao puro subjetivismo².

Do nosso ponto de vista, a História contém sim, em especial nas possibilidades de exposição dos estudos na forma de textos, muitos pontos que a aproximam de outros gêneros da escrita literária. No entanto, diante dos compromissos com as evidências, em função do norte teórico

¹ A expressão foi popularizada por Dosse, François. *História em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo, Ensaio, 1992. A expressão tem sido largamente utilizada entre nós, embora as críticas contundentes à “Nova História” já fossem anteriores à circulação do trabalho de Dosse no Brasil. O melhor exemplo de crítico da postura dominante entre os historiadores franceses pós-68 é Cardoso, Ciro F. S. do qual citamos as reflexões mais recentes de “História e paradigmas rivais”. In Cardoso, Ciro e Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

² A referência clássica desse raciocínio é Weber, Max. *Economia y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

e pelos rigores do método com os quais se preocupam, os historiadores se distanciam muito dos ficcionistas quando escrevem sobre as sociedades. Há, nesse sentido preciso, um compromisso com a verdade nos trabalhos de História, que o relativismo pós-modernista não deve por a perder. O grau de relativismo necessário ao trabalho do historiador, ciente da diversidade no tempo e no espaço das formas de vida social, que costumamos tratar por historicismo - em oposição ao anacronismo - não deve ser elástico o suficiente para gerar um abandono do princípio da preocupação com as evidências. No limite, o relativismo extremado pode levar à aceitação de teses extremamente perigosas. Afinal, são também relativistas as teses do revisionismo nazista, que defendem que os campos de concentração e o extermínio em massa são exageros ou fantasias³. Empenhar-se com a busca criteriosa da objetividade na análise histórica - não satisfeita com a simples construção de narrativas convincentes - ciente dos riscos e buscando evitar os perigos de uma absolutização das interpretações que constrói, constitui, portanto, parte de um compromisso social ao qual o historiador não pode renunciar.

A explicitação desse compromisso social é outro dos princípios unificadores dos textos que compõem este livro. A defesa acima esboçada de um rigor teórico e metodológico e de um esforço para confrontar as evidências com as versões não deve ser confundida com a imagem de neutralidade do historiador diante das dinâmicas e conflitos da sociedade de seu tempo. Toda história é sempre uma análise da sociedade no tempo vinculada (explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente) a um projeto social⁴. Este é um livro que assume um olhar crítico sobre a natureza desigual das sociedades capitalistas e explicita um compromisso com os projetos de transformação social. Um compromisso que está longe de justificar possíveis deficiências de análise por critérios políticos de adesão às boas causas. Muito pelo contrário, para os movimentos e atores coletivos engajados na construção de uma

³ A esse respeito ver Hobsbawm, Eric. *On History*. New York, The New Press, 1997, p.275. Ver também Bédarida, François. “As responsabilidades do historiador *expert*”. In Julia, Dominique & Boutier, Jean (orgs.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, EdFGV/EdUFRJ, 1998, pp. 146 e ss.

⁴ Fontana, Josep. *Historia. Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Crítica, 1982.

sociedade mais justa, a História é um combustível fundamental, mas só lhes/nos será útil uma História crítica em relação às visões conservadoras e crítica de seus próprios limites, que se exige teórica e metodologicamente consistente.

As pontes entre objetos, métodos de análise, projetos e compromissos sociais, não se constroem sem um forte cimento teórico. A capacidade de generalização de uma história que se proponha total depende do manejo seguro de conceitos e aportes teóricos. Paralelamente à disseminação da fragmentação da produção do conhecimento histórico e ao avanço do relativismo absoluto, ocorreu um recuo da reflexão teórica entre os historiadores. A crítica, justificada, a modelos teóricos idealistas e deterministas, que se propunham cientificamente infalíveis e se impunham como camisas de força às evidências empíricas (desdenhosamente tratando por empirismo toda crítica aos modelos calcada em evidências históricas), deu lugar a um injustificável menosprezo pela teorização. Para alguns, o uso de técnicas de pesquisa sofisticadas ou o manejo original de novas fontes bastam para atribuir roupagem de erudição acadêmica a trabalhos onde os conceitos são evitados e o máximo de teoria que se aceita restringe-se a algumas referências bibliográficas canônicas, em notas de rodapé.

A proposta de revalorizar a discussão teórico-conceitual, essencial para o ofício do historiador, é outro dos fios condutores comuns aos vários ensaios que compõem este livro. Por isso mesmo, ao invés de sumariamente comentar a trajetória da História como disciplina acadêmica, expondo as diversas linhas de rumo da historiografia numa retrospectiva linear, optamos por compor os quatro primeiros capítulos do trabalho com textos de discussão conceitual. Não se apresentam, nesses textos, grandes modelos teóricos que a tudo respondem, nem matrizes explicativas de validade universal. Exploram-se as possibilidades de alguns conceitos-chave para a reflexão histórica, tratando, aí sim - na discussão dos conceitos - das matrizes teóricas e linhas historiográficas a eles relacionadas. Para evitar uma abstração excessiva, os textos se propõem a discutir não apenas o debate conceitual em si, mas também a forma de operacionalização dos conceitos na prática do trabalho do historiador. As características diferenciadas de formação e as experiências diversificadas de pesquisa e ensino dos que escreveram este livro condicionaram as escolhas sobre os conceitos a abordar, garantindo a diversidade de categorias discutidas, embora reconhecidos os limites de sua aplicação.

Estado, poder, classes, conflitos, memória, nação, são noções e conceitos que instrumentalizam a análise de diversos campos da produção histórica - do econômico social à história cultural, passando pela história política - mas não os tomamos aqui enquanto capazes de responder a todos os campos ou preocupações teóricas do historiador. A validade da discussão estará garantida muito mais pelos exemplos de possibilidades da reflexão teórica e de sua pertinência para o trabalho em História, do que por esforços de aplicar tais conceitos de forma pouco crítica a qualquer pesquisa específica.

Duas outras preocupações conexas completam o leque das propostas unificadoras dos esforços dos autores deste livro. Uma delas diz respeito ao tom de síntese didática, mas não simplista, da exposição. Rigor conceitual não tem que ser sinônimo de aridez na exposição, nem tampouco a busca da consistência metodológica rima necessariamente com excessos de formalidade na escrita. A outra preocupação deriva da convicção, já explicitada no primeiro parágrafo desta introdução, da indissociabilidade entre as funções de professor e de pesquisador na formação e no trabalho do historiador. Razão pela qual acreditamos também que o tom correto de didatismo na exposição não deve ser preocupação apenas de um trabalho de introdução, como este, mas de toda a produção escrita de um pesquisador que se propõe a ensinar. Daí porque o último capítulo do livro se dedique a explicar, de forma objetiva, caminhos da pesquisa e do ensino de História. Com o mesmo objetivo, montou-se um anexo, com indicações de obras de referência, periódicos, instituições de pesquisa e outros procedimentos introdutórios ao trabalho do historiador (pesquisador/professor).

Sem pretender dar lições e evitando "receitas de bolo", este livro cumprirá seu papel se puder despertar a atenção de seus leitores para os problemas da História, socializando experiências e reflexões distintas de quatro pesquisadores, que somam esforços para transformar em texto sua paixão pelo ofício.

Niterói, maio de 1998

Os autores

CAPÍTULO 1
ESTADO E SOCIEDADE

Sonia Regina Mendonça

DA TEORIA (I)

Inúmeras são as matrizes de pensamento que informam o conceito de Estado, conquanto, em nosso senso comum, costumemos identificá-lo ora a uma determinada agência burocrática, ora a uma figura de proa da administração pública. Em verdade, tais identificações nada mais são do que a reificação ou "coisificação" do próprio conceito de Estado, fruto de uma série de operações teóricas subjacentes e implícitas, que não nos permitem compreendê-lo ou sequer entender no que ele, de fato, consiste, em sua dinâmica mais profunda.

O pensamento político e social contemporâneo é caudatário desse tipo de simplificação a qual, por mais incrível que possa parecer, tem suas raízes ainda ancoradas em pleno século XVIII, quando foi construída e difundida uma das mais tradicionais e importantes matrizes conceituais do que seria o Estado. A esta matriz chamamos de jusnaturalista¹. Como o próprio nome já o demonstra, a idéia de Estado derivada dessa matriz parte de dois princípios-chave: a) que o estudo do Estado deriva do estudo do Direito - naquela época também confundido com a Moral ou Ética -, em particular do direito público (Jus); b) que este Direito, do qual emergiria o Estado, pertencia - como aliás todos os demais fenômenos sociais de então - ao domínio da Natureza.

Essa matriz de pensamento, cujos desdobramentos perduram, como veremos, até nossos dias, tinha sua própria lógica ou historicidade. Afinal, naquele momento do processo histórico, grandes pensadores como Espinoza, Hobbes, Locke ou Rousseau chocavam-se com a grande potência intelectual do período: a Igreja Católica e sua idéia de um Direito divino, cuja origem e fim repousavam em Deus e em sua transcendência. Dentro dessa visão, cabia ao homem um papel bastante diminuto para combater os desígnios de tão poderosa entidade, cujo interprete, real e legítimo, em matéria de conhecimento, era a própria Igreja.

Neste sentido, os teóricos da matriz jusnaturalista de Estado representaram um significativo avanço no pensamento político ocidental: o homem, além de centro do universo, tornava-se responsável por suas ações e modos de viver.

¹ A este respeito ver BOBBIO, Norberto & BOVERO. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. SP, Brasiliense, 1987.

Transplantando tais princípios para a órbita da construção de uma dada noção de Estado, é importante, no entanto, verificar como operava o modelo em foco, uma vez que sua crítica, como veremos adiante, daria origem a uma outra matriz de pensamento, a matriz marxiana, que superará, em muito, esta que teve seu apogeu entre os séculos XVII e XIX.

Antes de mais nada, é preciso entender que os jusnaturalistas buscavam transformar as ciências do homem em algo tão rigoroso e passível de comprovação quanto as ciências exatas, tomando a Matemática como seu paradigma. Era preciso, pois, segundo eles, a busca de leis, leis que, tal como no domínio da química ou da biologia, garantiriam a repetição comprovada dos fatos e das condutas humanos. O problema de tal procedimento residia no fato de os teóricos do jusnaturalismo buscarem estabelecer leis universais a partir de uma definição peculiar da natureza humana, considerada como verificável em toda e qualquer época histórica, assim como em todo e qualquer espaço geográfico.

Se o que se procurava era o estabelecimento de leis universais, ao menos uma operação esteve implícita no modelo em questão: a "impossibilidade" da História, posto que somente para além dela poderiam acontecer tais "leis universais da conduta humana". O "estado de natureza", considerado como "lei universal da conduta humana", conduziria, necessariamente, ao Estado (exceção feita, obviamente, aos povos bárbaros, com relação aos quais pairava a dúvida sobre sua integral "humanidade"). Logo, o maior e mais fundamental problema da concepção de Estado - e de Sociedade, por certo - gestada pelos jusnaturalistas residia em seu caráter a-histórico, estando, assim, a um passo da naturalização da própria noção de Estado.²

No domínio específico do Estado, os jusnaturalistas tinham como ponto de partida a idéia do **contrato social**. Ou seja, somente a partir dele, se fundaria o Estado. Para que tal ocorresse, classificavam os homens em duas modalidades - ou **estados** - de vida: ou eles viviam em "estado (ou sociedade) de natureza" ou viviam em "estado (ou sociedade) civil", sendo esta segunda forma, a mais "civilizada" e "progressista", uma vez que já pressupunha o contrato social. Vejamos as características de ambos os **estados**.

² A este respeito ver BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. SP, Papirus, 1996.

Por “estado de natureza” - ainda que com inúmeras variações entre si - os teóricos do jusnaturalismo entendiam um modo de vida a-social, onde os homens viviam em permanente barbárie e guerra, obedecendo tão somente a seus apetites INDIVIDUAIS, seus desejos, seus instintos, enfim, tudo o que de “pior” a natureza humana possuía³. Claro está que, no estado de natureza, o homem - “lobo do próprio homem” segundo alguns desses pensadores - estaria fadado ao extermínio, pois as lutas freqüentes entre as individualidades múltiplas, com distintos desejos e interesses, levariam ao fim da própria espécie. Tratava-se, portanto, de um estado a-político e nocivo, onde o convívio social sequer seria possível. Se esta era uma regra universal da conduta humana, algo deveria ser feito para impedir a autodestruição dos homens.

Este “algo”, já que a ação divina não se colocava no horizonte dos teóricos jusnaturalistas, seria a “lei”, derivada do contrato social. Ou seja, um dado agrupamento de homens, decidiria, num dado momento, pôr fim a este modo (ou estado) de vida e, para tanto, todos deveriam abrir mão de suas prerrogativas e direitos individuais em nome de um terceiro - o Soberano - que fosse capaz de frear as conseqüências funestas do “autogoverno”. Esta seria a explicação para a origem do chamado “estado (ou sociedade) civil”, que vem do latim *civilitas* - civilização - ou mesmo *civitas* - cidadão.

Logo, o verdadeiro estado político, onde os homens seriam tanto civilizados, quanto cidadãos, seria o “estado (ou sociedade) civil” ou Estado, pura e simplesmente. A partir daí, a lei, oriunda do governante, passaria a regular a todos do mesmo modo, supostamente imparcial e acima dos interesses individualistas que prevaleceram até a decisão do contrato social. De igual modo, fica claro que a **identificação entre governante e Estado** tornou-se uma constante, assumindo ele próprio a

³ Sabemos que profundas diferenças separavam muitos dos filósofos aqui citados, sendo alguns deles, até mesmo, conflitantes entre si quanto a alguns aspectos da questão. No entanto, se estamos pensando em tratar de idéias-força que configuraram um dado modelo ou matriz de pensamento, cremos, tal como BOBBIO e BOVERO, op. cit., ser lícita sua aproximação. Talvez um dos pontos onde tais discordâncias mais se explicitam seja aquele que se refere ao “estado de natureza”, mormente no que diz respeito a seu caráter pacífico ou beligerante, ou ainda, ao caráter intrínseca e naturalmente bom ou mau do próprio homem. Dentre os jusnaturalistas que mais defendiam a “bondade natural” do homem, além de uma certa “positividade” do “estado de natureza” destaca-se a figura de Rousseau.

encarnação do Estado, o que é bem próximo do que mencionamos na abertura do texto.

Alguns problemas, no entanto, são colocados por esta explicação da origem do Estado. Em primeiro lugar, vê-se que a idéia da sociedade (ou estado) civil, aí veiculada, criava uma sociabilidade que somente era concebida do ponto de vista **político**, isto é: ou existiria um soberano e um *pactum societatis*, ou os homens não seriam beneficiários do **poder** protetor e universal da **lei** e do **governante**. Isto significa dizer que, o Estado e o Governo tornaram-se **naturalmente** sinônimos, o que não é de todo correto, como o veremos.

Em segundo lugar, impôs-se uma visão do Estado enquanto **somatório** de direitos individuais (“naturais”) dos quais se abriu mão, em nome da superação da sociedade ou estado de natureza, resultando numa visão do Estado enquanto individualidade (entidade) diversa do conjunto de individualidades que lhe deu origem.

Por fim, e talvez seja esta a mais grave herança que nos foi legada pela matriz jusnaturalista de concepção do Estado, tem-se que o Estado é um **estado sujeito**, ou seja, entidade ativa, que “paira” acima da sociedade e dos homens, dotada de vontade própria, de iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos sociais distintos e, por isso mesmo, com total poder de (co)mando sobre a sociedade. Refletindo um pouco mais detidamente sobre o assunto, vemos que a visão de Estado ainda em vigor, guarda esta característica, o que torna a sociedade **naturalmente** impotente e **totalmente** submissa aos **desígnios** do Estado.

DA TEORIA (II)

O século XIX viu nascer, logo em seus primórdios, com Hegel, a crítica desta concepção tão duradoura de Estado. Seus adversários discordavam, justamente, do caráter a-histórico do mesmo, bem como da idéia de um suposto “contrato social”, que transferira ao governante **todos os poderes sobre a sociedade**. A essas críticas agregava-se uma outra: a do modo **estritamente individualista de conceber-se o Estado**. Seria com a matriz marxiana⁴ que a ruptura com tal modelo se completaria.

⁴ Usa-se aqui a expressão “marxiana” - e não “marxista” - posto estar-se referindo às noções e conceitos desenvolvidos pelo próprio Karl Marx, e não por seus seguidores os quais, muitas vezes, atribuem-lhe idéias que não foram originalmente de sua autoria.

Antes de irmos adiante, cabe esclarecer que a nova matriz também opera com uma dualidade de conceitos: não mais sociedade de natureza *versus* sociedade civil, mais sim sociedade civil e sociedade política. Isto, no entanto, não resultou na mesma visão do Estado. É importante notar que se introduziu um outro termo como binômio: a “**sociedade política**” no lugar da antiga “sociedade civil”. Longe de ser mero formalismo, essa alteração atinge o cerne do modelo jusnaturalista, uma vez que se separa, com clareza, uma esfera propriamente **política**, da esfera **civil**, demonstrando, de uma forma ou de outra, algo peculiar: o homem, no modelo marxiano, jamais teria vivido historicamente um “estado de natureza” e, mais que isso, que a **sociabilidade humana não se esgota** somente - tal como o modelo anterior o estipulava - no âmbito do puramente político.

Para chegar a tal mudança, é bom compreendermos as premissas da matriz marxiana. Em primeiro lugar, sua ótica não parte dos indivíduos, nem sequer da sociedade enquanto somatório de individualidades. Se há **natureza** no homem, ela é **social** e, portanto, passível de transformação. Os homens têm uma sociabilidade própria que lhes é dada, em cada momento da história, pelo **lugar que ocupam no processo de produção e de trabalho**. Alguns, neste caso, são proprietários dos meios de produzir e fazer trabalhar, enquanto outros, não. Os não proprietários, por sua vez, exercem distintas funções no processo produtivo, podendo ser operários, lavradores, etc., etc. Em suma, o que a matriz marxiana apresenta é uma **visão histórica e classista** da sociedade e dos homens. Estes pertencem sempre a uma classe social, por sua posição face aos meios de produção, não existindo, em tempo algum, individualidades soberanas em “estado de natureza”, quer este seja concebido como estado “de guerra” ou de qualquer outra forma.

Ora, mas então, qual a origem do Estado para este modelo? Ela residiria, justamente, na **emergência da propriedade privada** ou seja, no momento em que um dado **grupo social apropriou-se** privadamente, daquilo que era de todos, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho. O Estado, nessa perspectiva, teria sua origem na necessidade de determinados grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, as quais garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela.

Marx secundariza os termos de sociedade civil e política, introduzindo outra tipologia: a infra-estrutura - o âmbito da produção e da organização dos homens junto a ela - e a superestrutura - correspondendo tanto ao domínio do Estado propriamente dito - com suas agências ou aparatos de repressão e coerção, em princípio, ao trabalho -, quanto à ideologia e suas formas de representação. O Estado nada teria, pois, de natural, sendo socialmente explicável, dentro de uma perspectiva estritamente histórica.

A concepção do Estado como representante das classes dominantes (proprietários de todo tipo) gerou várias correntes no interior do marxismo, muitas das quais o consideraram - e ainda consideram - de forma mecânica: a isto chamamos de determinismo do econômico sobre o político, o social e o ideológico. Gestava-se, assim, como uma variante do modelo marxiano, uma visão do **Estado objeto**, ou seja, que existiria para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado tanto na violência, quanto no “engodo” ideológico.

Conquanto partindo de uma matriz histórica e sociologicamente mais consistente e coerente que a matriz jusnaturalista - posto retirar do domínio da Natureza a origem do Estado, recolocando-a no âmbito das relações sociais entre os próprios homens - a “vulgata” marxista, em função dos inúmeros pensadores que a abraçaram e “desenvolveram”, resultou também num problema: a ênfase excessiva no caráter do Estado enquanto **objeto** dos grupos ou frações da **classe proprietária**, perdendo-se, exatamente, a dimensão de complexidade das relações sociais e estabelecendo-se uma ligação imediata e direta entre proprietários e Estado.

As grandes transformações sociais e políticas ocorridas em pleno século XX permitiram que, dos domínios do próprio marxismo, surgissem outras análises sobre o Estado, notadamente aquela produzida pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Para ele, a grande questão norteadora de suas reflexões residia, justamente, na definição do caráter do Estado Ocidental contemporâneo e na complexidade de suas determinações, criticando o que ele mesmo chamava de uma visão “economicista” ou “mecanicista”⁵.

O Estado, para Gramsci, não é nem **sujeito** - algo a pairar, incontestemente, acima da sociedade -, nem **objeto** - como propunham algumas leituras

⁵ Para maiores informações, consultar GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da História*. RJ, Civilização Brasileira. 9a. ed., RJ, Civilização Brasileira, 1991.

marxistas economicistas -, mas sim uma **Relação Social**, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Nesta nova ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, **em si mesmo**, os conflitos vigentes na formação social.

Gramsci recupera os conceitos de **sociedade civil** e **sociedade política**. Porém ele as redefine e ao redefini-las, recria um conceito de Estado, que se costuma chamar de **Estado ampliado**, uma vez que, para o pensador italiano, não é possível trabalhar com uma lógica dual para entender o Estado capitalista do século XX. Para compreender o Estado enquanto uma **relação** é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** - que, tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificada e falando; b) a **sociedade civil** - conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia ⁶ e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** - ou "Estado em sentido restrito", identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito.⁷ O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente.

Mas por que motivo o pensador italiano teria chegado a essa nova visão de Estado? Primeiramente, há que se ter em conta que a conjuntura histórica em que ele viveu é bem distinta daquela do marxismo do século XIX, tendo Gramsci presenciado mudanças no capitalismo que Marx não poderia ter vivenciado. Além disso, Gramsci sofreu uma experiência indelével: a ascensão do fascismo na Itália e, o que seria mais dramático para ele, com a aprovação das classes subalternas italianas, sobretudo os camponeses, verdadeiros "adoradores" de Mussolini.

Foi partindo desta perplexidade e para tentar respondê-la, que Gramsci teorizou sobre as peculiaridades do Estado no capitalismo oci-

⁶ Cabe esclarecer que a noção de **privado**, neste caso, não se constitui por oposição a **público**, porém remetendo ao tema da **adesão voluntária**.

⁷ A esse respeito ver GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5a. ed., RJ, Civilização Brasileira, 1984.

dental, chegando às conclusões acima sumariadas. O que não foi ainda explicitado é o caminho através do qual o autor as atingiu, caminho bastante singular e altamente inovador, permitindo uma explicação do Estado ocidental em qualquer de suas manifestações. Gramsci percebeu, diversamente de um marxismo mecanicista, que o Estado, além de não poder ser visto como objeto, igualmente não pode ser percebido nem como pura coerção ou violência, nem como pura ocultação ideológica, ambos agindo em prol da manutenção das classes proprietárias. Se assim o fosse, diria ele, seria inexplicável que os mais oprimidos e despossuídos da Itália venerassem um ditador. O Estado - integrado pela sociedade civil e pela sociedade política - tem uma **outra dimensão**, para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão é, para Gramsci, a **cultura**.

E cultura para Gramsci não é a erudição dos sábios, mas o **conjunto das visões de mundo** - valores, crenças e auto-percepções de seu lugar na sociedade - desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de **hegemonia**, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada. Para tanto é fundamental o papel do Estado em seu sentido restrito.

Assim, o que é peculiar ao Estado contemporâneo, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um **espaço de consenso** e não só de violência, sendo o consenso - ou consentimento - obtido, para Gramsci, através dos **aparelhos privados de hegemonia**, bem como através da **ação do Estado restrito**, que busca promover e generalizar a visão da fração de classe hegemônica. Logo, a política e o Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política, tipicamente relacionadas com a violência - como o Exército, por exemplo -, são responsáveis, para Gramsci, pela difusão de uma dada cultura.

A transformação social e do Estado, nas sociedades ocidentais, só pode ser obtida, para Gramsci, a partir da multiplicação dos aparelhos da sociedade civil - ou seja, das visões de mundo (ou vontades coletivas) organizadas - que disputam entre si, todo o tempo, a imposição de uma

cultura ou projeto contra-hegemônico, visando tornar-se hegemônico. Mas, para tanto, é indispensável que o grupo organizado neste ou naquele aparelho privado de hegemonia - e aqui é de fundamental importância a figura do **intelectual** em Gramsci⁸ - pressione para inserir alguns de seus representantes ou projetos junto à sociedade política ou Estado restrito. Vê-se, pois, que a idéia do Estado como uma relação, além de altamente dinâmica e enriquecedora para a compreensão do papel do Estado na atualidade, é coerente com o jogo de conflitos que, o tempo todo atravessa a sociedade e, por extensão, o Estado.

Pensar o Estado gramscianamente, é pensá-lo sempre a partir de uma dupla questão: as formas dominantes na produção (classes e frações de classe) se constituem e se consolidam através de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que em todo aparelho ou órgão público, estão presentes, sempre, projetos ou atores sociais vinculados a alguma(s) agência(s) da sociedade civil. Uma delas, certamente, possui papel hegemônico junto ao dado organismo, porém outras também lá se fazem presentes, através de seus representantes ou intelectuais.

Cabe a cada um de nós, verificar quem são esses grupos ou agentes sociais, a que classes ou frações estão vinculados e o que estão disputando, junto a cada órgão público, lembrando que Sociedade civil e Sociedade política encontram-se em permanente conflito/interrelação. Para pensar o Estado no Brasil, portanto, torna-se essencial verificar, em cada momento histórico, o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, analisar como as formas próprias de organização da sociedade articulam-se **no e pelo** Estado, através da presença de seus agentes e interesses.

Assim, para analisar o caso do Brasil, é preciso ir além da suposição corrente de que o Ministério da Fazenda identifique-se a um Ministério, ou que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses destes grupos? Quais os demais grupos da sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível

⁸ O intelectual, para Gramsci, longe está de ser o detentor do saber erudito ou diletante. O intelectual é, para o autor, o "persuasor permanente", o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na práxis o âmbito de sua ação de construir a "vontade coletiva organizada". Para maiores detalhes, ver GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. RJ, Civilização Brasileira, 1987.

explicar o porque de determinada política pública e não outra; ou ainda o porque de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos.

A análise histórica da relação entre Estado e Sociedade exige, assim, uma questão primordial: que relações sociais constituíram historicamente o Estado Brasileiro e como se modificaram? Que grupos sociais asseguraram sua presença nas diversas agências do Estado e que outros grupos, em dados momentos, tiveram seus acessos e suas representações eliminadas? Ou: no que é possível interferir para que, lenta e molecularmente, como diria Gramsci, a correlação de forças se altere, mediante a difusão de um projeto contra-hegemônico?

DA METODOLOGIA

Todas as reflexões até aqui esboçadas certamente adquirirão sentido mais claro se as decodificarmos numa dada metodologia de sua aplicação, ainda que referida, tão somente, a um estudo de caso. Tomaremos, como exemplo, um dos objetos recorrentes em minha atividade de pesquisa, qual seja, o das relações entre Estado e classes dominantes agrárias, cuja tradução mais palpável são as políticas agrícolas implementadas no Brasil pelo Ministério da Agricultura, no período compreendido entre sua recriação (1909) e o final do Estado Novo (1945)⁹.

⁹ Dentre essas pesquisas destaco: *O Ruralismo Brasileiro*. SP, HUCITEC, 1997; "Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens". In: SZRECSÁNYI, T. & SILVA, S. (Org.). *História Econômica da Primeira República*. SP, Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 171-186; "A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro na Primeira Metade do Século XX". *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural* (SOBER), Brasília, 1996, vol. III, pp. 1201-10; "Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania". *Tempo*. RJ, UFF/Depto História/Relume Dumará, Vol. 01, Abril, 1996, pp. 94-125; "Agricultura, Poder e Estado na Primeira República". *Cadernos de Memória Cultural*. RJ, Museu da República/IPHAN/Ministério da Cultura, vol. I, no. 2, 1996, pp. 73-81; "Estado, classe dominante agrária e nacionalização das políticas agrícolas no Brasil (1930-1945)". *LPH - Revista de História*. Ouro Preto, UFOP, no 7, 1997, pp. 157-188; *Saber e Poder no Brasil: o Ensino Agrícola na Primeira República*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Janeiro, 1994, 330 p.; *Estado e Controle Social no Campo: o Cooperativismo Agrícola no Brasil (1910-1945)*. Relatório Final de Pesquisa apresentado junto ao CNPq, Setembro, 1995, 140 p.; *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós-30*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Setembro de 1997, 200 p.

É bastante comum na bibliografia especializada no trato das políticas econômicas em geral, e das políticas agrícolas em particular, verificarmos o quanto essa produção é, ainda, tributária da visão de Estado analisada na primeira parte deste trabalho. Esses estudos tão variados - quanto ao tempo e ao tema - continuam, via de regra, perpetuando a visão de um Estado sujeito - entidade pairante acima da sociedade -, reificado e/ou naturalizado¹⁰. Não raro encontramos nessas análises jargões típicos de tal postura, tais como "o Estado criou", "o Ministério fez" ou até mesmo "o governo encetou", restringindo-nos às mais banais.

Ora, uma vez que não partilhamos dessa visão e, tendo em vista as premissas teóricas estabelecidas no item II deste estudo, o essencial para a análise de uma política pública - no caso em foco, a agrícola - é tomá-la enquanto produto e/ou resultado do embate entre forças/grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição de seus projetos - visões de mundo - específicos junto a aparelhos do Estado em seu sentido estrito. No caso proposto, trata-se, pois, de verificar até que ponto o Ministério da Agricultura, ou as políticas agrícolas no período focalizado, representaram a inserção, junto à própria ossatura material da sociedade política, dos interesses de grupos sociais determinados, em que medida e o seu por quê. Somente dessa perspectiva cremos legítimo encetar a análise das diretrizes assumidas por uma dada política estatal, cujos contornos corresponderão, sempre, ao resultado do confronto mencionado.

Sabendo que tais interesses só terão força política uma vez organizados e que tal organização - ou construção da vontade coletiva - tem como espaço os aparelhos privados de hegemonia, localizados junto à sociedade civil, temos como primeiro passo para o estudo de qualquer agência ou política estatal, o rastreamento das entidades de classe existentes no momento histórico focalizado, suas principais demandas ou pressões setoriais, assim como sua busca pelo aparelhamento de seus quadros junto a este ou aquele organismo do Estado, mesmo que isso se traduza na necessidade de criação de um novo órgão. Logo, vê-se que, para chegarmos ao Estado em seu sentido restrito, é necessário partir do estudo da sociedade civil, e não o contrário, como costumeiramente se tem feito.

¹⁰ À guisa de exemplos, podemos citar SUZIGAN, W. & VILLELLA, A. Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889 - 1945). RJ, IPEA/INPES, 1973; MUELLER, Charles. *Das oligarquias Agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. RJ, IPEA/INPES, 1983; PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização Brasileira*. RJ, APEC, 1972; BAER, Werner. *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. RJ, FGV, 1977; dentre vários outros.

Tomando como baliza da reflexão as políticas agrícolas, localizamos duas grandes e significativas entidades de classe que representavam/organizavam interesses distintos no tocante à configuração daquelas políticas no Brasil do período: a tradicional Sociedade Paulista de Agricultura (SPA)¹¹ - a qual, em fins da década de 1910 fundiria seus quadros com um nova entidade, a Sociedade Rural Brasileira (SRB)¹² - e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro¹³. Percorrendo suas publicações internas, bem como seus veículos de divulgação - no caso da SNA, a revista *A Lavoura*, até hoje existente - percebeu-se que, enquanto a primeira opunha-se à recriação do Ministério da Agricultura¹⁴, uma vez que as vantagens do extremado federalismo republicano favoreciam ao atendimento dos interesses dos cafeicultores paulistas - ligados ao Ministério da Fazenda, sobretudo -, a segunda, a SNA, lutava pelo projeto contrário, desde 1901¹⁵.

¹¹ A Sociedade Paulista de Agricultura congregava os maiores cafeicultores e intelectuais orgânicos da grande burguesia paulista, estando profundamente imbricada à Secretaria Estadual de Agricultura, a cujos quadros boa parte de seus dirigentes pertencia.

¹² Fundada em 1919, a SRB correspondeu à fusão de quadros da SPA e da União dos Lavradores de Algodão, todas agremiações de grandes proprietários do Estado de São Paulo. Diversamente da SPA, no entanto, a SRB congregava um elenco de grandes proprietários mais diversificado, não somente aqueles voltados à cafeicultura, mas, sobretudo, à lavoura algodoeira e à pecuária, constando dentre seus associados os principais frigoríficos instalados no estado.

¹³ Fundada em 1897 - i.e., bem antes da SPA (1901) - a Sociedade Nacional de Agricultura congregava dentre seus quadros representantes dos complexos agrários mais distintos de todo o país, englobando setores produtivos bem diferentes do cafeeiro, com ênfase para pecuaristas do Sul, cotonicultores e usineiros do Norte e Nordeste, além do grupo de proprietários fluminenses, em vias de diversificação de sua produção agrícola.

¹⁴ Fala-se em recriação do Ministério da Agricultura uma vez que ao longo do governo provisório do Marechal de Deodoro, o Ministério que sempre vigorou em todo o Império foi extinto, contrariando interesses regionais que junto a ele se faziam representar. O federalismo republicano e a consolidação da hegemonia da grande cafeicultura paulista funcionaram como propulsores de um movimento que em outra oportunidade denominei de "reação ruralista", visando ao restabelecimento da agência. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*, SP, Hucitec, 1997.

¹⁵ Toma-se o ano de 1901 enquanto marco do movimento ruralista, organizado sob a égide da SNA, uma vez ter sido realizado, nessa ocasião, o I Congresso Nacional de Agricultura, que contou com cerca de 200 participantes oriundos da quase totalidade de unidades da federação, e cuja primeira Deliberação Final consistiu, justamente, na recomendação da recriação do Ministério da Agricultura. *I Congresso Nacional de Agricultura. Atas de Encerramento* RJ, Imprensa Nacional, 1903.

A demanda articulada e veiculada pela SNA - aqui tomada enquanto um aparelho privado de hegemonia - é facilmente explicável a partir da análise da própria composição de seus quadros dirigentes e de associados: tratava-se de uma entidade de âmbito efetivamente nacional - e não regional, como a SPA ou a SRB -, que congregava setores da classe dominante agrária vinculados aos complexos econômicos menos dinâmicos do país, tais como o açucareiro do Nordeste e do Sudeste, o algodoeiro do Norte e Nordeste, o pecuarista do Rio Grande do Sul, dentre outros ¹⁶. Em comum todos detinham uma mesma marca identificatória: não se terem beneficiado, ao longo de toda a Primeira República, pelas políticas econômicas do Estado, junto ao qual aparelhara-se, prioritariamente, a grande burguesia paulista. Por tal razão é que a literatura corrente, ao tratar das políticas agrícolas na República Velha, refere-se, com quase total exclusividade, às inúmeras Políticas de Valorização do café verificadas no período (paulista, sobretudo). Quanto às demais, o silêncio é quase total ¹⁷.

Com base nas publicações internas da entidade e, até mesmo, nos jornais de época, é possível observar a intensa campanha movida pela SNA em prol da criação de um Ministério da Agricultura, com atribuições e características bem específicas, mormente no que dizia respeito à execução de políticas voltadas para o atendimento das demandas dos grupos sociais envolvidos, constituindo-se, portanto, num projeto contra-hegemônico ao da grande burguesia de São Paulo.

A fundação do Ministério da Agricultura, em 1909, representaria uma vitória da SNA, não fosse o jogo dos conflitos intra-classe dominan-

¹⁶ A análise conjunta dos integrantes da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Técnico da SNA demonstra tal afirmativa, verificando-se a ausência - à exceção de apenas um diretor - de paulistas de sua direção. O único paulista aí presente era o usineiro Augusto Ramos, enquanto porta-voz do Plano de Defesa da Produção Açucareira de 1911. O caráter de agremiação estruturadora das demandas de grupos de proprietários "secundários", ligados à agricultura para o mercado interno, fica patente da amostra estudada, onde além da liderança fluminense destaca-se a participação de nordestinos e gaúchos. MENDONÇA, 1997, op. cit., capítulo 2.

¹⁷ A única exceção é o trabalho de MUELLER, Charles. *Das oligarquias Agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. RJ, IPEA/INPES, 1983, que se detém, especificamente, no estudo de políticas agrícolas, porém partindo da perspectiva da fala oficial enquanto "realidade", daí considerar o Ministério da Agricultura na 1ª República como uma entidade "a-funcional" e "inoperante".

te que ainda se faziam presentes, dentro e fora da sociedade política: a implantação da nova agência do Estado pressupôs medição de forças e também negociações. Assim sendo, nos primeiros tempos, a Pasta - e este seria um preço a ser pago pelos segmentos articulados pela SNA - foi conduzida por porta-vozes - intelectuais orgânicos - dos interesses paulistas, que procuraram impor sua diretriz ao novo organismo do Estado brasileiro, mudando sua rota de atuação, uma vez mais, para o café.

A documentação parlamentar, os jornais diários de grande circulação no Rio de Janeiro, assim como *A Lavoura*, nos dão conta do conflito que atravessava tanto a sociedade civil, quanto o Ministério (enquanto parte da sociedade política) entre 1909 e 1913 quando, finalmente, o grupo paulista foi "apeado" da Pasta ¹⁸. A própria montagem de quadros com os principais ministros - acompanhado de uma breve reconstituição de sua trajetória social e política - demonstra o embate e a estabilização de um grupo na condução da política agrícola, deste momento em diante.

Como se pode ver, o estudo de uma dada política pública ou mesmo de um dado aparelho de Estado não consiste, tão somente, em compilar a documentação oficial produzida pelo órgão ao qual ela está afeta, o que, além de restringir o escopo da pesquisa, empobrece a construção do objeto, redundando naquilo que normalmente é feito como análise das políticas públicas no Brasil: ou seja, uma repetição do **discurso oficial** e de seus dados, acriticamente tomados e sem maior comprometimento com uma coerência teórica acerca do que seja o Estado. Posturas como essa implicam, teórica e metodologicamente falando, em assumir que a fala veiculada pelo órgão focalizado equivale à própria veracidade dos acontecimentos narrados, resultando em equívocos de graves proporções.

Isto não significa afirmar ser prescindível a pesquisa junto à documentação oficial de uma agência - no caso, o Ministério da Agricultura - para estudar uma certa política pública, muito ao contrário. O que aqui se propõe é que a abordagem de um *corpus* documental com caracte-

¹⁸ A retirada do "grupo paulista" do comando do Ministério envolveu questões mais amplas da sociedade civil e política pois, uma vez que para a manutenção do Convênio de Taubaté - que beneficiou prioritariamente os cafés paulistas - tornou-se imperioso o aval da Câmara dos Deputados, os lobbies feitos pela SNA funcionaram no sentido de negociar tal aval mediante a entrega da direção da Pasta a seus próprios representantes.

rísticas tão específicas - tais como Relatórios, Anais e demais publicações congêneres - seja feita à luz de uma definição precisa daquilo que se concebe como Estado pois, somente assim, será possível: a) relativizar a fala oficial - e não ratificá-la enquanto a "realidade"; b) perceber certas modalidades de fontes oficiais enquanto um gênero, que tem destinatários específicos e, portanto, todo um léxico e linguagem adequados a mobilizar e envolvê-los no(s) projeto(s) que o(s) grupo(s) aparelhado(s) quer(em) perpetrar; c) ter condições de perceber, através do tom supostamente monocórdio e repetitivo da documentação oriunda de agências do Estado, as nuances dos conflitos que as atravessam, uma vez que tais conflitos intra-burocráticos jamais estão descolados do processo histórico, i.e., das tensões existentes dentro da sociedade civil.

Tais alertas sinalizam para o fato de que qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil - nas ou entre as entidades de classe que lhe dão organicidade - têm, necessariamente, repercussões junto à sociedade política em geral, à agência estudada, em particular, bem como sobre as políticas por esta última conduzidas. Daí a necessidade de um confronto permanente com documentação de outro caráter, que permita ampliar o leque de possibilidades analíticas para além do "mundo do governo". Assim sendo, outro importante passo embutido na proposta metodológica adotada, consiste, por exemplo, na análise dos agentes engajados nas agências selecionadas. Isto significa dizer que as classes - assim como o próprio Estado - não são entidades etéreas, abstratas. Elas se constroem e reconstróem no cotidiano de suas práticas políticas, logo, elas têm rostos, identidades, história, enfim.

Portanto, outra vertente frutífera para a análise das políticas públicas é o estudo das redes de agentes com que se está lidando, para o que é imprescindível conhecer seja a composição das diretorias - tanto do órgão da sociedade política privilegiado, quanto das entidades de classe envolvidas no atendimento de suas demandas -, os editores dos periódicos patrocinados, a posição política ocupada em outros espaços de poder, etc. Do entrecruzamento desses dados será possível observar: a) a predominância de uma entidade de classe - ou não - junto à agência estatal; b) as propriedades de posição da fração de classe "x" ou "y" junto ao organismo estatal selecionado; c) quem fica "de fora", ou não, das políticas públicas implementadas.

Retornando ao caso em foco, têm-se que, uma vez verificada a predominância de dirigentes da SNA junto ao alto escalão de funcioná-

os do Ministério da Agricultura ¹⁹ e uma vez já mapeadas as principais demandas veiculadas por aquela entidade da sociedade civil, trata-se de analisar sua correlação com as políticas postas em prática pelo organismo de Estado, com ênfase para a questão de sua real efetividade e atendimento específico a quais setores do grupo organizado pela entidade estudada. Tal passo pode ser dado, por exemplo, mediante a análise dos orçamentos ministeriais, visando à distribuição de sua verbas por Serviço (de Pecuária, de Fomento Agrícola, de Ensino Agrícola, etc.), o que, além de explicitar que setores detêm maior prestígio e/ou poder dentro do órgão, dá mais visibilidade aos complexos econômicos mais ou menos contemplados pelas políticas agrícolas perpetradas.

No caso do Ministério da Agricultura, de uma forma genérica, pode-se facilmente perceber que, tal como articulado e proposto pela SNA - que junto a ele esteve sempre presente, mesmo até 1945 - a política agrícola pautou-se pelo estímulo à **diversificação produtiva**, mediante subsídios os mais variados para setores ligados ao abastecimento do mercado doméstico e não à agro-exportação. Os detalhes de tal política consistiriam em variantes da diretriz teórico-metodológica mais ampla adotada ²⁰. À guisa de contraponto cumpre destacar que em lugar da diversificação agrícola, a principal demanda das entidades paulistas - sobretudo a SRB - fixava-se no fomento à modernização da agricultura mediante a difusão de tecnologia de ponta, para a época.

O embate diversificação agrícola versus mecanização da agricultura, no entanto, revelou-se passível de inflexões no decorrer do processo histórico brasileiro, sobretudo se considerarmos os desdobramentos mais amplos resultantes do movimento de 1930 que, pondo fim à Primeira República, inauguraria uma era de construção de uma efetiva nacionalização das políticas públicas ou, como preferem alguns, de um Estado efetivamente nacional ²¹.

¹⁹ Analisando-se as 18 principais diretorias internas da agência ao longo da 1ª República, é notória a participação de dirigentes e/ou associados da SNA nesses cargos, chegando a perfazer um total de 75% de ocupação dos mesmos. Isto sem falar nos ministros, sendo que os três últimos foram conduzidos à titulariedade da Pasta a partir da presidência da entidade da sociedade civil analisada.

²⁰ Com isso nos referimos às estratégias coordenadas pelo Ministério em benefício dos setores produtivos que visava beneficiar, levando em conta o tipo de modalidade de atuação perpetrada, fosse o subsídio direto na qualificação de mão-de-obra, fosse o fornecimento de insumos a preço de custo ou mesmo o empréstimo de tratores e máquinas, etc.

²¹ O conceito de "nacionalização das decisões econômicas" remete a DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses*. RJ, Paz e Terra, 1985.

A este processo mais amplo o Ministério da Agricultura e os grupos junto a ele aparelhados não estariam infensos, já que os rearranjos da sociedade civil repercutiriam também junto à agência, considerando-se, sobretudo, que a dita “revolução de 30” teve como principal resultado o deslocamento da grande burguesia paulista do epicentro da sociedade política²². A nova conjuntura histórica implicaria, portanto, em inflexões na própria política agrícola, a começar pelo remodelamento do órgão focalizado, que sofreu inúmeras reformas administrativas entre 1930 e 1943²³. O estudo dessas reformas é altamente revelador para os fins a que se propõe este estudo, uma vez que seu produto mais concreto foi a extinção de algumas diretorias, além da criação de inúmeras outras, totalmente novas, como pode ser exemplificado através da fundação do CNEPA (Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrônomicas)²⁴, encarregado, dentre outras atribuições, do desenvolvimento de tecnologias agrícolas de ponta.

Ora, para o que tais reformulações - administrativas e, consequentemente, da própria política agrícola - estariam apontando? Para o fim da política de diversificação agrícola até então praticada pelo Ministério? Para a perda da hegemonia da SNA junto ao órgão? Ou seria para o aparelhamento, junto à esta agência da sociedade política, de novos segmentos da sociedade civil organizada?

Retomando a metodologia de análise esboçada, voltada para o estudo dos quadros dirigentes das entidades de classe na sociedade civil, bem como para o dos integrantes do alto escalão da agência do poder estatizado, diríamos que as três perguntas têm procedência, mormente a partir de um estudo de conjuntura. Apeada do Estado Federativo, a grande burguesia paulista - mais uma vez derrotada no movimento constitucionalista de 1932 - estava a demandar “compensações” políticas, sobretudo num

²² A este respeito ver FAUSTO, Bóris. *Revolução de 30 - História e Historiografia*. (edição revista e ampliada). SP, Cia das Letras, 1997; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1978; DE DECCA, Edgard. *1930: o silêncio dos vencidos*. SP, Brasiliense, 1988; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1986; dentre outros.

²³ A este respeito ver MENDONÇA, S. R. de. “Estado, classe dominante agrária e nacionalização das políticas agrícolas no Brasil (1930-1945)”. *LPH - Revista de História*. Ouro Preto, UFOP, no 7, 1997, pp. 157-188, onde essas reformas são analisadas em detalhe.

²⁴ Id., *Ibid.*

contexto de nacionalização das decisões como aquele inaugurado em 1930 e ratificado em 1937 com a proclamação da ditadura Estadonovista. Minimizar as arestas do embate entre os projetos de centralização e descentralização política era a palavra de ordem no pós-30.

O Ministério da Agricultura seria, como tantos outros organismos do Estado em seu sentido estrito, mais um dos espaços para a construção do “projeto nacional”, o que significa dizer, mais um espaço para a composição política. Sob a égide dessa nova conjuntura, a pesquisa revelou três pontos fundamentais: a) a absorção de quadros - logo, de projetos também - oriundos da SRB junto ao novo Ministério da Agricultura²⁵; b) a redefinição - não pela via da exclusão, mas sim da composição - dos rumos da política agrícola até então perpetrada, combinando o incentivo à tecnologia aplicada à agricultura, com a ampliação do espectro da diversificação agrícola, tanto quantitativa, quanto qualitativamente²⁶; c) a manutenção de quadros da SNA junto a cargos de primeiro escalão do Ministério, ainda que lado a lado com os novos parceiros²⁷.

Por certo a sobredeterminação conjuntural não significaria que tais readaptações do organismo de Estado e seus dirigentes se fez pacífica ou harmoniosamente. O estudo da documentação oficial, bem como das revistas publicadas tanto pela SNA, quanto pela SRB, revelam disputas acaloradas em uma série de pontos nodais para a implan-

²⁵ A esse respeito ver MENDONÇA, S. R. de. *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós-30*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Setembro de 1997, 200 p.

²⁶ Com isso referimo-nos à composição entre os interesses defendidos pela SNA e SRB, mormente no tocante à diretriz diversificadora de uma e “tecnicista” da segunda. Os termos da construção do consenso residiram numa política agrícola de novo tipo que, se por um lado não abandonou a diretriz diversificadora, mas, sim, aprofundou-a envolvendo uma miríade de novos produtos (que iam desde o babaçu até o piqui), por outro, igualmente incorporou a demanda da SRB de reorientar a produção agrícola como um todo para o exterior, alterando a composição da pauta das exportações brasileiras, além de enfatizar mais a pesquisa de ponta para a agricultura, conforme já vimos.

²⁷ A presença dos paulistas oriundos da SRB junto ao Ministério está bem estudada no trabalho citado na nota 25. Cabe aqui apenas ressaltar que o coroamento da nova recomposição de forças políticas se deu com a nomeação do grande proprietário e agrônomo paulista Fernando Costa para a titulariedade da Pasta, o que, significativamente, ocorreu, no ano de 1937, quebrando-se as resistências da SRB às diretrizes emanadas da Pasta.

tação das nova diretriz a ser assumida pela política agrícola brasileira. Um deles referiu-se ao direcionamento prioritário a ser dado à produção diversificada: se para o mercado interno ou internacional, por exemplo. Outro dos pontos de atrito diria respeito à montagem de uma rede nacional de agências do Ministério, presentes em cada estado da federação e às quais os rumos das políticas agrícolas a cargo das Secretarias estaduais de Agricultura deveriam subordinar-se, realidade contra a qual a Secretaria paulista rebelou-se continuamente, ao menos até a proclamação do Estado Novo ²⁸.

Tais conflitos atravessaram o Ministério ao longo de todo o período focalizado. No entanto, como vimos afirmando deste o início deste estudo, é da(s) disputa(s) pela imposição da hegemonia de um(ns) dado(s) grupo(s) que se reconstrói, permanentemente, o Estado, não fosse ele uma condensação das relações sociais presentes numa dada formação social, ou seja: algo em **permanente dinâmica**. O exemplo das políticas agrícolas e do Ministério por elas responsável visou tão somente demonstrar, não apenas a aplicabilidade de uma dada concepção de Estado, como também uma metodologia de trabalho adequada à sua operacionalização.

CAPÍTULO 2 HISTÓRIA E CONFLITO

Virgínia Fontes

²⁸ O fim dessa "rebeldia" seria conquistado, progressivamente, mediante as chamadas "políticas de acordos", estabelecidos entre a Secretaria de Agricultura estadual e o Ministério, no tocante aos mais diversos temas. Através deles comprometia-se, pessoalmente, os secretários com a obediência às diretrizes ministeriais, sendo a nomeação de Fernando Costa, um elemento estratégico para a incorporação da grande burguesia paulista ligada à SRB ao projeto de construção do Estado nacional em curso.

O trabalho dos historiadores incorpora um esforço para adequar as relações sociais percebidas em outros tempos e lugares aos nossos repertórios conceituais, assim como para criar categorias e noções adequadas aos processos que procuramos explicar. Algumas vezes isso pode significar o uso de noções sobre as quais se tem poucas informações ou que funcionam como um repertório de “palavras” para dar conta de situações específicas, inexistindo uma preocupação sistemática em explicá-las ou defini-las. Elas parecem falar por si mesmas, terem o dom da perfeita descrição ou de uma adequação plástica aos temas tratados. Nesse repertório, em parte retirado do senso comum, em parte construído em torno dos problemas mais corriqueiros, um dos termos recorrentes é a noção de conflito. Muitas vezes utilizada de forma imprecisa e vaga, essa noção presta-se a vários matizes de interpretação, por vezes contraditórias.

O conflito no interior do conhecimento

De antemão, é preciso reconhecer que as Ciências Humanas referem-se, sem cessar, aos conflitos sociais, devendo dar conta e explicar uma imensa gama de lutas¹: sociais, políticas, religiosas ou étnicas, guerras externas e guerras civis, golpes de Estado, disputas diversas, divergências, etc.². História e Sociologia, por exemplo, emergem como disciplinas constituídas ao longo do século XIX procurando explicar conflitos que aparentavam cindir as sociedades, destruir as nações, configurando uma verdadeira “era de revoluções”³.

Neste trabalho, objetivamos abordar a categoria de conflito através das principais matrizes políticas de pensamento do mundo contem-

porâneo. Não é nossa preocupação definir uma tipologia dos conflitos (dimensões, intensidade, objetivos, grau de violência, duração, etc.⁴) nem uma história dos conflitos na época contemporânea.

Inicialmente, porém, exploraremos um pouco mais a importância dessa categoria no interior de nossa área de conhecimento. Não obstante a centralidade dos conflitos nas ciências sociais, tendemos a utilizar apenas descritivamente essa categoria, desconhecendo muitas vezes as diferenças que a recobrem, aliás motivo de profundas divergências no interior do próprio campo científico. Trata-se de noção fundamental: quando nos referimos à História estamos supondo a existência de um processo, de algo mutável e em transformação, de vidas sociais que incorporam dinâmicas diversas. Um mundo estático e repetitivo seria um mundo sem história. O conflito entretanto não é a única forma de relacionamento social — a cooperação, por exemplo, produz uma outra dinâmica — mas é um dos mais visíveis e um dos mais instigantes sintomas de transformação. É, com certeza, o que mais imediatamente traduz a maneira pela qual homens e grupos sociais expressaram seu inconformismo.

Pensar a transformação — lenta ou rápida, molecular ou violenta, constante ou eventual — pressupõe identificar variadas modalidades de conflito, de divergências, de diferenças que, em seu embate, aportam alternativas, sugerem outras formas de convivência, rejeitam padrões de vida precedentes. Pensar a transformação, pois, implica pensar o conflito em sua dialética com as formas de ação comum ou cooperativa; implica pensar a relação entre diferentes modalidades de conflito. Essas notas preliminares pretendem contribuir para tal reflexão, apontando os fundamentos ideológico-políticos de algumas das principais conceituações sobre os conflitos.

Se considerarmos que as diversas teorias da História — ou, se quisermos, as múltiplas reflexões sobre a História — contêm uma dupla referência frente à sociedade, imediatamente se destaca o papel desempenhado pelo conflito. Com o termo dupla referência queremos assinalar que o historiador produz conhecimento (verdades) mas esse conhecimento não é neutro nem paira acima da sociedade. Tal como ocorre nas demais ciências sociais, os historiadores estão sempre imersos em seu próprio tempo, em sua própria sociedade e tomam parte nas divergências e conflitos de seu próprio universo.

⁴ - Vale a pena consultar uma obra de referência como a de N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, *Dicionário de Política* 6ª ed., Brasília, Ed. da Univ. de Brasília, 1994. O verbete *Conflito*, redigido por G. Pasquino e Ida Regalia, dá uma boa visão panorâmica das dificuldades em conceituá-lo e de seus usos principais.

¹ - Meus agradecimentos a René Dreifuss, que sugeriu balizar o território no qual trabalhar. Quanto às limitações, elas são evidentemente, de minha responsabilidade.

² - Vale lembrar que as guerras têm sido um dos principais terrenos de curiosidade intelectual. Heródoto, na Grécia antiga, assim inicia seu relato: “Heródoto de Halicarnasso, oferecendo sua história ao público, gostaria que a marca das ações realizadas pelo homens não se apague com o tempo e que os grandes e maravilhosos feitos dos Gregos e dos bárbaros não fiquem desconhecidos; gostaria ainda, principalmente, de expor os motivos que os levaram a entrar em guerra”. Hérodote. *Histoire*. Paris, Bibl. Charpentier, 1954, p. 16.

³ - Cf. E. J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções. Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

A dupla referência indica que, de um lado, o historiador, no processo cognitivo, procura explicações racionais, objetivando o conhecimento verdadeiro de um dado período ou problema histórico. Por outro lado, ao formular os problemas, ao escolher os períodos e os temas, atua também intervindo na vida social do mundo que lhe é contemporâneo. Através de suas interpretações, pode “confortar” e justificar a perenidade de um dado *status quo*; pode questioná-lo, apontando diferenças e alternativas historicamente existentes; identificando atores sociais, agentes do processo e capazes de alterá-lo ou, ao contrário, sublinhando as formas estáveis e, por isso mesmo, aparentemente imutáveis. Segundo Fontana, as teorias da história sempre implicavam em projetos sociais distintos: “toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma a que conduzam, em sua seqüência, a dar conta da configuração do presente, quase sempre com o objetivo, consciente ou não, de justificá-lo”⁵.

A reflexão histórica, ao selecionar processos e problemas, ao evidenciar impasses e indicar opções, ao identificar ou escamotear agentes sociais, contém uma intervenção no sentido de identificar futuros possíveis. A análise do passado — e suas referências cognitivas principais — carrega em si própria, simultaneamente, o peso do presente e opções de futuro.

Essa dupla referência não retira o caráter cognitivo do trabalho social e/ou histórico, mas o problematiza de forma permanente, obrigando-o a responder a novos desafios, evitando sua cristalização em formas limitadas e parciais, que pretendem se impor como “evidências absolutas”, em qualquer campo ideológico ou político em que essa cristalização ocorra. Pensada dessa forma, a produção do conhecimento histórico implica, nela própria, a existência de conflitos.

A utilização de métodos, técnicas e formas profissionais de análise permite reduzir — ou, pelo menos, controlar — as interferências de nosso modo de pensar e de agir quando lidamos com uma sociedade distante no tempo, evitando-se assim tanto o anacronismo⁶ quanto a utilização pura e simples da intuição ou da retórica, travestidas de “co-

⁵ - Josep Fontana, *Historia. Analisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Ed. Critica, 1982, p. 9.

⁶ - O famoso “crime capital” dos historiadores, que consiste em projetar sobre outra sociedade a forma de vida, de pensar, de agir e sentir com a qual o historiador se identifica em sua própria época, perdendo assim a diferença entre homens e sociedades no tempo.

nhecimento”. No entanto, o uso de tais artefatos cognitivos — essenciais embora — se relaciona *sempre* a princípios teóricos (que, por seu turno, fazem parte de uma dada sociedade) e, entre eles, há diferenças muitas vezes irredutíveis. Isso significa que as divergências que atravessam a sociedade, atravessam também a produção de conhecimento sobre a sociedade, gerando posições e leituras teóricas radicalmente diversas.

Ao trabalhar com essa dupla referência, Pierre Bourdieu transporta a questão para o interior da própria constituição do campo científico em geral, e não apenas das ciências sociais. Demonstra como na produção científica não apenas se constituem visões divergentes do conhecimento, mas sobretudo como a estrutura do campo, enquanto espaço de uma luta concorrencial em torno do monopólio da competência científica, produz e supõe a constituição de formas específicas de interesse, evidenciadas pelas distinções que se reproduzem sem cessar, definindo e redefinindo o próprio teor das diversas “competências” (diplomas, títulos, etc.). Isto não o leva a uma posição relativista, na qual o campo científico não produziria ciência — conhecimento — apenas espelhando conflitos entre proposições diversas. Ao contrário, enfatiza a dinâmica conflitual como o procedimento no qual e através do qual a ciência se produz.

Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente ‘política’ nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o *parti pris* inverso, mais freqüente, de somente considerar as determinações ‘puras’ e puramente intelectuais dos conflitos científicos⁷.

Nesse sentido volta-se contra uma visão idealizada da produção científica — como algo neutro e acima das divergências e disputas sociais — destacando exatamente como se constituem regularmente conflitos específicos ao campo científico. Contesta vivamente tanto aqueles que apresentam o conhecimento de forma reificada — reino de uma “pura competência técnica” — quanto aqueles que partem de uma visão ecumenista e conciliadora, para quem a ciência seria o espaço de um “acordo amplo e negociado”, de uma “comunidade” de sábios que se colocariam “a serviço” de um “método” que, infalivelmente e pelo efeito de tal acordo, os subordinaria unicamente à busca desinteressada de

⁷ - Pierre Bourdieu, “O campo científico”, In: Renato Ortiz (Org), *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, p. 124.

uma verdade longínqua ⁸. Num caso como noutro, o mundo do conhecimento pairaria acima e sobre o reino dos mortais comuns, caracterizado como puro saber ou puro desinteresse...

Para as Ciências Sociais e a História, o conflito se torna ainda mais complexo e denso, pois “o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política” ⁹.

Dito em outros termos, a própria aceitação da existência do conflito entre as classes sociais e, principalmente, a definição de sistemas de classificação e de organização, de seus fundamentos, é um dos núcleos principais de conflito, elemento permanente da disputa no interior das ciências sociais ¹⁰.

Identificaremos a seguir alguns pontos de partida de cunho político-ideológico que embasam as principais formas de definir e conceituar os conflitos sociais, largamente utilizados pelos historiadores, embora nem sempre suas implicações sócio-políticas sejam averiguadas. É preciso porém enfatizar a existência de nuances e matizes, assim como de formas mistas e ecléticas. Nosso objetivo é esclarecer como as quatro grandes vertentes político-ideológicas de nosso tempo — providencialismo, liberalismo, conservadorismo e socialismo — pressupõem diferentes modalidades de fundamentar, definir, legitimar ou questionar os conflitos sociais.

⁸ - Esse tipo de concepção atravessa tanto os trabalhos de Kuhn e sua noção de “paradigma”, criticado por Bourdieu, quanto a noção de “comunidade científica” definida por Raymond Aron em diversas obras, como em sua já clássica “Introduction”. In: Max Weber, *Le Savant et le Politique*. Paris, Plon, 1959, pp. 19-25. Para os usos no Brasil de tal categoria, cf. Fontes, V. *Démocratie et Révolution : Sciences Sociales et pensée politique au Brésil contemporain (1973-1991)*. Tese de doutoramento, Univ. de Paris-X, 1992.

⁹ - Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 148, grifos meus.

¹⁰ - Existe interessante debate sobre os conflitos no interior da própria linguagem. Cf. Mikhail Bakhtin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1992, para quem há uma verdadeira luta de classes na língua. Para um exemplo dos conflitos contemporâneos sobre a questão do significado e da interpretação da leitura, ver o debate entre Umberto Eco e Richard Rorty, *A Superinterpretação*, São Paulo, Martins Fontes, 1994.

A DIFÍCIL ADMISSÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS

A sociedade do Antigo Regime, hierarquizada em corpos qualitativamente distintos, expulsava a noção de conflito da dimensão social, mantendo-o em dois níveis distintos e separados: no individual e no universal. Consolidava-se um princípio de divisão/separação entre os grupos sociais, já exaustivamente abordado por inúmeros autores ¹¹ que, ao legitimar a ordem social vigente, consolidava, por definição e por princípio, a restrição à circulação entre tais segmentos.

Do ponto de vista filosófico, o providencialismo cristão partia de um conflito crucial e central, embora fora da história, fora do tempo e fora do espaço físico no qual habitavam os homens reais: o mundo humano em oposição a um mundo extra-terreno, à Cidade de Deus, a um modelo inatingível. Esse princípio fundamental opunha ordens teológicas (divino vs demoníaco) corporificadas na concepção do processo histórico (o caminho para a cidade de Deus, de cunho teleológico) e na perspectiva da universalidade humana: o pecado original sendo um conflito íntimo e permanente, constitutivo da humanidade e garantia do papel das instituições enquanto guias e mantenedoras na luta entre o Bem contra o Mal.

No plano institucional também não havia lugar para o conflito, mas para a permanente recondução da ordem, tanto no plano interno quanto externo. Os conflitos sociais são desqualificados e reduzidos à definição que deles possa vir a dar a instituição responsável pela ordem “legítima”: a Igreja ou a hierarquia. Nesse sentido, o conflito adquire uma dimensão inteiramente externa à vida social: ele é interior e atravessa a própria alma (constitutivo da vida, mas não relacional); ele liga a vida humana ao cosmos e à eternidade, mas também não a atravessa. Uma sociedade guerreira, paradoxalmente, pensava-se como isenta de conflitos.

A emergência sócio-econômica de outros grupos sociais nesse mundo concebido como uma sequência de círculos concêntricos, de cunho perene e com restritíssimas formas de acesso de um grupo social a outro — típico de tal visão providencial — contribuiu para alterar de forma brutal essa visão. A construção de um pensamento político laico; o processo crescente de laicização da vida social (ocorrido inclusive através das guerras religiosas entre Contra-Reforma e Igrejas Cristãs Refor-

¹¹ - Apenas à guisa de exemplo, Georges Duby, *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris, Gallimard, 1980 e Guerreau, Alain. *Le féodalisme: un horizon théorique*, Paris, Le Sycomore, 1980.

madras) e, finalmente, a elaborada concepção que lastreia toda a filosofia liberal, alterou completamente essa definição de conflito, trazendo-o para dentro da vida social.

Profundamente marcado pelo pensamento cristão, o liberalismo abandonará os dois marcos centrais da reflexão providencial. Nesta parte, estaremos nos referindo principalmente a dois autores, Thomas Hobbes e John Locke ¹², referências principais dessa vertente. Apesar de o primeiro não ser propriamente um liberal, ele lançou as bases filosóficas de todo o pensamento liberal ulterior. Em primeiro lugar, Hobbes perdera a crença na capacidade de uma instituição religiosa — ainda que cristã e, talvez, exatamente porque cristã, dadas as profundas divisões e intolerâncias vigentes no seio da cristandade — de assegurar a paz civil. Partia portanto do conflito em sua forma mais aberta — a guerra civil — como o antítipo da vida social, procurando uma forma, senão harmônica, ao menos pacífica, da vida em coletividade. No entanto, em sua busca dessa pacificação — da redução do conflito no âmbito social — Hobbes identificava na própria natureza humana a matriz dos conflitos ¹³. O “homem lobo do homem”, a guerra de todos contra todos seria, para ele, a definição mais precisa da natureza intrínseca do homem. Diferentemente porém das proposições precedentes, não mais incumbiria a uma instituição religiosa a domesticação de tais impulsos. Além disso, esses impulsos não teriam mais o desenho do “pecado”, mas, naturalizados, são parte constitutiva, em seu raciocínio, da vida humana.

O conflito entra, por essa via, no cotidiano *necessário* dos homens: ao pensar o que explicaria a sociedade de seu tempo, Hobbes identifica numa natureza ahistórica e perene um princípio bélico — o ponto máximo da noção de conflito — que levaria à destruição permanente de todos. Para controlar tais impulsos, o mesmo poder — o *jus in omnia*, um poder onipotente — deveria erguer-se agora contra todos os homens ¹⁴. O *Leviatã*, o Estado, traduziria o mesmo conflito numa arena política, opondo o poder ao não-poder; o exercício do poder à base do

¹² - Thomas Hobbes (1588-1679), *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 e John Locke (1632-1704), *Segundo Tratado sobre o Governo*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978.

¹³ - Ver, especialmente, na parte I do *Leviatã*, de Hobbes, pp. 74-95.

¹⁴ - Ver o excelente comentário sobre Hobbes elaborado por Pierre Manent, *História Intelectual do Liberalismo. Dez lições*, Rio, Imago, 1990.

poder. Ressalte-se a alteração que tal argumento propicia: deixando de ser uma imposição divina, o conflito passa a ser concebido como natural e obrigatório, parte da natureza humana; não se tratava mais de uma qualificação moral (o bom ou o mal; o pecado e a pureza), mas de uma forma inexorável e inescapável, contra a qual Hobbes propunha a interposição de uma barreira — o poder absoluto — que, por concentrar exatamente a matriz do conflito, tornar-se-ia capaz de civilizá-lo, isto é, de reduzi-lo a proporções socialmente definidas.

A matriz liberal, por esse viés, realizou uma série de operações de fundamental importância para a reflexão histórica ulterior: retirava de um poder externo e superior à sociedade a atribuição de características para os indivíduos e para a vida social. Não se trata mais de um pecado original, que agia voltado para o mal e que somente poderia ser resgatado através da crença. Tratava-se, para Hobbes, de forjar as condições de convivência a partir de um dado de natureza. Mas, *acima de tudo, o conflito (ainda que com sua matriz supostamente natural) passava a ser algo relacional*. A natureza do homem permanecia cristã — isto é, marcada pelo mal — mas o conflito mudava de ordem. Ele se estabelecia *no e pelo contato entre os homens*, na relação que estes são inexoravelmente levados a estabelecer. Há um duplo aspecto em jogo aqui: de um lado, uma equalização dos indivíduos que aprofunda drasticamente a universalidade cristã, limitada que estava pela enunciação única do princípio legítimo pela instância religiosa. Assim, o fundamento intelectual para as diferenças entre os indivíduos — os corpos sociais, as ordens regulamentadas e compartimentadas, asseguradas pelo direito divino — é desqualificado em função de um princípio primeiro e natural, de uma igualdade animal fundamental. De outro lado, ainda que defendendo o poder absoluto como solução política, em Hobbes esse poder não mais decorria de um princípio divino, mas de uma escolha realizada pela própria instauração da vida social ¹⁵.

Remetendo para a desigualdade impeditiva da legitimação social da burguesia em ascensão, por subordiná-la a um princípio divino externo, impunha-se agora a capacidade individual de estabelecer o conflito — e de vencê-lo — embora esses indivíduos ainda devessem se subor-

¹⁵ - Estamos longe ainda de uma reflexão propriamente histórica, mas já há uma abertura filosófico-política para a legitimação da transformação social, como resultante de escolhas humanas.

dinar, segundo Hobbes, a uma autoridade absoluta. Locke romperá essa subordinação da natureza competitiva e possessiva ao poder despótico¹⁶. O que em Hobbes era apenas esboçado, seria completado por Locke: o direito à rebelião expressava os limites do Leviatã/Estado frente à capacidade possessiva dos indivíduos. Traduzindo em miúdos, o poder deveria assegurar um novo princípio de igualdade, de fundo natural, mas deveria sobretudo dobrar-se ao imperativo da desigualdade, apoiada na evidência da propriedade. A famosa “liberdade burguesa” nasce, assim, diretamente comprometida com esses dois limites: a proposta de que a liberdade deriva da propriedade e o fato de reduzir-se a apenas um horizonte limite contra a tirania.

Na definição da noção de conflito, o interesse passaria a desempenhar o papel central¹⁷. Se considerarmos o pensamento liberal como um longo processo de combate contra o antigo regime e, em seguida, de legitimação de uma “nova ordem”, onde inúmeros autores acrescentariam argumentos, ora combativos, ora meramente defensivos frente aos que pretendiam também ingressar nessa nova “igualdade”, constata-se as razões sociais pelas quais o *interesse* tornar-se-ia um núcleo crucial. Assim, em que pese eventuais retornos à oposição entre Leviatã e Sociedade (sobretudo em momentos defensivos frente ao movimento operário), o eixo articulador central do pensamento liberal é efetivamente o conflito que opõe todos contra todos, em busca do interesse individual.

Ao abandonar progressivamente sua face combativa frente ao Antigo Regime e aos privilégios de nascimento ou de posição que ele encerrava, o pensamento liberal reduziria progressivamente a centralidade que o conflito desempenhara em seu argumento. Podemos identificar, grosso modo, três ordens de razões para tal modificação, ocorrida principalmente na virada do século XVIII para o XIX: a) no plano intelectual, o aprofundamento do pensamento liberal levava à evidenciação de suas contradições e à sua contestação no interior de suas próprias premissas, como o fez brilhantemente Jean-Jacques Rousseau¹⁸; b) no plano eco-

¹⁶ - Ver C. B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism*. Oxford Paperbacks, 1962.

¹⁷ - O processo de transformação histórica e intelectual por que passa a concepção de interesse foi tratado por aguçada leitura de A. Hirschmann, *As paixões e os interesses. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio, Paz e Terra, 1979.

¹⁸ - Cf. Pierre Manent, *op. cit.*

nômico, a supremacia burguesa vinha impondo crescentes conquistas quanto ao novo papel da propriedade; e, finalmente, c) no nível sócio-político, as explosões reivindicativas em nome dos próprios fundamentos liberais rapidamente extrapolavam seus limites e evidenciavam formas diversas de conflito social, para as quais o liberalismo encontrava-se profundamente desarmado.

À guisa de exemplo, vale citar o caso da sociedade francesa onde, no período subsequente à Revolução, assistiu-se a uma restauração monárquica forte, base inclusive da Santa Aliança. No entanto, simultaneamente, erigia-se um verdadeiro predomínio liberal, como visão insuperável do mundo. Assim,

*“o liberalismo dominante deriva da segurança burguesa, tal como ela se instala depois da Restauração e tal como durará até 1914. Sem dúvida, essa tranquilidade será atravessada de duas rápidas, porém violentas, tempestades: as Jornadas de junho e a Comuna. Mas as revoluções de 1830, de 1848, de 1870, o golpe de Estado de 1851, não atingem o século XIX em sua concepção consolidada [arretée] do mundo. A despeito das correntes antagonistas, que se manifestam, desde o princípio, com a reação contra-revolucionária e depois, no segundo terço do século, com o socialismo revolucionário, a Weltanschauung liberal exerce sobre a época uma espécie de monopólio intelectual.”*¹⁹

A centralidade do interesse seria acoplada à própria redução do papel do conflito, na suposição de que uma “harmonia social” constituir-se-ia, exatamente, como resultante da anarquia (liberdade) dos interesses individuais²⁰. Resumindo, os dois tipos básicos de conflito introduzidos pelo pensamento liberal permaneciam, embora alterados: o conflito entre indivíduos, de cunho natural e girando em torno de interesses (propriedade e riquezas); o conflito entre Estado e Sociedade, o primeiro concebido como pacto de defesa de proprietários e a segunda como o espaço do livre exercício do conflito de interesses.

¹⁹ - Marcel Prélot, *Histoire des idées politiques*, 3ª ed., Paris, Dalloz, 1966, p.444. No plano da história econômica e social, ver também Karl Polanyi, *A grande transformação*, Rio, Campus, 1979 e sua demonstração das destruições que o liberalismo provocará no século XIX e Eric Hobsbawm, *A Era do Capital (1848-1875)*, Rio, Paz e Terra, 1977.

²⁰ - Isso é perceptível em Adam Smith, com a idéia da “mão invisível” que se tornará o símbolo do liberalismo triunfante. Cf. Hunt & Sherman, *História do Pensamento Econômico*, 12ª ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

Os acontecimentos sociais do fim do século XVIII, com ênfase na Revolução Francesa, colocaram em evidência categorias sociais para as quais não havia princípios explicativos no interior do pensamento liberal, em especial as de *povo* e *nação* ²¹. Além disso, o princípio de natureza, base do pensamento liberal, restringia drasticamente sua capacidade de análise do processo histórico.

Essa inflexão liberal, passando de um território combativo para um defensivo, levá-lo-ia a dividir o terreno com concepções românticas e, em outro nível, com visões conservadoras. Aqui, avançamos em terreno delicado e complexo, sendo necessário enfatizar que a expansão industrial européia conduziu o liberalismo a fracionar-se, a mesclar-se com várias tendências distintas ²². Esse movimento ocorreria de forma mais evidente na Inglaterra, abrindo-se uma reação frente à Revolução Francesa, questionando sua legitimidade e propondo uma outra leitura para os conflitos sociais. O exemplo clássico, neste caso, é o do historiador Edmund Burke que, em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, preocupado com os riscos de contágio de seu país pelos ecos revolucionários, rejeita o voluntarismo e o individualismo revolucionários, opondo *um princípio tradicional e de tipo nacional ao ardor transformador francês* ²³.

Pelo viés da contestação ao liberalismo, pode-se identificar a matriz historicista germânica, cuja base se constituiu a partir de Herder, no final do século XVIII. Para Herder, haveria uma distinção fundamental entre os povos, derivada de uma certa individualidade histórica que, ao configurar totalidades distintas, somente poderia explicar-se pela suposição de um “espírito do povo” (*Volksgeist*), espírito inefável mas presen-

²¹ - Para pensar o povo, o texto clássico a respeito é o de Sieyès, *Que es el tercer estado?* B. Aires, Americalee, 1943. Ver o comentário sobre a questão nacional em Pascal Ory (Org.) *Nouvelle histoire des idées politiques*. Paris, Hachette, 1987, pp. 126-36.

²² - Há uma verdadeira floração de liberalismos. Prélot, op. cit., pp. 376-502, apresenta uma tipologia bastante interessante, classificando o liberalismo segundo os tipos: aristocrático, puro, doutrinário, democrático, tradicionalista, mitigado, exasperado, católico, construtivo, nacional, anarquista...

²³ - Edmund Burke introduziria uma série de ressalvas conservadoras no pensamento liberal, contra-revolucionárias. Cf. Georges Lefebvre, *El nacimiento de la historiografía moderna*, Barcelona, Martínez Roca, 1974. Vale ressaltar a aproximação entre Hayek, um dos mentores no neoliberalismo, e Burke, admitida pelo primeiro e apontada por Pascal Ory, op. cit., p. 169.

te, marca distintiva de cada povo, que torna o ato do pertencimento social algo de similar a uma totalidade orgânica. É bom frisar que Herder não partia de um princípio racial ou racista, embora seu argumento tivesse um fundo profundamente metafísico ²⁴.

Observa-se assim a emergência de concepções ideológico-políticas que, não se posicionando contra o predomínio burguês, questionam o liberalismo por sua incapacidade de explicar a questão social e de assegurar formas sólidas de coesão social. Constroi-se uma fusão entre as categorias de povo e de nação, sob a batuta do Estado que, ao propor um princípio de unidade fundamental, reduz e desqualifica o papel do conflito social. Sob formas variadas e com um largo espectro político, uma vez que o romantismo e as proposições comunitárias, por exemplo, incorporarão diversas tendências políticas (desde posições conservadoras até algumas próximas aos socialistas), opõe-se uma idéia forte de harmonia — da sociedade como todo coeso por natureza ou por *essência* (o “espírito”) — ao princípio do conflito de todos contra todos do pensamento liberal.

Ao longo do século XIX e no século XX essa recusa em admitir o conflito no interior da sociedade e sua concomitante expulsão para as fronteiras de grupos nacionais (definidos de forma racial ou cultural) deu lugar a matizes muito mais duros e conservadores, expressos principalmente pelos ultra-nacionalistas, base do nazi-fascismo europeu.

Outrossim, a constituição de um setor conservador católico, rejeitando o pensamento liberal, retomava uma concepção orgânica e corporativa da sociedade, recuperando, de forma modernizada, os princípios providencialistas que também, como já vimos, desqualificavam o conflito no interior da sociedade.

As concepções ideológico-políticas até aqui apresentadas, em sua relação com a noção de conflito, atravessaram a formação dos historiadores profissionais, então em processo de constituição. Mais ainda, atravessaram vigorosamente as Ciências Sociais, cujo processo de consolidação se realizou na segunda metade do século XX ²⁵, incorporando, de

²⁴ - Cf. Lefebvre, op. cit., pp. 150-7; Fontana, op. cit., capítulo 6, “História y contrarrevolución: 1814-1917”, pp. 115-34.

²⁵ - A respeito do nascimento das Ciências Sociais, consultar, por exemplo, François Châtelet, *História da Filosofia*, Rio, Zahar, 1981, especialmente os volumes 5, “A filosofia e a história” e 7, “A filosofia das ciências sociais”.

maneira variada e muitas vezes contraditória, a noção de conflito. Quaisquer que fossem os *a priori* cognitivos ou os pressupostos político-ideológicos, a conformação das Ciências Sociais deveria dar conta da crescente multiplicidade e complexidade dos conflitos sociais, expressa tanto nas sucessivas revoluções do século XIX, quanto nas lutas operárias, lutas urbanas e outras reivindicações, inclusive democráticas.

MARX E O CONFLITO

No extremo oposto à reação ao liberalismo que pregava a redução do conflito através de formas unitárias, orgânicas, corporativas ou hierarquizadas, outro pressuposto político-ideológico recuperava, no século XIX, a noção de conflito, valorizando-a de forma diversa do pensamento liberal. Trata-se da vertente socialista que, se posicionando a favor das rebeldias e rebeliões populares, de suas reivindicações e demandas, incorporava o conflito como elemento constitutivo da vida social e como pólo dinâmico do processo histórico. Também aqui não se pode supor uma unidade de princípios entre grupos com visões profundamente diversas, tais como Owen, Saint-Simon, Cabet, Fourier, etc.²⁶

No interior dessa corrente mais ampla, uma ruptura fundamental ocorrerá com Marx. Não podemos desenvolver, no quadro desse ensaio, todo o alcance da reflexão marxiana, mas apenas indicar o lugar da crítica que fará incidir tanto sobre o liberalismo e sua concepção de conflito, quanto sobre o romantismo e sua recusa do conflito.

Em primeiro lugar, trata-se de uma crítica radical à concepção natural e naturalizante das relações sociais, base do pensamento liberal, que fazia derivar a sociedade da natureza do homem. Ao rejeitar tal fundamento, Marx opõe uma visão do homem como resultado de um duplo processo, histórico e social, introduzindo uma tensão constitutiva onde anteriormente havia apenas natureza estável. Essa tensão constitutiva implica pensar a construção das individualidades dentro de cada contexto histórico e social. Compreender plenamente a formação dos indivíduos supõe admitir a existência de diferenças radicais entre

²⁶ - Ver o interessante trabalho de Jacques Rancière, *La nuit des prolétaires. Archives du rêve ouvrier*. Paris, Fayard, 1981. Ver também, de Karl Marx, *O Manifesto Comunista*, São Paulo/Rio, Perseu Abramo/Contraponto, 1998, pp. 29-39, onde Marx evidencia a distinção entre as formas precedentes de socialismo.

os períodos históricos, entre os modos de produção. Marx mostra inclusive como apenas a partir da sociedade moderna — burguesa e capitalista — a própria questão do indivíduo se coloca como problema social²⁷.

Indo além da mera valorização do conflito como forma de obtenção de satisfações individuais e de interesses, Marx procurará a matriz fundamental do conflito não na natureza humana, mas no *próprio processo histórico*. Transita, assim, da imediatez de cada conflito pontual para a busca das matrizes contraditórias que organizam e modelam a estrutura dos conflitos nos diversos períodos históricos. Opõe-se também ao modelo organicista e harmônico da sociedade, pela demonstração exaustiva do princípio metafísico subjacente a tal concepção — que constitui, aliás, o principal argumento da *Ideologia Alemã*²⁸.

De forma diferente, tanto os liberais quanto os organicistas naturalizavam e reificavam relações que são sociais. Marx superaria os impasses históricos aos quais chegavam essas vertentes, incorporando o que havia de original em suas concepções mas ultrapassando-as. No primeiro caso, o pensamento liberal não percebia que os homens são fruto de um processo de formação, mas que isso não os impede de serem também agentes ativos desse mesmo processo. Não se trata, pois, de natureza, mas da produção histórica e social dos homens. Partir da natureza é perder de vista que em cada período histórico, em cada modalidade de organização social, os homens são “conformados” diferentemente. Nesse nível, a cultura — isto é, a socialização da experiência, dos comportamentos, as expectativas e os papéis sociais que os homens encontram ao nascer — desempenha um papel crucial. No entanto, tal conformação cultural, diferentemente dos essencialistas/organicistas, não podia ser reduzida a uma espécie de padrão eterno e imutável nem, sobretudo, ser concebida como agindo igualmente sobre todos os homens de cada sociedade e de cada período histórico.

Era necessário superar os dois impasses aos quais chegava a matriz organicista: de um lado, a proposição metafísica de um “espírito nacional” cuja origem era indecifrável e ahistórica; de outro, o fato de que os processos históricos de povos distintos deixavam de ser comparáveis, por

²⁷ - Karl Marx, *A contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, pp. 119-122.

²⁸ - Karl Marx, *La Ideologia Alemana*. Montevideo, Ed. Pueblos Unidos, Barcelona, Ed. Grijalbo, 1974.

produzirem “homens” de qualidades diversas e irreduzíveis uns aos outros. Marx permitirá compreender como tal supremacia somente se verificaria pela dominação colonial, expressa ideologicamente na contraposição entre civilização e barbárie.

Trata-se de identificar os processos sociais que produzem a cultura. Marx parte da constatação de que os homens fazem a história — de que esta é portanto, aberta à transformação — mas realizam-na no interior de quadros que já encontram ao nascer. Mostra, ainda, que o processo de socialização (isto é, tornar os homens parte de um complexo social) não é homogêneo e indiferenciado mas, ao contrário, o resultado da produção de lugares diferenciados na sociedade, implantando-se e reproduzindo-se profundas desigualdades sociais.

Para superar tanto uma quanto outra concepção, Marx parte da constatação de que o fato primeiro é a própria produção da vida social e que esta deve ser analisada em toda sua materialidade. Critica os pressupostos metafísicos precedentes de dois tipos, pela naturalização do homem ou da sociedade. Ao afirmar a produção da vida social como condição fundamental de toda história, pode perceber tanto a produção da diferença e da desigualdade, quanto explicar os conflitos como pertencentes ao cerne da vida social e não como resultado de taras ou carências individuais.

O conflito, em Marx, adquire uma *dupla determinação*, econômica e política. Localiza-se, em sua matriz mais profunda, na produção social, na repartição não dos produtos (não sendo portanto o interesse egoísta o “motor” dos conflitos), mas dos indivíduos e das classes sociais no processo de produção. A produção constituindo, simultaneamente, a divisão social do trabalho e da riqueza, determina a parte/parcela que cada grupo ou classe social poderá dispor ao final do processo produtivo. Esse mundo da produção social em Marx corresponde a algo muito mais amplo do que a definição de “economia” utilizada pela economia política anterior e pela maioria dos economistas, posteriormente, posto que a própria história passava a ser considerada como resultante do trabalho dos homens, em sentido amplo, genérico, como elaboração consciente da natureza e aplicação consciente e inconsciente da criatividade humana. Os homens, para Marx, ao laborarem a natureza, moldam a si próprios, nas relações que estabelecem entre si ao lidar com as necessidades da vida. O trabalho, além de criador de riqueza, passava a ser considerado como aquilo que *humaniza* o homem, seu atributo próprio. No entan-

to, esse trabalho não significava, para Marx, apenas uma relação entre homens e natureza mas, sobretudo, uma relação de cooperação e conflito entre os homens na apropriação da natureza. O modo de produzir — ou, em outros termos, a divisão do trabalho entre as classes sociais — tornava-se uma das chaves centrais para a explicação das modificações históricas.

Mantendo-nos na dimensão econômica — em sentido amplo — do conflito social, Marx aponta para a contradição historicamente identificável entre a capacidade de organizar socialmente a produção — as forças produtivas — e o quadro social no qual a produção ocorre — as relações de produção. O conflito entre forças produtivas e relações de produção, vulgarmente reduzido algumas vezes a uma espécie de “determinação inexorável” aponta, ao contrário, para a constatação de sua recorrência nas formas históricas precedentes e para a possibilidade política de transformá-lo qualitativamente.

Chegamos assim à segunda determinação do conflito para Marx, a rigor inseparável da primeira, embora distinta: trata-se da matriz política, isto é, da forma pela qual os homens tomam conhecimento de suas condições sociais, constroem representações e travam os conflitos enquanto forma consciente e organizada. A luta de classes não se explica num nível inconsciente e involuntário, derivado meramente de condições objetivas que os homens encontram ao nascer, mas não pode ser compreendida sem elas. Também não decorre unicamente de uma predisposição consciente ao conflito, através de uma consciência clara e precisa do processo histórico. Ela se trava nos dois níveis. Qualquer redução do processo conflitivo a apenas um dos dois níveis perde a característica central da dialética marxiana: a tensão que subsiste permanentemente entre indivíduo e sociedade, entre classes sociais, entre períodos históricos.

Marx recupera também a materialidade dos agentes do processo histórico, os quais haviam sido reduzidos, no caso do liberalismo, à dicotomia indivíduo e Estado e, no caso do historicismo (romântico ou conservador), a um povo definido por tradições ou por um espírito inefável e ahistórico, gerador de um “agente” peculiar, que seria a “nação” e seu porta-voz, o Estado.

Tal materialidade, longe do reducionismo que certas vulgatas pretendem impor a Marx, traduz-se pelo desafio que significa pensar, em cada momento histórico, tanto as formas de organização social da produção dominantes e sua articulação com as demais formas subordinadas

quanto, sobretudo, as formas de organização das vontades, a auto-constituição das classes e dos grupos sociais que se processa ao longo do tempo, através de experiências, de aprendizados, de vitórias e de derrotas. As classes sociais, longe de algo estático e encapsulado numa economia definida como o interesse vulgar, espriam-se para a organização da vida social, com suas divisões, suas diferenças, suas experiências, seus conflitos internos.

Não há, para Marx, um homem “mesquinho” ou “mau”. Há homens produzidos por sociedades e histórias, homens pertencentes a grupos e classes e que, de seu interior, poderão construir novas histórias (ou não). Não se trata de uma qualificação moral (uma essência) ou de uma natureza, como a noção de interesse vinha sendo utilizada. A própria categoria de interesse muda qualitativamente, assumindo uma série de gradações:

- em primeiro lugar, o interesse é histórico e fruto de uma sociedade determinada: ele expressa a forma pela qual a sociedade burguesa mercantiliza, naturaliza e reifica todas as relações sociais. É, pois, através da noção de interesse que as pessoas são socializadas, levadas a pensar sobre si mesmas e sobre as relações sob as quais vivem, reduzindo-as a uma relação quantitativa e monetarizada;

- as formas de organização social e de conflito, na própria sociedade capitalista, permitem entrever a superação prática, histórica, dessa noção de interesse, pela construção de forças sociais organizadas que exprimem demandas coletivas, capazes de ir muito além de interesses individuais,

- não há, em Marx, uma idealização das classes sociais, onde uma correspondesse à bondade e outra à maldade (fórmula moralizante e ahistórica). Marx evidencia que, frente ao conflito entre as classes, estas buscam construir formas mais elevadas de “interesse”, relacionado não a cada desejo individual, mas à preservação do lugar social. Tal preservação, que significa para a burguesia (com a multiplicidade de frações que a constituem e de interesses privados também em conflito), em última instância, a manutenção da própria sociedade de classes, a conduz a propor como “universal”, como “geral”, aquilo que apenas responde a seu interesse como classe, isto é, à reprodução da divisão social. Aqui está um dos cerne da discussão sobre a ideologia...

Neste ponto, chegamos à superação realizada por Marx do segundo nível de conflitos proposto pelo pensamento liberal, o que opunha sociedade a Estado. Ao criticar a idéia de uma sociedade de natureza

(interesse) oposta a um estado artificial pactuado (proteção da propriedade), Marx demonstra como essa noção liberal corresponde a um projeto social de dominação: colocar o Estado como algo acima e separado da sociedade, rejeita a existência de divisões de classe no interior da própria sociedade. Pensar historicamente esse processo, exige denunciar, ao contrário, como o Estado resulta dessa divisão em classes e, ao mesmo tempo, como sua permanência supõe a recusa dessa mesma divisão, assegurando a reprodução das condições sociais de produção e de dominação. Não há nenhum simplismo nessa análise. Não há dominação pura, “maquiavélica”: ela é sempre relação social e conflito; ela deve responder ao conflito e àqueles que a ela se contrapõem.

Recuperar toda a complexidade histórica de tal construção social é o desafio lançado por Marx ao pensar o conflito — e a luta de classes — como constitutivo da vida social. Desafio aliás retomado por Gramsci, objetivando explicar o alcance sócio-político, no século XX, do Estado moderno. Desafio que o leva a enfatizar exatamente a dimensão de conflito e da luta de classes, assim como o da organização coletiva e da produção das vontades (e consciências) para analisar o próprio Estado.

Torna-se assim possível analisar a nação como algo criado, construído, derivado exatamente desses conflitos cuja ameaça maior é a revolta contra o capital. Nas nações modernas instaura-se uma identidade fictícia que, ao propor uma homogeneização obliteradora das diferenças brutais entre as classes sociais, produz uma entidade que se propõe estar acima dos indivíduos e das classes sociais ²⁹. No entanto, denunciar esse processo não significa eliminar o fato — real e constitutivo da vida prática — de que as nações (assim como os Estados) constituem realidades nas quais vivem os homens, os grupos e as classes sociais, através das quais tomam consciência de sua existência e travam seus conflitos.

A questão do conflito, em Marx, traz ainda outra série de questões, pois sua centralidade é de tal porte que envolve praticamente todo o seu pensamento. Mencionemos apenas de passagem o próprio princípio dialético, assim como o fato de que sua proposta política consiste exatamente na exacerbação do conflito de classes — a revolução — como condição para a superação dessa divisão social baseada na exploração e na dominação.

²⁹ - Cf. Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris, La Découverte, 1988.

No entanto, diferentemente dos nostálgicos de um mundo “harmônico” utópico e sem divisões, não há em Marx nenhuma previsão de futuro no qual desapareceriam as diferenças e os conflitos. O fim das classes — e da exploração social — liga-se à proposição de uma sociedade associativa na qual o livre desenvolvimento de cada um seria a condição para o livre desenvolvimento de todos. Isso supõe, ao contrário, uma plenitude individual (o reino das diferenças) que não seja esmagada e homogeneizada ficticiamente pela exploração social. Como o reitera pertinentemente Alex Callinicos, a sociedade sugerida por Marx supõe o fim do conflito de classes, mas não das diferenças e divergências individuais, que constituiria o pólo no qual os conflitos e as transformações históricas poderiam ocorrer, sem incorrer na exploração de classes ³⁰.

* * *

Apresentamos acima os principais pólos político-ideológicos concernentes à reflexão sobre o conflito e seu papel na vida social. Enfatizamos como o conceito de conflito foi apreendido em cada uma dessas vertentes, assim como seu papel na dinâmica social. Como se pode inferir, essas grandes linhas políticas permanecem balizando nosso mundo contemporâneo. O desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais ao longo do século XX referiu-se constantemente a uma ou outra dessas linhas, muitas vezes realizando mesclas, produtivas algumas, meramente ecléticas outras.

Aos historiadores compete, pela complexidade e amplitude de seu objeto de estudo, manter-se atentos para a historicidade dos conceitos, para as implicações no interior do campo cognitivo que a adoção de tais categorias implica, assim como para as relações existentes entre a reflexão social e a sociedade que nos envolve.

CAPÍTULO 3

CLASSES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

Marcelo Badaró Mattos

³⁰ - Alex Callinicos, *A vingança da História*. Rio, Jorge Zahar, 1992, pp. 140-7.

A expressão classe remete à idéia de parte específica de um conjunto maior, de grupo ou de categoria. Sua utilização para definir grupos sociais é anterior, mas para os termos deste ensaio, basta recuar ao fim do século XVIII, quando o Abade Sieyès escreveu *O que é o terceiro estado?* Referia-se, quando falava em classe, às quatro categorias correntes de trabalho - agricultura, indústria, comércio e serviços - pois o termo classe tinha o sentido de categoria, em contraste com ordem ou estado, que designavam grupos definidos a partir de critérios hierárquicos, hereditários e de solidariedade¹.

Ao longo do século XIX, os franceses passaram a se referir à expressão em termos de relações entre grupos baseadas em desigualdades: “classe dominante”, “classe burguesa” ou “classe trabalhadora”. Porém, até o fim do século, a maior parte das referências à classe por parte dos próprios trabalhadores, tomava o termo por sinônimo de profissão ou ofício: “classe dos tipógrafos”; “classe dos metalúrgicos”; “classe dos mineiros”, etc.².

Na Inglaterra, o termo classes trabalhadoras (*working classes*) era amplamente utilizado no início do século XIX, num sentido semelhante ao do uso do termo classe na França, para designar o conjunto de trabalhadores pobres em suas diversas categorias profissionais. Por volta dos anos 1840, começa a ampliar-se a utilização da expressão classe trabalhadora (*working class*), denotando em seu uso um sentimento de solidariedade interno ao grupo social e de oposição a outros grupos, numa apreensão nova da natureza das desigualdades sociais³.

Essa transformação no uso do termo, tendendo a indicar uma nova categoria de análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, indica um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outra(s) classe(s). Tal processo, cuja natureza política é inegável, relaciona-se à expansão das propostas socialistas. Em especial, vincula-se ao socialismo e às propostas de interpretação da realidade social defendidos por Marx e Engels, desde a década de 1840, em trabalhos como A

¹ Abbé Sieyès. *O que é o terceiro estado?* Citado por Sewell Jr., *Work & Revolution in France. The language of labor from the Old Regime to 1848*. New York, Cambridge University Press, 1980, p. 282.

² Idem, p. 283.

³ Briggs, Asa. “The language of class in early nineteenth century England”. In Briggs, A. e Saville, John (orgs.). *Essays on labour history*. London, Macmillan, 1960, pp. 43 e ss.

ideologia alemã; *Miséria da Filosofia* e *Manifesto Comunista*, que fundaram o materialismo histórico.

Embora seja possível observar outras matrizes de aplicação do conceito de classe social, é a partir das propostas de Marx e Engels que as ciências sociais passaram a incorporar a classe ao seu arsenal analítico e, mesmo quando divergindo do marxismo, nele tiveram o interlocutor e a referência centrais no debate sobre o uso do conceito⁴. Assim, nos limites deste texto, propõe-se a discussão dos usos do conceito classe social e de seu correlato luta de classes pelos historiadores, partindo do referencial marxista - explorado em algumas de suas várias possibilidades e limites.

O conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como o centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era uma constatação política de que o proletariado constituía-se numa nova força política, que acreditavam poderia engajar-se na luta pela emancipação. Quando uniram suas forças para elaborar o manuscrito da *Ideologia alemã*, Marx e Engels recorreram à classe para definir os termos da transformação operada pela burguesia nas sociedades modernas, moldando-a pouco a pouco às suas feições - cada vez mais urbanas e mercantis - no contexto de conflito de interesses em relação à nobreza feudal. Assim, definiam:

“Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho”⁵.

⁴ É o caso, por exemplo, de M. Weber, que analisa as desigualdades sociais a partir de três dimensões: riqueza, prestígio e poder. Para Weber, classe é uma categoria que diz respeito à primeira dessas dimensões - estritamente econômica - definindo um conjunto de indivíduos que compartilham a mesma situação em relação ao mercado. Weber, Marx. *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. UnB, 1992.

⁵ Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5ª ed., São Paulo, Hucitec, 1986, p. 84.

Relacionando as classes ao processo de divisão social do trabalho, Marx e Engels procuravam esclarecer os fundamentos da estrutura social no capitalismo. Demonstrando que a classe, como fenômeno social, só se constituía em oposição aos interesses de outra(s) classe(s) e, portanto, tomando consciência de seu lugar social - o que podia ser o ponto de partida para um projeto político de transformação - buscavam estabelecer as bases de uma teoria da dinâmica social⁶. É nesse sentido que o *Manifesto Comunista* irá definir: "a História de toda a sociedade até hoje é a História de luta de classes"⁷. Associando classe e luta de classes, era possível entender os fundamentos da divisão econômico-social das sociedades capitalistas e a natureza do conflito social característico da maior parte da história das sociedades humanas⁸.

Percebe-se, entretanto, que a dimensão dinâmica do conceito de classe, cedeu espaço, em outros trabalhos de Marx, a uma abordagem mais restrita, estreitamente vinculada à natureza da divisão social capitalista em sua dimensão econômica. É como apresenta o problema em *Para a crítica da Economia Política*, quando expõe seu projeto de investigar "as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se decompõe a sociedade burguesa moderna"⁹.

⁶ Na *Miséria da Filosofia*, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si, que retomaria em suas análises sobre a França, em especial n' *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, ao afirmar que os camponeses franceses não chegavam a constituir uma classe. Uma síntese da discussão sobre essa distinção, em Marx e nos debates posteriores do marxismo é feita por Bottomore, Tom. "Classe" e Fetscher, Iring. "Consciência de classe". In Bottomore, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

⁷ Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In *Marx e Engels. Obras escolhidas*. Moscou/Lisboa, Progresso/Avante, 1982, Tomo I, p. 106".

⁸ Há grande controvérsia no debate marxista sobre a pertinência da análise baseada em critérios de classe para o estudo das formações sociais anteriores ao capitalismo. Sobre essa possibilidade ver o verbete já citado sobre "Classe" de Bottomore, Tom. In *Dicionário...*, op. Cit. Uma análise histórica que leva ao limite a discussão sobre o entendimento de uma sociedade de pré-industrial com referência na teoria marxista do conflito social é o estudo de Thompson, E. P. "La Sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?" In *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3a. ed., Barcelona, Crítica, 1989.

⁹ Marx, Karl. "Para a Crítica da Economia Política". In *Obras escolhidas*, op. Cit., Tomo I, p. 529.

O projeto de crítica à economia política tradicional seria em grande parte desenvolvido no *Capital*. No que diz respeito ao conceito de classe social, entretanto, o último manuscrito ("classes" - Capítulo LII da Parte Segunda do Livro Terceiro) da obra de Marx - reconstituída neste trecho por Engels - encerra-se antes que o autor desenvolva a resposta à pergunta por ele mesmo formulada: "o que constitui uma classe?"¹⁰

O fato, porém, é que boa parte da prática política e da teoria social inspiradas em Marx, no século XX, tornaram o conceito de classe a partir dessa sua dimensão econômica mais restrita, em contradição mesmo com a proposta interpretativa construída nas obras pioneiras do materialismo histórico. O exemplo paradigmático desta visão restritiva de classe, é a definição extraída de uma passagem de Lênin:

"Chamamos classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (física e consagrada pelas leis na maioria dos casos) com os meios de produção, pela sua função na organização social do trabalho, portanto, pelos modos de obtenção e importância da parte de que dispõem. As classes são grupos de homens, em que alguns se podem apropriar do trabalho de outros graças ao lugar diferente que ocupam numa estrutura determinada: a da economia social".

Tal passagem, por um lado, precisava corretamente a desigualdade fundamental entre exploradores e explorados sugerida por Marx e Engels em seus textos dos anos 1840 e analisada com maior precisão pelo Marx da crítica à economia política que desaguou n' *O Capital*. Por outro lado, restringia profundamente o fenômeno, tomando essa desigualdade como um dado e não como um processo que se define no interior do conflito social, e desprezando qualquer consideração sobre a importância da

¹⁰ Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1985, Vol. III, Tomo 2, p. 317.

¹¹ Lênin, citado por Villar, Pierre. "As classes sociais". In *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa, Sá da Costa, 1985, p. 123.

consciência que os homens constroem sobre seu lugar, sobre sua identidade e sobre seus laços de solidariedade, em termos de classe.

Do debate clássico no marxismo aos seus posteriores desdobramentos ao longo do século XX, muitas outras contribuições decisivas seriam formuladas. Para os objetivos deste ensaio, entretanto, basta afirmar que a definição limitada da classe cristalizada naquela passagem de Lênin teve e permanece tendo uma influência muito mais duradoura e ampla que outras idéias e propostas do revolucionário russo, mesmo para muitos autores que renegam uma filiação ao marxismo-leninismo.

Saltando a um passado mais próximo, as transformações recentes nas economias industriais capitalistas motivaram, como em outros momentos, uma rediscussão da idéia de classe social e, em especial das noções estabelecidas sobre a classe trabalhadora. Do ponto de vista deste ensaio, tal discussão recente, travada particularmente no campo das ciências sociais, muito teria a enriquecer-se com o debate sobre o conceito, no interior do próprio campo do marxismo, travado pelos historiadores. Em especial porque esse debate historiográfico tendeu, a partir dos anos 60, a recusar a definição estritamente econômico-estrutural de classe, para resgatar nos fundamentos do materialismo histórico a dimensão processual da classe na dinâmica do conflito social.

TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA HOJE

Aceleradamente e em escala planetária, as economias capitalistas passam, desde a década de 80 pelo menos, por um processo de mudança que, ao afetar a forma como a produção de massas organizou-se ao longo deste século, tem sido caracterizado como inaugurador de uma nova fase da história do capitalismo. Terceira Revolução Industrial, pós-fordismo e reestruturação produtiva são alguns dos termos criados com o objetivo de caracterizar tal processo. Do ponto de vista das relações de trabalho, o grau de modificações também tem sido intenso, a ponto de alguns analistas da questão falarem em uma crise “da sociedade do trabalho”, ou no fim da classe operária.

A reestruturação e as análises sobre a classe

Correndo o risco das simplificações, seria possível apontar cinco características centrais no conjunto de transformações envolvidas no

processo de reestruturação capitalista em curso¹². Uma primeira diria respeito à nova fase da internacionalização do capital que, alavancada pela expansão sem precedentes do sistema financeiro, gera a busca da liberdade irrestrita para os investimentos especulativos em escala mundial, no terreno financeiro, enquanto, no campo comercial, procura a integração de mercados (sob o controle das economias capitalistas mais tradicionais). Movimento que se completa, no campo industrial, com a tentativa de articular mundialmente os processos produtivos das grandes empresas transnacionais.

A segunda característica da reestruturação econômica aqui destacada tem sido tratada como “desindustrialização”. A redução da participação do setor industrial nas economias capitalistas desenvolvidas, paralelamente ao crescimento do peso relativo do setor de serviços, são os índices mais claros deste processo. A diminuição do número de postos de trabalho nas indústrias e o fechamento de muitas fábricas tem alterado profundamente o panorama dessas economias. Isto não significa, entretanto, que a produção industrial tenha sido completamente deslocada de seu lugar central nas economias capitalistas. O setor de serviços cresceu mais intensamente justamente nas áreas de apoio à produção, tanto com as novas tecnologias de telecomunicações e informatização quando aplicadas ao processo produtivo, quanto através da terceirização, em que as indústrias demitem empregados próprios nas áreas de apoio (como segurança, transporte, alimentação, etc.) e às vezes nas áreas secundárias da produção, contratando o serviço de firmas terceiras para executar essas funções.

Uma terceira característica, talvez a mais discutida, deste processo diz respeito às transformações tecnológicas e nas relações de trabalho. As aplicações das novas tecnologias tem resultado, em geral, na diminuição da oferta de empregos e numa mudança no perfil de qualificação da força de trabalho - certas vezes por demandarem trabalhadores mais

¹² Análises mais amplas deste processo podem ser encontradas numa vasta literatura internacional. Para citar apenas duas boas sínteses de autores brasileiros, mencionamos Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)*. São Paulo, Cortez/edUnicamp, 1995 e Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995. Tratei de fazer essa discussão de forma mais aprofundada em artigo publicado em Mendonça, Sônia R. de e Motta, Márcia M. M. (orgs.). *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, EdUFF, 1998.

especializados (como operadores/programadores de máquinas de “controle numérico” ou sistemas informatizados nas indústrias metal mecânicas), outras vezes por gerarem desqualificação (como na substituição dos bancários com conhecimentos de contabilidade pelos digitadores, com a ampliação do uso de sistemas informatizados pela rede bancária). Porém, mais radicais que as inovações tecnológicas tem sido as mudanças no gerenciamento da produção. Através de estímulos à polivalência (o operário executa várias tarefas, controla a qualidade dos produtos e faz a manutenção preventiva da máquina) e ao trabalho em equipes (dividindo responsabilidades, mas também aumentando o controle do conjunto da equipe sobre cada um de seus membros para garantir o nível de produtividade), gera-se uma nova estratégia de controle da mão-de-obra, visando uma situação em que os trabalhadores compartilhem os objetivos da empresa, e portanto dos empresários, de expansão da produtividade e dos lucros.

Relacionada diretamente às três características anteriores, tem-se uma quarta: as mudanças na composição da classe trabalhadora. Com a “desindustrialização”, as novas e precárias formas de contratação decorrentes da terceirização, as alterações no nível de qualificação e, principalmente, com o desemprego estrutural (em taxas que se elevam em alguns países europeus à casa dos 20%)¹³, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis.

Uma última característica significativa diz respeito, justamente, às alterações no papel do Estado. No pós-guerra, os Estados dos países industrialmente desenvolvidos assumiram ou ampliaram três campos de atuação: a intervenção direta na economia através da encampação de empresas do setor produtivo e de serviço e da criação de novas empresas públicas; a intervenção econômica indireta, via planificação econômica e tentativas de regulação de preços e salários, mediando o conflito entre os agentes econômicos; e a ampliação dos benefícios e serviços ligados à seguridade social. A reestruturação econômica fez-se acompanhar de um duro ataque a estas três áreas de atuação, concomitantemente à

¹³ Os dados dos primeiros meses de 1998, quando alguns países europeus registravam pequenas quedas nas suas taxas de desemprego, eram de 10,1% de desempregados na média dos 15 países da União Européia. O índice de desemprego francês ultrapassava os 12% e o alemão registrava 11,5%. Na Espanha, onde os índices de desemprego oscilam próximos (às vezes acima, outras vezes abaixo) dos 20%, a taxa se encontrava acima dos 18%.

chegada aos governos de projetos políticos identificados com este ataque e que se encarregaram de executar as políticas de matriz neoliberal, privatizando empresas públicas, diminuindo a participação do Estado na regulação do mercado e cortando gastos previdenciários. O discurso político dos representantes do grande capital, mais dependente do Estado do que nunca (para abrir mercados, garantir a especulação e cortar políticas distributivistas), passou a ter na defesa de um suposto “Estado Mínimo” sua pedra de toque.

Em meio a este conjunto avassalador de transformações, os sindicatos viveram um processo de esvaziamento. Frente a um contexto francamente desfavorável, que levou a reavaliações políticas e à elaboração de novas estratégias de atuação, os sindicatos se encontram diante de novos desafios que passam pelas tentativas de ampliar os laços internacionais das lutas dos trabalhadores, diante do quadro de internacionalização do capital, pelo domínio do conhecimento estratégico das novas técnicas de produção e gerenciamento, de forma a interferir no processo de modernização tecnológica (evitando porém o risco da parceria com o capital) e pela busca de articulação com outros movimentos sociais representativos da nova realidade de fragmentação e precarização dos trabalhadores, como os movimentos de desempregados.

Frente a esse quadro de transformações econômicas e políticas profundas, uma tendência de análise começou a se esboçar, ganhando corpo entre os cientistas sociais europeus nos anos 80. Diante das transformações na organização da produção, de mudanças na composição da classe e de recuo das instituições e caminhos de ação política operária tradicional, muitos falaram em um esgotamento das possibilidades de analisar a realidade social contemporânea e de propor alternativas políticas a partir de critérios de classe.

Para alguns, as mudanças indicariam o fim da centralidade do trabalho, no seu uso como categoria de análise ou na experiência de vida da maioria da população. Para explicar este fenômeno, costuma-se recorrer a um argumento “em cascata”: entre o contingente de aptos ao trabalho, em cada país de industrialização avançada, são minoria os que trabalham (aposentados, estudantes, donas de casa, entre outros grupos, somam a maioria); entre estes que trabalham, muitos têm empregos irregulares, ou vivem de pequenos negócios e trabalho por conta própria, além dos desempregados por muito tempo; e entre os que trabalham regularmente, é cada vez menor a jornada de trabalho necessária à

manutenção do ritmo de produção, criando uma expectativa por férias, lazer e vida familiar que consome a maior parte do tempo e das preocupações destes trabalhadores¹⁴.

Para outros analistas, o mesmo quadro de transformações estruturais e de declínio das organizações e formas de ação tradicionais do operariado, indicariam o esgotamento da proposta de transformação social centrada nos trabalhadores como atores principais¹⁵.

Pode-se argumentar que esse tipo de análise, típico dos anos 80, foi confrontado com os fatos nos anos 90. Em primeiro lugar, porque as inovações tecnológicas, além de enxugarem quadros, se fizeram acompanhar, não de redução, mas de uma intensificação do ritmo da produção e mesmo da jornada de trabalho dos que permaneceram na produção. Em segundo lugar, porque as tradicionais rotinas fordistas de produção reatualizaram-se em novos domínios, adaptando-se a certas áreas do comércio e dos serviços¹⁶.

Por outro lado, as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental a que se referia Marx, em suas obras já comentadas. O convívio "pacífico" - pacífico para o capital - entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero, etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a "produtividade" do trabalho - ou seja, elevar o grau de exploração - que podemos entender o esforço para diversificar as formas de exploração, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.

Finalmente, é bom lembrar que o alegado desaparecimento do papel central dos sindicatos e partidos de esquerda tradicionais, apresentado

¹⁴ Offe, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 179.

¹⁵ Gorz, Andre. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

¹⁶ Beynon, Huw cita o exemplo dos tempos rígidos e da rotina de divisão de tarefas da rede de lanchonetes MacDonalds, para ilustrar essa permanência de certas características fordistas em áreas não industriais, no texto "As práticas do trabalho em mutação". In Antunes, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 14.

como corolário das teses sobre o fim da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, foi desmentido cabalmente quando do surgimento de movimentos sociais fortes, centrados na representação sindical - como a greve francesa de 95/96 - e de uma nova ascensão eleitoral dos partidos de esquerda em vários países da Europa.

Mais importante porém, é marcar os limites teóricos daquelas interpretações que anunciaram o fim da classe como fenômeno histórico e, portanto, a inutilidade do conceito para a análise da sociedade.

É possível perceber, que a maior parte dessas análises percorre um caminho direto que vai do contexto aos produtos (ou das causas às conseqüências). Das transformações a nível econômico-estrutural decorreriam mudanças sociais e políticas profundas. Entre estas mudanças, destacar-se-iam: um declínio quantitativo e uma alteração qualitativa do contingente operário; e uma crise de identidade operária. No fundo, por mais sofisticados que tais analistas se proclamem e por mais distante que a maioria pretenda se colocar do marxismo ortodoxo, seus pressupostos de análise são os mesmos dos que, no estilo da definição leninista de classe social, derivam das determinações estruturais (mudanças econômico-tecnológicas) o comportamento social dos grupos sociais.

HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Em outros momentos, a centralidade da categoria classe social e do fenômeno histórico da classe trabalhadora também foi questionada. Um contexto marcante neste sentido foi o das décadas de 50 e 60, quando a diminuição das disparidades na distribuição de renda e a ampliação no poder de consumo da classe operária dos países industrializados europeus, levou alguns cientistas sociais a proclamarem o fim da classe operária e a homogeneização das sociedades de capitalismo avançado, com a afirmação de uma onipresente "classe média"

Vários questionamentos à tese do "aburguesamento" operário foram mais tarde levantados, tendo por base estudos sobre a classe operária no mundo do trabalho, na esfera da produção, e não apenas no âmbito do mercado de consumo¹⁷. Contudo, uma das contribuições mais ricas para este debate viria de uma abordagem que destacava as matrizes

¹⁷ O debate sobre esta questão é resumido por Goldthorpe, John H. (e outros). *The Affluent Worker: industrial attitudes and behavior*. New York, Cambridge University Press, 1968, 1o. vol.

culturais do comportamento operário. Richard Hoggart, embora reconhecendo a tendência a transformações profundas na classe operária, destacou a persistência de padrões de comportamento e valores tradicionais de classe, com base na observação ativa de uma comunidade operária, aliada à problematização de sua própria experiência de vida¹⁸. Embora tematicamente orientada para a circulação e repercussão de livros e periódicos ditos populares, a obra de Hoggart extrapolou tal limite temático em direção a uma rica descrição etnográfica da vida familiar e comunitária do operariado britânico, em que se destaca a forma específica de classe em que novas situações sociais são lidas, através de lentes condicionadas pelas matrizes culturais tradicionais.

Por essa mesma época, um grupo de historiadores, ligados às questões da classe operária pela militância política no Partido Comunista Britânico, caminhava em sentido semelhante. Propunham - no interior dos marcos conceituais do marxismo - a superação da sobrevalorização de um nível de análise exclusivamente econômico nas explicações históricas. Forçando os limites da interpretação marxista, afirmavam a autonomia relativa de outros níveis de análise (político, social, e mesmo cultural em um sentido amplo)¹⁹.

Vindo deste grupo, E. P. Thompson compôs, com seu *A Formação da Classe Operária Inglesa*, um estudo que, pela ênfase na dimensão cultural da classe e pela riqueza de uma análise que reconstituía importantes aspectos da vida comunitária dos trabalhadores "pré-industriais", pode ser visto como um correspondente historiográfico do trabalho de Hoggart, apesar das diferenças quanto aos marcos conceituais²⁰.

¹⁸ Hoggart, Richard. *As Utilidades da Cultura*. Lisboa, Presença, s.d. (1a. ed. inglesa, *The Uses of Literacy*, de 1958).

¹⁹ Sobre este grupo, ver Schwartz, B. "The People in history: the Communist Party Historians Group 1946-1956". In Johnson, R. (e outros). *Making Histories: Studies in History, Writing and Politics*. Londres, Hutchinsons, 1982.

²⁰ Thompson, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987-1988, 3 vols. (1a. ed. inglesa, *The Making of the English Working Class*, de 1963). A comparação com o trabalho de Hoggart foi sugerida por Leve, Jean (e outros). "Coming of Age in Birmingham: cultural studies and conceptions of subjectivity". In *Annual Reviews of Anthropology*. 1992.

Ao abordar a formação da classe de um outro ângulo, Thompson procurou articular, em um contexto histórico específico e minuciosamente estudado, os elementos culturais - no sentido de sistemas de valores, crenças, moral, atitudes - envolvidos no processo de construção de identidades e interesses da classe a partir de experiências comuns. Segundo o próprio Thompson, a preocupação constante em sua obra com os silêncios da abordagem marxista do social o levou a "reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que estas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consonantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda"²¹.

Segundo tal raciocínio, foi possível a construção de um novo referencial de análise para as relações entre "vida material" e "consciência social". Embora Thompson não tenha dedicado muita atenção em seus estudos para as questões referentes à chamada "estrutura econômico social" (segundo ele por deixar esta tarefa a membros mais competentes de um projeto historiográfico coletivo), de seu trabalho pode ser inferida uma veia teórico-interpretativa bastante rica. Segundo Ellen K. Trinberger, o arcabouço de referencial teórico de Thompson, "quando aplicado ao material histórico, pode produzir um argumento que não é nem idealista, nem economicista, nem voluntarista nem estrutural-determinista. Tal argumento pode integrar a análise da produção cultural (incluindo a ideológica e moral) com a produção material (especialmente a econômica)"²².

As possibilidades interpretativas deste tipo de aproximação com processos históricos específicos, podem ser ilustradas por análises produzidas sobre a revolução industrial inglesa, a partir do referencial esboçado por Thompson. O surgimento da grande indústria foi

²¹ Thompson, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*, op. cit., p. 315.

²² Trinberger, Ellen K. "E. P. Thompson: understanding the process of history." In Skoopol, Theda (ed.). *Vision and Method in Historical Sociology*. New York, Cambridge University Press, 1984, p. 221.

tradicionalmente pensado como tendo origem na “revolução tecnológica”, produzida pela introdução da maquinaria a vapor no processo produtivo. No entanto, a grande fábrica e a relação de trabalho assalariada a ela correspondente podem ser pensadas também como uma possibilidade de controle sobre o tempo e o ritmo de trabalho do produtor direto²³, ou sobre o gerenciamento da produção e a apropriação das “sobras” pelos trabalhadores, que é anterior em muitos casos à introdução de qualquer avanço tecnológico significativo em termos de maquinário²⁴.

Trabalhando com o mesmo contexto histórico - da revolução industrial - foi possível a Thompson perceber que a experiência da exploração também não poderia ser tomada como uma decorrência direta das transformações tecnológicas e na organização da produção. Os valores, expectativas e senso de injustiça formados a partir de uma base tradicional do modo de vida “pré-capitalista”, forneceram os parâmetros pelos quais os trabalhadores orientaram sua visão das transformações tecnológico-produtivas.

A consciência de classe passa a ser assim encarada como “criada coletivamente por atores humanos, usando recursos culturais herdados de um passado particular para refletir sobre a forma como eles experimentam o impacto das grandes estruturas sociais, i. e., ‘relações de produção’”²⁵.

Também as formas de ação coletiva dos trabalhadores podem ser assim repensadas. Thompson recusou-se a dividi-las entre “racionais” e “irracionais”, “organizadas” e “espontâneas”, ou outras dicotomias do tipo. Tais polarizações são normalmente organizadas a partir de uma visão que parte de outra dicotomia, a da “classe em si”/“classe para si”, para privilegiar como portadores de propostas de transformação social apenas os movimentos organizados nos moldes dos modernos instrumentos de ação coletiva - os partidos e sindicatos. Sua abordagem privilegiou a investigação da racionalidade própria de cada movimento ou forma de organização, partindo de uma análise das motivações dos

²³ Ver do próprio Thompson o artigo “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial.” In *Tradición, revuelta ...*, op. cit.

²⁴ Linebaugh, Peter. “Crime e Industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. In Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

²⁵ Trinberger, E. K., op. cit., p. 221.

que deles participam, tomando em conta a leitura própria que os atores coletivos fazem do contexto em que vivem com base em seus referenciais culturais e morais compartilhados.

As conseqüências deste referencial teórico-interpretativo para as análises da classe são muitas. Resumindo algumas delas, seria possível listar: 1- a necessidade de referenciar as análises nos processos históricos específicos de formação e conflito entre as classes; 2- a percepção da heterogeneidade das classes e de seu comportamento coletivo, a partir da análise das múltiplas respostas ao contexto estrutural possíveis, tanto no nível da consciência, quanto da organização e ação coletivas; 3- a obrigatoriedade de encarar-se a classe não apenas a partir do *locus* da produção, mas também nos ambientes de moradia e sociabilidade, ou seja, na comunidade; 4- a exigência para o estudioso de compartilhar referenciais interpretativos da História com conceitos e métodos antropológicos ao trabalhar com noções como as de cultura, tradição, costumes e comunidade.

A habilidade de Thompson em (re)contar a história da formação da classe operária inglesa só pode ser comparada ao furor com que criou, ou envolveu-se, em polêmicas (historiográficas e/ou políticas). Atacando o determinismo economicista, tanto do marxismo conformado aos modelos do stalinismo, quanto da ciência econômica de matriz liberal, Thompson muitas vezes secundarizou a discussão sobre os aspectos mais estritamente econômicos do fenômeno da classe, para investir mais pesado no desmonte da imagem da classe como “coisa”, produto de uma estrutura que lhe determinava. Por isso mesmo, alinhava-se como herdeiro confesso do legado da parte mais articulada do projeto intelectual expresso por Marx no prefácio de seus *Manuscritos* de 1844 - o materialismo histórico, esboçado nas obras em parceria com Engels nos anos 1840 - tratando da maior parte dos escritos econômicos dos 20 anos posteriores da produção de Marx com uma distância maior. Para Thompson, o esforço de Marx em construir uma “anti-economia política”, como etapa daquele projeto intelectual mais extenso, só teria sido bem sucedido (ainda que parcialmente) n’*O Capital*. Em outras passagens anteriores, que Thompson trata por “lado *Grundrisse* de Marx”, em tom pejorativo, o pensamento marxiano teria ficado “preso na armadilha dos circuitos do capital”. Dessa produção mais limitada do Marx (anti)economista teriam extraído sua munição os deterministas que se intitulavam marxistas contra

os quais Thompson se levanta, tendo como alvo principal Althusser²⁶.

Era de se esperar, dada a contundência do ataque, que muitas fossem as críticas à perspectiva de análise de Thompson. E foram particularmente abundantes as que apontaram em seu esforço anti-determinista uma queda "culturalista" também incompatível com a referência teórica marxista²⁷. As leituras críticas mais ricas foram justamente as formuladas por aqueles que reconheceram no trabalho de Thompson um marco zero na renovação dos estudos sobre a classe operária. Este parece ser o sentido do comentário de Sewell Jr. sobre a inconsistência de alguns escritos teóricos de Thompson²⁸. Dois pontos são ressaltados nas críticas de Sewell Jr: um desprezo excessivo pela sincronia e uma elaboração teórica insuficiente do conceito de experiência. Este, seria tomado como simples mediação entre um nível objetivo da classe na produção e o nível subjetivo da consciência (tal como aponta no famoso prefácio d'**A Formação da Classe Operária Inglesa**)²⁹, o que parece indiretamente remeter a uma determinação econômica "em última instância", de resto tão criticada pelo próprio Thompson. Sewell Jr acrescenta, no entanto, que apesar das insuficiências de seus escritos teóricos, as análises concretas de Thompson são o exemplo de superação dessas insuficiências, abrindo caminho para estudos da classe que relacionem sincronia e diacronia e em que múltiplas determinações possam ser levadas em conta.

Na mesma linha, Ira Katznelson absorve algumas das críticas às incoerências teóricas de Thompson, mas parte das análises do próprio para propor uma conexão entre teoria e história num conceito de classe

²⁶ Thompson, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, em especial pp. 180 e ss.

²⁷ Uma lista bastante abrangente de trabalhos sobre os escritos de Thompson pode ser encontrada ao fim do texto de Trimberger, E. K., op. cit.

²⁸ Sewell Jr., Willian. "How Classes are made: critical reflections n E. P. Thompson Theory of working-Class formation". In Kaye, H. J. e MacClelland, K. E. *P. Thompson: Critical Perspectives*. Philadelphia, Temple Univ. Press, 1990.

²⁹ Thompson, E. P., op. cit. O trecho em questão é aquele em que se afirma ser a experiência de classe determinada "em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente...", p. 10.

pensado em quatro níveis³⁰. Um primeiro nível corresponderia à análise estrutural, em que as relações entre o desenvolvimento capitalista e a classe seriam privilegiadas. O segundo nível diria respeito aos modos de vida e relações sociais, não só no mundo do trabalho. Embora também conectado às questões de natureza econômica e intimamente relacionado ao primeiro nível, neste segundo a proximidade com o que Thompson chamou de experiência seria mais direta. Do estudo combinado destes dois níveis é possível obter-se informações sobre como os trabalhadores existem e vivem, porém, pouco ou nada se pode dizer sobre como eles agem ou pensam. Uma análise deste tipo requereria o estudo dos outros dois níveis do conceito e da história da classe.

O terceiro nível corresponderia ao que Thompson tratou por "formação cultural", mais diretamente ligado à consciência - pensada não em termos de escalas evolutivas ou do binômio "classe em si"/"classe para si" - mas no sentido de pessoas compartilhando visões de mundo, disposições e atitudes. No entanto, a passagem da disposição à ação não é um dado obrigatório, e agir a partir de organizações de classe exige mais do que compartilhar valores e comportamentos. A ação coletiva seria o núcleo do quarto e último nível da classe. Nos dois últimos níveis da análise da classe, as diferenças entre os casos históricos de formação da classe teriam de ser necessariamente mais valorizadas.

A intenção deste conceito em quatro níveis é, segundo o próprio Katznelson, "especificar mais precisamente o ponto de conexão entre a estrutura das relações de classe no nível macro-estrutural; a experiência de vida da classe no local de trabalho e na comunidade de residência; grupos de pessoas dispostas a agir em caminhos de classe; e ação coletiva baseada na classe"³¹. Embora a proposta de análise da classe em níveis possa levar a leituras que acabem por propor análises compartimentadas, levando a distorções, como a de restringir o conceito de experiência de Thompson aos níveis de condições e de modos de vida, a proposta de Katznelson, se aplicada com cuidado, é interessante por permitir a operacionalização de estudos da classe suficientemente abrangentes.

³⁰ Katznelson, Ira. "Working-Class Formation: constructing cases and comparasions". In Katznelson (e outros). *Working-Class Formation, Nineteenth-century patterns in Western Europe and United States*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1986.

³¹ Idem, p. 21.

VOLTANDO À CLASSE HOJE

Voltando à relação entre contexto social e produção acadêmica, podemos afirmar que, da mesma forma que as novas abordagens sobre o período de formação da classe operária foram produzidas em meio a um debate acadêmico que destacava as alterações no padrão de vida da classe no pós-guerra, a década de 80 sugere um novo desafio interpretativo. Refiro-me aqui às já discutidas transformações em relação ao trabalho a aos trabalhadores experimentadas nos países de capitalismo avançado ao longo dos últimos anos, que geram inquietações analíticas e políticas em relação aos destinos da classe trabalhadora. Talvez, as ferramentas produzidas por análises como as de Thompson auxiliem no enfrentamento de tal desafio.

É possível estabelecer, em síntese, um grupo de questões que os estudos sobre a formação da classe em casos históricos específicos colocaram em evidência. Tal conjunto, se acionado pelos estudos recentes sobre a crise da sociedade do trabalho e as transformações da classe trabalhadora, com certeza poderá lançar luz sobre pontos ainda pouco explorados. Agrupando o conjunto de questões:

A) O quadro de transformações econômico-estruturais informa sobre parte dos aspectos envolvidos, mas não todos, no processo de constituição da classe, não determinando de forma alguma sua consciência ou estratégias de ação coletiva. Fatores de natureza eminentemente cultural tem um peso significativo neste processo. Assim, a classe que se forma num processo que inclui recurso a tradições anteriores e que se consubstancia num padrão de comportamento coletivo que inclui não só atuação sindical e voto radical, mas também uma vida comunitária e hábitos culturais compartilhados fora do local de trabalho, não pode ter suas transformações estudadas apenas como “decorrências” de mudanças estruturais no desenvolvimento capitalista.

B) A relação de trabalho fabril, desde sua implantação, não se caracterizou apenas pelo peso da inovação tecnológica (a máquina) sobre o homem. O modelo da grande fábrica inclui também uma nova forma de controle sobre o trabalhador, diante das estratégias de resistência à exploração do trabalho cotidianamente elaboradas e reelaboradas pelos trabalhadores. Qualquer avaliação sobre o impacto de novas tecnologias no processo produtivo tem, portanto, que analisar com muita sensibilidade de que forma as transformações incidem sobre o controle da produção (no nível do delineamento das tarefas; controle sobre o tempo de trabalho;

sobre a circulação posterior do produto, etc.), atentando também para a recepção destas inovações pelos trabalhadores e seu comportamento posterior (adequando-se às novas tecnologias, ou adequando as novidades a suas práticas tradicionais). Desta forma, é possível inverter o “determinismo tecnológico”, apontando para o fato de que não foram as novas tecnologias que geraram novas formas de controle e subordinação dos trabalhadores, mas sim o esforço dos capitalistas em criar e ampliar a subordinação que determinou a opção por novas tecnologias;

C) A heterogeneidade e a mudança de perfil são componentes históricos da classe trabalhadora e os momentos de unidade para a ação coletiva (via sindicatos ou partidos), que buscam reconstituir a unidade fundamental em meio à diversidade, não são regra, tendo de ser muitas vezes conquistados a contrapelo. Assim, a greve como manifestação coletiva nem sempre foi articulada facilmente a partir dos problemas da exploração direta vivenciada no “chão de fábrica”, nem tampouco foi necessariamente uma manifestação liderada por direções sindicais representativas. Da mesma forma, os partidos operários optaram muitas vezes por alargar suas propostas e buscar uma representatividade social para além do operariado, caracterizando-se como “partidos populares”, para conseguirem uma margem de votos ou de adesão militante significativas, o que de certo alterou suas linhas ideológicas e seus níveis de compromisso de classe. Índices que relacionem diretamente declínio da classe a declínio da representatividade dos sindicatos ou dos partidos tem de ser pensados, por tudo isto, com muitas mediações.

Afastadas as noções de um “destino” da classe operária, ou de uma evolução inexorável, em direção à organização sindical e ao partido comprometido com o socialismo, é possível perceber que os determinantes do comportamento operário são múltiplos e historicamente contextualizáveis. Se a classe operária for tomada não como um dado, mas como um ator coletivo em constante processo de constituição, podemos afirmar com maior embasamento, como faz Huw Beynon pensando o caso britânico, que o grau profundo de transformações das atuais economias de mercado avançadas impõe novas análises, mas não invalida as interpretações das sociedades baseadas em critérios de classe. Até porque as desigualdades de classe não se reduziram, ao contrário, ampliaram-se:

“É duvidoso (...) que tudo isso implique o fim da classe operária. Certamente muitos problemas que os operários de hoje enfrentam - tanto no trabalho como em casa - contém uma dimensão coletiva e podem ser vistos como um eco das questões que vem sendo levantadas ao longo do século(...) Nessas condições, parece-me plausível falar em refazer-se da classe operária.”³²

Analisar as sociedades, de um passado mais próximo ou mais distante, a partir de um referencial que incorpore a centralidade do conceito de classe social e, em especial, da importância dos conflitos sociais - entendidos através do conceito de luta de classes - na explicação da dinâmica das transformações sociais é, portanto, do ponto de vista aqui defendido, não só atual como necessário. Uma necessidade imposta tanto pelas possibilidades interpretativas que tal referencial já provou ter nos estudos históricos, quanto pelos desafios de um projeto social comprometido com a transformação, em direção à superação das desigualdades e da dominação sociais.

CAPÍTULO 4 **HISTÓRIA E MEMÓRIAS**

Márcia Maria Menendes Motta

³² Beynon, Huw. “A destruição da classe operária inglesa?” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 27. São Paulo, fev. 1995, p. 16.

INTRODUÇÃO

O episódio do massacre de Civitella, objeto de pesquisa de estudiosos de várias nacionalidades, nos ajuda a iniciar a discussão sobre *História e Memórias*, tema deste artigo. Nos debates acerca do massacre de Civitella estão algumas das principais questões sobre o papel da memória na construção de uma identidade de grupo e o confronto entre memórias de grupos sociais em oposição.

O massacre ocorreu em 29 de junho de 1944 e foi, em suma, o assassinato de 115 civis da cidade italiana de Civitella pelas tropas de ocupação alemã. A tragédia foi uma represália do exército alemão, em decorrência do assassinato de três de seus soldados, por membros da resistência italiana.

O que parece ser mais uma das tristes histórias do período nazista, produziu duas memórias em confronto. Para os sobreviventes, viúvas e filhos das vítimas, há uma memória que se consagrou e se consagra pela negação do papel da resistência naquela cidade, responsabilizando os membros dos *partisans* pela morte de seus entes queridos. Para eles, portanto, há uma memória que se afirma pela culpabilidade do grupo que visou resistir – irresponsavelmente – à ocupação alemã. Para a memória oficial, ao contrário, o massacre deve ser visto como um importante episódio da resistência, cujas vítimas são identificados como símbolos, mártires da liberdade. Por esta outra visão, a tragédia simbolizaria o papel dos italianos na resistência à ocupação alemã.

O confronto entre estas duas memórias – objeto do instigante artigo de Portelli¹ – não é somente importante para os divulgadores daquelas memórias, mas é também um ponto de partida para discutirmos aqui os papéis da memória e da história e suas relações com o passado.

Os embates em relação ao acontecido – que Portelli, apoiado nos argumentos de Contini, chama de memória dividida – levam-nos a perceber a memória enquanto um fenômeno no plural, irreduzível a uma única e simples explicação. No massacre de Civitella como em outros acontecimentos, muitos deles menos dramáticos, é verdade, impõe-se a necessidade de reconhecer que

¹ Portelli, Alessandro. “O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. Ferreira, Marieta & Amado, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, F.G.V., 1996, pp.103-130.

“quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se passa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas”².

Assim, a idéia de que numa sociedade há sempre várias memórias, muitas delas em disputa, é algo que deve ser lembrado, antes mesmo de nos indagarmos sobre os responsáveis pela transmissão de determinada lembrança. Vale afirmar: quem quer lembrar, o que se quer lembrar, e porquê. É ainda importante entender os diversos tempos da lembrança, já que as memórias apesar de parecerem estáticas, mudam com o tempo, com as novas demandas do presente. Em outras palavras, o que hoje se coloca como de fundamental importância para se recordar, nem sempre assim o foi. Se voltarmos ao caso de Civitella discutido por Portelli veremos como determinado fato foi relegado num primeiro momento e após algum tempo passou a ser o ponto nodal para explicar o ocorrido.

Do ponto de vista do que aqui nos interessa, a questão que se coloca se explicita nestas duas perguntas: se aceitamos que há sempre um jogo de embates de memórias, qual seria o papel do historiador e do seu ofício, a história? Restaria-nos apenas levantar as memórias, mesmo que pensadas no plural, reconhecendo a impossibilidade de se chegar às evidências do acontecido? Tais questões são importantes na medida em que nos obrigam a não somente reconhecer a complexidade do objeto, mas a estabelecermos primeiro uma diferenciação entre memória e história.

OS CONCEITOS E DIFERENÇAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Muito se tem escrito sobre os conceitos de História e Memória e suas gritantes diferenças. Mas o senso comum tem até hoje operado esses termos como se eles fossem meros sinônimos. Quando se pergunta a uma pessoa sobre o seu passado, ela fala de suas memórias de infância, de acontecimentos felizes e de suas frustrações. Ao narrar tais

² - Idem, p.109.

memórias a alguém, ela pensa estar apresentando de forma ordenada sua história. O mesmo acontece quando referimos ao passado de uma nação. É comum os apelos em defesa da preservação da memória nacional, como se tal defesa representasse mecanicamente a recuperação da história de determinado país.

Mas o fato é que a memória e a história não são sinônimos. Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão³. Ela é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória.

Quando falamos de memória devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, sem nenhuma crítica às fontes que - em tese - embasariam esta mesma memória. Ela é ainda "um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente"⁴. Neste sentido, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes um passado de riquezas, que ao ser lembrado antecipa um futuro pleno de potencialidades.

Se entendemos que a memória só se explica pelo presente, isto significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São assim, os apelos do presente que nos explicam porque a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e sem contradições.

A história, por sua vez, "é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais"⁵. Significa afirmar que, ao contrário da memória, a história busca uma representação crítica do passado. Assumir, portanto, a complexidade da história é a primeira de nossas tarefas. Estar ciente da dificuldade de construí-la, afasta-nos, mas não elimina, o perigo de construirmos apenas memórias.

A história seria então uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstrui-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação do passado, onde o que importa não é só a noção de um consenso, mas

³ - Nora, Pierre - "Entre Memória e História. A problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo, no 10, dezembro de 1993, p.9.

⁴ - Idem.

⁵ - Ibidem

também a do conflito. Neste sentido, ela não nos serve para glorificarmos o passado, pois o que ela realiza é no mais das vezes a deslegitimação de um passado construído pela memória.

Para além da negação da memória, quais seriam então os interesses do historiador pela memória. Em primeiro lugar, as memórias são fontes históricas, pois elas nos ajudam a saber o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais. Em segundo lugar, elas expressam também fenômenos históricos, que Peter Burke denomina de história social da recordação⁶. Para entendermos o que isso significa, devemos nos ocupar em compreender quais são os elementos constitutivos da memória e como são moldadas as recordações que a compõem.

Mas se antes afirmamos que há memórias, devemos compreender, antes de tudo, as suas divisões.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS

Em primeiro lugar, temos a memória individual. Os indivíduos recordam no sentido literal, físico, nos informa Burke⁷. Isso significa afirmar que para que as recordações ganhem algum sentido, elas só podem ser pensadas enquanto construídas por grupos sociais⁸. Por conseguinte, "é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração se produza de forma socialmente apreensível"⁹. Em outras palavras, a recordação de uma pessoa só se torna um fato social quando ela a expressa verbalmente para alguém.

Em segundo lugar, registra-se a memória coletiva, aquela que pertence a um determinado grupo, assegurando coesão e solidariedade aos seus componentes. Tal memória coletiva pode ser exemplificada pelo caso que relatamos início deste ensaio, dos sobreviventes do massacre de

⁶ - Burke, Peter "A história como memória social". *O Mundo como Teatro*. Lisboa, Difel, 1992, p. 238.

⁷ - Burke, Peter op. cit. p. 236.

⁸ - O primeiro pesquisador a analisar a memória enquanto fenômeno construído socialmente foi Maurice Halbwachs. Seu livro foi publicado na França, em 1925. Há uma edição em português: Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

⁹ - Menezes, Ulpiano Bezerra de "A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais". *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1992, p. 14.

Civitella. Há, na verdade, uma multiplicidade de memórias coletivas “tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”¹⁰.

As análises sobre memórias coletivas são múltiplas. Podemos lembrar aqui do clássico trabalho de Ecléa Bosi sobre os velhos¹¹. Há ainda os estudos que privilegiam as análises sobre a memória dos imigrantes. O interessante artigo de Bela Bianco e Donna Huse sobre mulheres-imigrantes portuguesas que vivem no sudeste de Massachusetts, por exemplo, nos permite verificar a maneira pela qual são operadas reelaborações do passado à luz de realidades do presente, ou melhor como as mulheres reconstruíram o seu passado antes da emigração¹².

Há por fim, a mais expressiva das memórias coletivas, seja pela sua importância na sociedade contemporânea, seja pelos elementos que a compõem. Refiro-me a memória nacional. Ela não é, como podemos imaginar a primeira vista, a somatória das diferentes memórias coletivas de uma nação. Ela “apresenta-se como unificadora e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito”¹³.

E mais:

*“A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos”*¹⁴

Para entendermos a força desta memória nacional, o seu papel no processo de construção/reconstrução de uma determinada identidade nacional é preciso, antes de tudo, entendermos os elementos constitutivos da memória.

¹⁰ - Pollack “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol2, no 3, 1989, p. 12.

¹¹ - Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª. ed., São Paulo, Edusp, 1987.

¹² - Feldman-Bianco, Bela & Huse, Donna. “Entre a saudade da terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas”. Brandão, Carlos (org.). *As Faces da Memória*. Campinas, Centro de Memória-UNICAMP, s/d, pp.25-60.

¹³ - Menezes, op. cit. p. 15.

¹⁴ -Idem.

OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA MEMÓRIA

Em “Memória e Identidade Social”, Michel Pollack procurou definir os elementos constitutivos da memória. Segundo o autor, seriam estes: a) os acontecimentos vividos pessoalmente; b) os vividos “por tabela”, ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem co-participantes e sujeitos deste mesmo passado; c) o fato de que a memória é constituída por personagens; e d) os lugares da memória, onde são realizados os atos de rememoração/comemoração¹⁵.

Tais elementos são importantes na medida em que nos ajudam a compreender a força e o poder da construção da memória. A memória realiza – a partir daqueles elementos – um esforço de unidade física. Podemos lembrar aqui da luta dos judeus pela construção de Israel ou ainda o fato de que o relembrar algo tem uma definição do espaço físico da lembrança, com no caso da tragédia de Civitella. A memória também procura construir uma continuidade dentro do espaço temporal. Voltando ao caso dos judeus, a memória judaica afirma/reafirma uma luta “de todo o sempre” pela unidade de seu grupo. Para alguns estudiosos, inclusive, “não tendo os judeus renunciado jamais ao imperativo da memória, chegou um tempo em que deixaram de escrever história. Talvez se tenha tornado, ainda mais, um povo memória”¹⁶. E por fim, e talvez o mais importante, a construção de um sentimento de coerência, de identidade. Identidade esta que se produz em referência e mesmo em oposição a outros grupos.

Os elementos constitutivos da memória reiteram que a memória é um fenômeno socialmente construído. Isso também nos permite afirmar que a memória e a identidade “são valores disputados em conflitos sociais”¹⁷. Portanto, é preciso estar atento ao fato de que sua construção implica não somente lembrar, como também esquecer. Estamos falando daquilo que se convencionou chamar de amnésia social, aspecto que deve ser destacado para voltarmos a análise da memória nacional e história.

¹⁵ - Pollack, Michael “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol5, no 10, 1992, p. 201.

¹⁶ - Hartog, François. “A memória e o tempo”. *O Correio da Unesco*. Ano 18, no 5, maio 1990, p. 15. Vide também Nora, op.cit. A importância da memória para a comunidade judaica pode ser percebida pela leitura do livro de Linenthal, Edward. *Preserving Memory. The Struggle to Create America's Holocaust Museum*. New York, Penguin Books, 1995.

¹⁷ - Pollack, op.cit, p. 204.

A AMNÉSIA SOCIAL

O processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado, que - por uma razão ou outra - determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados. Ao fazer escolhas, o grupo também esquece e faz esquecer outros acontecimentos.

É verdade que “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”¹⁸. Mas quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem “projetos de esquecimentos”, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, questionada sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum.

Para entendermos como se dão “as regras de exclusão, supressão ou repressão” devemos sempre perguntar: “quem quer que esqueça o quê, e porquê”¹⁹. Em, outras palavras, quais os interesses que estão por trás da amnésia que se construiu sobre um fato de outrora. Não é à toa, portanto, que movimentos e grupos sociais identificados como minorias, procuram resgatar do passado fatos antes esquecidos ou mesmo apagados pelos grupos que controlam a sociedade. Podemos citar aqui, o movimento negro e as novas leituras sobre o passado escravista, o movimento dos homossexuais e os esforços de reconstruir um passado que leve em conta a importância de seus pares, e muitos outros. De uma forma ou de outra, todos eles estão operando com resgate de memórias, trazendo para a luz do dia, fatos renegados e/ou esquecidos.

São múltiplas também as formas de amnésia social. As produzidas oficialmente são bem conhecidas. Basta lembrar o stalinismo e o constante processo de produção de esquecimentos de antigos líderes, posteriormente identificados como inimigos da nação. Podemos também exemplificar com o caso brasileiro, a insistência dos órgãos de repressão militar em produzir laudos falsos sobre a morte, na verdade assassinatos, de críticos e opositores ao regime militar.

Mas a questão fica mais complexa quando pensamos que a produção de esquecimentos, se é que podemos falar assim, não é somente oficial. Ela se produz no confronto entre memórias em disputas, entre grupos cujos embates constroem versões opostas, destruindo fatos relevantes para seus opositores. Não é à toa que para muitos pesquisadores,

¹⁸ - Menezes, op. cit. p. 16.

¹⁹ - Burke, op.cit. p. 248.

os historiadores são “os guardiões de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social”²⁰.

Mas não sejamos ingênuos. As formas de se fazer esquecer podem ser tarefas de historiadores ou, melhor, daqueles que ousadamente se intitulam como tais. O exemplo mais dramático é o chamado revisionsismo nazista. Segundo seus adeptos, as câmaras de gás não passaram de um mito. Por conseguinte, toda a história que se construiu a partir desta constatação é mentirosa. Houve perseguição ao judeus, aconteceram horrores de guerra, mas isso não significa afirmar que tenha havido extermínio. Ao negarem a realidade do genocídio hitlerista, eles defendem que há uma história oficial deturpada dos fatos, história essa produzida ou financiada pelos judeus²¹.

A publicidade dada aos revisionsistas, acabou por propiciar a publicação de um importante livro sobre o tema: *Os assassinos da memória*, de Vidal-Naquet, livro que não somente questiona as teses revisionsistas, mas procura explicar as razões e os interesses que estão por trás do apagamento das memórias sobre o holocausto. E, o que é mais importante, procura refletir sobre o papel do historiador na produção de textos históricos sobre este passado. Até porque, como nos lembra outro importante pesquisador, é essencial para os historiadores a defesa da supremacia da evidência. Afinal, não há nada que possa negar a existência das câmaras de gás²².

Assim, quando falamos de amnésia, devemos estar atentos às conjunturas históricas que explicam a maneira pela qual se operou o esquecimento de determinado acontecimento. É preciso atentar também para o fato de sendo a tarefa do historiador a deslegitimação de memórias, tal operação implica resgatar as evidências e construir, para seu objeto de pesquisa, os conflitos de interpretações. Conflitos estes que, no seu conjunto, conferem algum sentido ao passado, para além do simples relembrar de determinado grupo.

Voltamos, por fim, a memória nacional. Para tanto, utilizaremos de dois termos não menos complexos: Nação e nacionalismo.

²⁰ - Idem, p. 249.

²¹ - Vide a entrevista de Pierre Guillaume, diretor da Revue d'Histoire Revisionniste, publicada em *Mundo NS. Barcelona, Mundo NS-48- Revisionismo II, Junio 1992, pp. 9-13.*

²² - Hobsbawm, Eric “Identity History Is not Enough”. *On History*. New York, United States by the New Press, 1997, p.269.

A MEMÓRIA NACIONAL E A HISTÓRIA

Os esforços em se definir a nacionalidade foram e tem sido bastante problemáticos. Os critérios objetivos defendidos por Stalin são hoje bastantes questionáveis. Não é mais possível definir uma nação enquanto “uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural”²³. Mas se os critérios objetivos caíram por terra, principalmente em razão do ressurgimento da força do nacionalismo²⁴, a definição meramente subjetiva também pouco nos ajuda. Afirmar, como faz Renan, que “uma nação é um plebiscito diário”²⁵ não nos leva a compreender o fato de que em nome da nação grupos sociais diversos, e muitas vezes opostos, se unem em defesa de um mesmo país, em nome de uma mesma nacionalidade. Ao funcionar como um amálgama da sociedade, capaz de mobilizar – num único movimento – pessoas e projetos diversos, a força do nacionalismo continua ser uma incógnita para os historiadores²⁶.

Afinal,

“Toda consciência de comunidade implica a consciência de um “lado de dentro” e de um “lado de fora”, de um “nós” e de um “eles”, de um pertencer-posses - nós pertencemos a este grupo e este grupo pertence a nós. E, imediatamente, a desconfiança dos grupos vizinhos chega à superfície, podendo variar do desdém ao ciúme, do escárnio à briga, e se completar com momentos de auge, como *fêtes*, demonstrações ou competições.

²³ - Apud, Hobsbawm, Eric. *Nação e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

²⁴ - O ressurgimento do nacionalismo no limiar do século XXI tem produzido um infindável número de trabalhos sobre o fenômeno. Os conflitos étnicos e culturais que puseram fim a Iugoslávia, o movimento separatista dos canadenses de língua francesa em Quebec são acontecimentos bastantes diferentes, com origens diversas, mas que nos colocam a imperiosa necessidade de se repensar o poder do nacionalismo.

²⁵ - Segundo Hobsbawm, “definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia a posteriori sobre o que é uma nação. Hobsbawm, Eric. *Nação* op. cit. p.17.

²⁶ - Para uma análise sobre o nacionalismo e o fascismo, vide Motta, Márcia “A intolerância reinaugurada (o fascismo e a questão nacional no mundo contemporâneo)”. *Cadernos de Memória. Cultural 2* Rio de Janeiro, vol.1, outubro 1996/março 1997, p. 6-12.

Em que momento, com que amplitude, com que grau de intensidade e permanência, com que mínimo de vontade política uma psicologia de comunidade manifesta apreço a uma entidade que pode ser chamada de nação? Este é o problema do historiador, pois o fenômeno realmente existe e, perante nossos olhos, tem desempenhado um papel inestimável. É impossível lhe atribuir um juízo de valor, uma vez que foi sempre positivo e negativo, revolucionário e conservador, cheio de ações admiráveis e de horrores sangrentos”²⁷.

Para muitos, a nação é uma “comunidade imaginada”, na medida em que ela se vê enquanto um conjunto de indivíduos partilhando os mesmos interesses, as mesmas ambições, ainda que – como sabemos – cada um jamais chegará a conhecer a maioria de seus compatriotas. Neste sentido, ao se considerar como integrante de uma comunidade, o indivíduo concebe a nação como um companherismo profundo²⁸.

É preciso compreender ainda que o nacionalismo “é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”²⁹. Portanto, enquanto “teoria de legitimidade política”, o nacionalismo opera com uma versão nacionalista do passado do país correspondente. Neste sentido, o esquecimento – a amnésia –, mesmo sendo um erro histórico, é um fator essencial para a formação de uma nação. Não é à toa que o progresso dos estudos históricos é frequentemente um perigo para a nacionalidade³⁰.

Mas como se dá a produção de uma memória nacional, capaz de se tornar um elemento importante na constituição do nacionalismo? Em que sentido esta mesma memória desafia o historiador e nos leva – quase que forçosamente – a revisitar constantemente o passado, deslegitimando esta mesma memória que, como já afirmamos, é homogeneizadora, e sublimadora de conflitos? Para que possamos entender o processo de construção de uma memória nacional, precisamos falar de invenção de tradições, para usar um termo de Eric Hobsbawm e de lugares de memória, para lembrarmos um conceito consagrado por Pierre Nora.

²⁷ - Vilar, Pierre - “Sobre Nações e Nacionalismo”. *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, número 13, 1979, p.100.

²⁸ - Anderson, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

²⁹ - Gellner, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993, p.11

³⁰ - Hobsbawm, Eric “Identity...” , op. cit. p.270.

TRADIÇÕES E LUGARES DE MEMÓRIA

O conceito de tradições inventadas foi consagrado por Eric Hobsbawm e se define como

“um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”³¹.

Tais tradições são pensadas enquanto fenômenos construídos sempre em referência a um passado ritualizado com vista a imprimir uma identidade de grupo. Podemos citar aqui algumas tradições e grupos correspondentes. Do ponto de vista das classes mais favorecidas, lembremos dos esforços em resgatar a genealogia da família; a institucionalização de uma verdadeira construção de identidades a partir da criação de associações de ex-alunos de escolas, marcando um diferencial, inclusive simbólico, em relação a outras escolas, em particular as populares. Se lembrarmos das classes populares, há também esforços de construção de tradições, bastando citar, por exemplo, a consagração do primeiro de maio como dia internacional da luta operária³².

No entanto, apesar da invenção das tradições poder ser pensada enquanto fenômeno presente em vários e diversos grupos sociais, no caso da nação ela procura estabelecer ou simbolizar a coesão social expressa na própria idéia de se pertencer a uma determinada nacionalidade. Ademais, é importante lembrar que muitas das tradições originárias de uma classe tornaram-se parte das tradições nacionais, como, por exemplo, o futebol e o já referido primeiro de maio, já há algum tempo data nacional/oficial em muitos países.

³¹ - Hobsbawm, Eric “Introdução: A Invenção das Tradições”. Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 9.

³² - Para uma análise sobre a invenção das tradições das classes médias e da classe operária, vide Hobsbawm, Eric. “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914”. Idem, pp.271-316. Vide, para o caso brasileiro: Kocher, Bernardo. *Luto-Luta: o primeiro de maio no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1987.

Enquanto fenômeno histórico, a generalização das invenções das tradições é datada em fins do século XIX, quando da emergência da chamada democracia das massas. A ameaça representada pelos partidos socialistas, a força e o poder do movimento operário, impuseram a busca de elementos conformadores de uma unidade nacional, ameaçada – real ou imaginariamente, pouco importa – pelo apelo do internacionalismo. Não nos deve surpreender, portanto, o fato de que a invenção das tradições foi, principalmente, uma tarefa do Estado, na busca de preservação da legitimidade de antigos súditos, transformados através da luta, em cidadãos. “A democratização da política – ou seja, de um lado a extensão crescente do voto (masculino) e de outro a criação de um Estado moderno colocava a questão da nação e dos sentimentos (...) no topo da agenda política”³³.

Para além da expressão mais dramática de se provar a lealdade dos cidadãos – o fato de eles aceitarem participar de uma guerra contra outro país – há ainda outras formas de expressão desta lealdade, como, por exemplo, a participação ou presença nas comemorações, rituais públicos e campeonatos internacionais. Eles não são meras manipulações patrocinadas pelo Estado, pois expressam um sentimento de nacionalidade, nos momentos em que – queiramos ou não – sentimos um indecifrável orgulho de pertencer a um país.

Estas invenções de tradições, generalizadas, como já disse, em fins do século XIX, podem ser demonstradas pelo surgimento e universalização da utilização da bandeira, do hino, dos selos nacionais e das estátuas. Seus conteúdos simbólicos são objeto constante de investigação. Ressaltemos aqui o importante estudo realizado pelo historiador francês Maurice Agulhon, cuja obra analisou as representações de Marianne, enquanto símbolo da República Francesa³⁴. Citemos também os estudos sobre os símbolos nazistas, expressão visual do poder do na-

³³ - Hobsbawm, Eric. “*Nação e Nacionalismo...* op. cit.

³⁴ - Para Agulhon, as divergências da linguagem alegórica de Marianne expressaram as diversas e históricas formas como era lida a República. Agulhon, Maurice. *Marianne au combat. L'Imagerie et la Symbolique Republicaines de 1789 a 1880*. Paris, Flammarion, 1979. Para uma análise sobre os símbolos brasileiros no processo de implantação da República, vide Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

cional-socialismo alemão³⁵. A utilização de símbolos nazi pelos movimentos neo-nazistas, particularmente na Alemanha, mas não somente ali, é a expressão mais cabal da força de tais símbolos enquanto parte do esforço de reelaboração do passado alemão, à luz da intolerância e do xenofobismo dos dias de hoje.

Em resumo, as invenções também são expressas pelo surgimento e consolidação das cerimônias públicas, comemoração das datas nacionais, sejam as que se referem a fundação/independência/revolução da nação; sejam as que se referem as datas de nascimento e morte de seus líderes, mártires de outrora que por coragem ou destino, ajudaram a construir o país.

Tais tradições podem ser pensadas também através do conceito de “lugares de memória”. Eles são analisados partindo-se do pressuposto de que não haveria memória espontânea, a medida que “é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais³⁶. Os lugares de memória são ainda marcados por conteúdos múltiplos. São, ao mesmo tempo, material, simbólico e funcional³⁷.

A generalização de construção/consagração de lugares de memória é um dado hoje inquestionável. No entanto, as variedades das situações nacionais, ou melhor, as formas como são criadas/consagradas são demonstrativas da maneira pela qual cada nação vive a “materialização” de um determinado passado³⁸.

Em suma, organizada pelo Estado, a comemoração tem como função celebrar acontecimentos identificados como atos fundadores da comunidade nacional³⁹. As comemorações de datas nacionais, os museus,

³⁵ - Entre outros: Guyot, Adelin & Restellini, Patrick.. *L'Art Nazi*. Bruxelas, Éditions Complexe, 1983. Para uma introdução ao tema, vide Lenharo, Alcir. *Nazismo: o Trunfo da Vontade*. São Paulo, Ática, 1986. Não podemos de deixar de lembrar do filme *Arquitetura da Destruição*.

³⁶ - Pierre Nora tem uma visão pessimista sobre os lugares de memória, pois sua generalização marcaria a desritualização do mundo. “São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza”. Nora, op. cit. p. 13. Para uma crítica a esta visão, vide Menezes, op. cit.

³⁷ - Nora, op. cit. p. 21.

³⁸ - Para uma breve análise sobre a generalização de “lugares de memória” em várias partes do mundo, vide Nora, Pierre. “La loi de la mémoire”. *Le Débat*. Paris, Gallimard, número 78, janvier-février, 1994, pp. 187-191.

³⁹ - Raynaud, Philippe. “La commémoration: illusion ou artifice?” idem, pp. 104-115.

visam afirmar a existência de uma unidade política nem sempre tranqüila. De qualquer forma, os lugares de memória tem um claro conteúdo pedagógico, ao imprimirem ou buscarem imprimir, uma continuidade temporal com o passado, à luz, como já o sabemos, dos valores do presente⁴⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre História e Memórias e seus principais desdobramentos: nação, nacionalismo, invenção de tradições/lugares de memória são hoje espaços privilegiados para discutirmos as diferenças entre o campo de conhecimento que denominamos de história e as produções de memórias, coletivas ou nacionais.

A História tem como uma de suas principais tarefas deslegitimar as memórias. Esta não é uma tarefa fácil. Escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem. Para contrapô-la, não basta, portanto, afirmar que as construções da memória são mentiras, até porque elas não são. Se dissemos que elas retiram do passado alguns fatos, escolhendo-os para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias. São vividas como lembranças, comemoradas como tais e guardam um elo, ainda que não linear – como já sabemos – com os tempos de outrora. Assim, se elas só retiram do passado “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”⁴¹, é preciso entender as razões pelas quais são alguns fatos os escolhidos e quem e porquê esqueceu e fez esquecer outros fatos.

Para questionar a memória, é preciso então reconstruir uma gama variável de interpretações da evidência que se pretende estudar. Somente assim fazendo torna-se possível a aproximação com a realidade então vivida, fugindo do perigo de um juízo moral que se antecipe ao resgate da

⁴⁰ - idem.

⁴¹ - Halbwachs, Maurice. *A Memória Coletiva*. op. cit. p. 81

evidência, contaminando a própria investigação⁴². Reconhecer, antes de tudo, que o passado estudado foi vivido por grupos diversos, que construíram embates, concepções de vida, visões de mundo, projetos de sociedade, e muito mais.

É fundamental reconhecer, ainda, que a história não se satisfaz com a narrativa. Não basta, portanto, redigir sobre um acontecimento, relendo o documento como se ele fosse a “fonte da verdade”. Para se fazer história, é preciso estar atento a aspectos aparentemente sem importância, detalhes muitas vezes desprezíveis, termos sem sentido, numa primeira leitura.

Aprender a fazer história significa também aprender a cruzar fontes, produzir embates entre elas, introduzir-se nos conflitos de interpretações sobre uma evidência. Para tanto, é preciso fazer às fontes velhas e novas perguntas, num incessante processo de escape de uma resposta previamente definida e dada como certa. Neste sentido, as categorias ou modelos devem ser provados, refinados e talvez reformados ao longo da investigação⁴³. Fugir das certezas, significa dizer: assumir o caráter detetivesco do historiador.

Deve-se estar atento à historiografia de seu tema. Toda a produção é datada e, neste sentido, ler e reler a historiografia, fazer a história da história de seu objeto de pesquisa, permite rever posições, verificar em que medida as conclusões de uma época podem estar baseadas em memórias, ou melhor, podem ter ajudado a produzir memórias. Pois queiramos ou não

⁴² - Isso pode ser demonstrado através do exemplo dos adjetivos depreciativos presentes em processos criminais e processos civis. Se assumirmos que os termos ali empregados são a pura verdade, antes mesmo de analisar o processo e suas contradições, não há como encontrar outra conclusão que não o fato de que os réus são criminosos, vadios, invasores, etc. Os processos de embargo por mim analisados iniciavam com o argumento que os réus eram invasores de terras de outrem. A análise dos processos, o cruzamento com outras fontes e o estudo dos “conflitos de interpretações” entre autores, réus e testemunhas mostraram, muitas vezes, que os réus eram pequenos posseiros, esforçando-se em assegurar uma pequena parcela de terra devoluta, ilegalmente ocupada por grandes fazendeiros, os autores dos processos. Motta, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder. Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996.

⁴³ - Thompson, E. P. “Folklore, antropología e historia social”. *Entrepasados*. Buenos Aires, Año II, n2, 1992, pp. 63-86. Entre outros, vide do mesmo autor: *Costumbres en Común*. Barcelona, Editorial Crítica, 1996.

“Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história do seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de o fazer”⁴⁴.

Para deslegitimar a memória, é preciso, em suma, insistir “na distinção entre o fato histórico verificável e a ficção”⁴⁵. Questionar sempre as tradições inventadas de nossa “comunidade imaginada”, com suas lembranças e lugares. Reconhecer, por fim, que “essa tal comunidade” produziu e produz esquecimentos; amnésias de fatos incômodos da memória nacional.

⁴⁴ - Hobsbawm, Eric. *Ecoss da Marselhesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 14.

⁴⁵ - Hobsbawm, Eric. “Identity...”op. cit., p. 273.

CAPÍTULO 5
PESQUISA E ENSINO

Marcelo Badaró Mattos

PESQUISANDO

O que é preciso para iniciar uma pesquisa em História? Além de disposição e de preparo anterior, é necessário definir e delimitar um tema de pesquisa. As discussões historiográficas mais influentes quando da formação do pesquisador, as questões mais candentes da época em que ele vive ou sua própria experiência de vida costumam dar origem aos temas de trabalhos acadêmicos em nossa área.

Os temas de pesquisa são de início concebidos com idéias muito amplas, genéricas. Para que dessas idéias possa ser retirado um objeto preciso de estudo é necessário delimitar claramente tal objeto. Por delimitar um tema, o historiador costuma compreender a tarefa de definir entre vários assuntos conexos e próximos, qual o enfoque específico da abordagem que se propõe. Um intervalo de tempo para o início e o fim do estudo e uma localização espacial definida, completam a delimitação. Tratamos esse esforço pela metáfora da tesoura: é preciso "recortar" cronológica e espacialmente o objeto.

A expressão "recorte" é empregada justamente porque se trata de definir algo mais específico a partir de idéias iniciais muito amplas. Assim, é possível que uma idéia inicial de trabalho com um tema como o da escravidão no Brasil, dê origem a um projeto de pesquisa sobre a resistência à escravidão dos cativos urbanos na cidade do Rio de Janeiro do início do século XIX ou a outro sobre as relações de parentesco entre escravos nas fazendas de Campos dos Goytacazes, nas décadas de 1780 e 1790.

Porém, há décadas um objeto de pesquisa em história já não é mais concebido apenas como um tema, mas sim como uma questão. Ou seja, mais do que definir "qual tema" estudar, trata-se de precisar "o que se deseja saber" sobre aquele tema. Definir objetos de pesquisa em história é definir problemas de pesquisa que se deseja enfrentar.

O caminho para delimitar um objeto, precisando seus recortes e problematizando a abordagem é um só: iniciar a pesquisa. E uma pesquisa começa sempre pelos levantamentos, de bibliografias e fontes. Apesar de ser comum aos historiadores já experimentados definirem um novo objeto de trabalho a partir de um contato com um conjunto de fontes não pesquisadas (ao menos por eles), para quem se inicia no ofício da pesquisa, o caminho mais comum é o que parte da bibliografia. Seguiremos essa trilha.

Primeira parada: bibliotecas. Um levantamento preliminar de bibliografia, que possa servir de ponto de partida para a definição das

primeiras leituras, criando assim condições para uma delimitação mais precisa do objeto de pesquisa, deve partir necessariamente das obras de referência próximas ao tema. Dicionários, enciclopédias, levantamentos bibliográficos comentados, catálogos de teses dos programas de pós-graduação, grandes obras de síntese, são a melhor porta de entrada para um contato inicial com abordagens sintéticas e listas de bibliografias.¹ Aconselha-se produzir desde o início do contato com essas obras, fichas de identificação dos livros e artigos listados nas bibliografias, de forma a facilitar o levantamento bibliográfico.

Tais fichas devem conter as informações essenciais, tanto para a localização de uma obra, quanto para posterior uso em notas de pé de página e bibliografias de trabalhos acadêmicos, como: sobrenome e nome do autor, título completo do livro ou artigo (nesse caso acompanhado do título e do número do periódico ou sobrenome(s) e nome(s) do(s) organizador(es) da obra coletiva e seu título completo), local de edição, editora e data de publicação, além de tradutor (quando obra traduzida) e do número total de páginas do livro ou intervalo de páginas ocupado pelo artigo. A figura I apresenta um modelo de ficha de identificação²:

FIGURA I - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

MORAIS, Evaristo de <i>A Criminalidade das multidões (ensaio de psicologia colectiva)</i>. Rio de Janeiro, Typ. D'A verdade, 1898, 24p. BN II-156,5,2 - n.1
--

A ficha utilizada acima como exemplo possui uma indicação do acervo em que a obra foi localizada (BN - Biblioteca Nacional) e número de catálogo naquele acervo. Isto porque, após a listagem das obras encontradas nas bibliografias de obras de referências e leituras preliminares sobre o tema, o passo seguinte do levantamento é procurar essas

¹ Uma lista de materiais de referência encontra-se no anexo ao fim do livro.

² Outros modelos podem ser encontrados em Cardoso, Ciro F. S. *Uma Introdução à História*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.91. E Eco, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Perspectiva, 1988, pp. 48 e ss.

obras nas bibliotecas disponíveis. Os catálogos de bibliotecas costumam possuir entradas por autor, título da obra e assunto. Uma lista de assuntos próximos ao tema da pesquisa também deve ser elaborada, de forma a viabilizar uma busca ampla nos catálogos por assunto. Periódicos costumam estar indexados à parte e vale a pena conferir quais os títulos de revistas e jornais acadêmicos que mais se aproximam do tema a pesquisar, levantando a seguir o conjunto dos artigos interessantes por eles publicados. Vale lembrar que as bibliotecas de grande porte passam hoje por processos de informatização, existindo muitas vezes a divisão entre setores do acervo já indexados em sistemas informatizados e a parte dos acervos acessível apenas a partir dos velhos catálogos de fichas. Na dúvida, consulte todos os catálogos.

Com um levantamento bibliográfico amplo é possível passar à fase das leituras preliminares, indispensáveis para uma melhor definição do objeto de pesquisa. Através da leitura dos verbetes e sínteses das obras de referência torna-se viável construir visões de conjunto do tema, bem como conhecer as vertentes interpretativas e autores clássicos, aos quais se deve recorrer, na medida do possível. Nessa altura, será possível divisar melhor quais os conceitos, metodologias e discussões teóricas envolvidas no estudo daquela temática, investindo preliminarmente em algumas leituras de natureza teórico-metodológica afins ao interesse da pesquisa. A ampliação dos levantamentos em direção a teses não publicadas e artigos de periódicos publicados recentemente, tende a permitir um contato com as linhas atuais da produção, localizando as pesquisas já realizadas e as lacunas (temáticas ou de enfoques).

Apesar de certas propostas de pesquisa dispensarem esta etapa (como os estudos de natureza estritamente historiográfica), é comum que após o levantamento bibliográfico um levantamento preliminar de fontes primárias (documentos) venha a ser realizado. Em bibliotecas encontramos diversas fontes primárias usuais no trabalho do historiador, como a documentação oficial editada, periódicos da grande imprensa, livros de época, almanaques e estatísticas editadas, entre muitas outras. Muitas pesquisas, porém, só podem ir adiante através do recurso a fontes primárias armazenadas em arquivos, públicos ou privados. Nesses casos, é importante entender a lógica de organização de cada arquivo, que disponibiliza para levantamentos, normalmente, guias de seus fundos, organizados conforme a origem da documentação, a época de sua produção e a de seu recolhimento ao acervo. O contato com os arquivis-

tas da instituição é indispensável e o recurso a pesquisadores mais experientes que já trabalharam com os arquivos e coleções que a pesquisa demanda é sempre interessante.

CONSTRUINDO UM PROJETO DE PESQUISA

Vencida a primeira etapa, cabe formalizar a definição do objeto de pesquisa. O caminho mais comum para essa formalização é o da elaboração de um projeto de pesquisa.

Receitas de bolo podem ser inúteis se as etapas anteriormente descritas não forem cumpridas com sucesso. No entanto, alguns pontos comuns aos projetos acadêmicos na área de História podem ser agrupados em uma apresentação que contemple: a delimitação do objeto (no tempo, no espaço e em relação às temáticas conexas); uma discussão bibliográfica relacionada ao tema; justificativas que explicitem a relevância do objeto; objetivos da pesquisa; referências teóricas; hipóteses de trabalho; metodologia e tipologia das fontes; cronograma da pesquisa; lista de fontes e bibliografia.

Uma indicação passo a passo das etapas de redação de um projeto de pesquisa é complicada, pois não há um único modelo válido. Ainda assim, e seguindo a lista de componentes de um projeto acima arrolada, é possível explicar de forma objetiva cada elemento do processo.

O primeiro passo para a apresentação de um tema de pesquisa, através de um projeto, é a **delimitação** clara do objeto a ser pesquisado. Já foi comentado que as idéias iniciais de um tema tendem a ser muito genéricas e que um primeiro mergulho na pesquisa é necessário para que se possa definir mais precisamente - em termos temáticos, em relação às cronologias e no espaço - os limites e contornos de um objeto. É isto que se deve explicitar na apresentação de um projeto de pesquisa. Como tais recortes só se tornam precisos através da leitura e avaliação de textos acadêmicos que tratem do tema inicialmente proposto ou de temas afins, é comum apresentar, em conjunto com a delimitação do objeto ou numa seção destacada (alguns preferem apresentá-la antes, outros depois da delimitação), um **balanço da literatura especializada**.

Como as pesquisas em História, assim como em outras ciências, não deveriam apenas refletir as curiosidades e angústias do historiador, tornou-se usual valorizar no projeto, os elementos que justificam a realização de um trabalho. As **justificativas** costumam, portanto, ser apre-

sentadas como uma seção do projeto de pesquisa. Nelas se apresenta a relevância daquele determinado estudo para a área acadêmica em que se insere, definindo o nível de originalidade da proposta, que pode variar da abordagem de um objeto inédito (o que é hoje muito raro), ao recurso a uma fonte ou conjunto de fontes nunca ou pouco trabalhado, passando por uma abordagem cuja originalidade reside no viés teórico-conceitual empregado.

Uma pesquisa se justifica também pela sua viabilidade. A existência de fontes que possam fornecer os dados que vão subsidiar a análise das questões propostas e a possibilidade de acesso do historiador a essas fontes são os principais critérios para a determinação da viabilidade de estudo em História.

Para além das justificativas acadêmicas, espera-se que um projeto tenha justificativas sociais fortes, o que quer dizer que seja possível afirmar a relevância daquele estudo para a discussão de problemas atuais, de questões que aflijam a sociedade. Embora torne-se cada vez mais comum encontrar nos projetos de pesquisas justificativas puramente acadêmicas ou argumentos estritamente formais apresentando a relevância social do tema, acreditamos que é justo em tal momento do projeto que se pode avaliar a sintonia necessária entre o historiador e as questões de seu tempo, bem como a consciência de seu papel como agente produtor e difusor de conhecimento. É possível, ainda, que as justificativas de um projeto sejam integradas também por uma discussão sobre a relevância do tema para o próprio historiador, que pode explicar a origem pessoal de seu interesse pela pesquisa.

Já comentamos que um objeto de pesquisa em História não se define apenas como tema, mas também como problema. Que questões se pretende responder com a pesquisa? Este deve ser o ponto central de qualquer projeto de pesquisa. Uma das formas de expressar de forma clara para o leitor estas questões, os problemas de pesquisa, é através da redação, em uma outra seção do projeto, dos **objetivos** da pesquisa. De redação necessariamente sintética, os objetivos devem ser tantos quantos os problemas que o pesquisador pretende enfrentar com seu trabalho. Pode ser mais fácil dividi-los entre objetivos gerais e objetivos específicos. Os primeiros, em menor quantidade, dizem respeito às grandes questões propostas, enquanto os segundos podem se referir a determinadas etapas da pesquisa ou a temas e fontes específicos ou ainda a determinados produtos que se pretenda gerar com o trabalho (como formar um

banco de dados ou redigir um trabalho parcial, em forma de artigo ou comunicação sobre algum aspecto da pesquisa). Na forma, sua construção pode organizar-se através de tópicos que, em frases não muito longas, definam determinadas propostas da pesquisa, normalmente com o recurso a construções verbais do tipo “identificar isso e aquilo”, “quantificar tais dados”, “analisar tal assunto”, “avaliar aquele processo”, etc.

O momento do projeto que melhor expressa a característica problematizadora de uma pesquisa em História comprometida com o rigor acadêmico de uma ciência em construção é o da formulação das **hipóteses**. Por hipóteses podem ser entendidas as respostas preliminares que o pesquisador apresenta para suas principais questões. Constituem-se em afirmações que serão testadas ao longo da pesquisa e, portanto, devem ser objetivas, abrangentes e claras o suficiente, em sua redação, para garantir um guia seguro de questionamento das fontes e dos dados que serão pesquisados. Desta forma o historiador pode efetuar o salto interpretativo que diferencia um comentário de fontes com intuito descritivo ou caráter de narrativa memorialística de uma pesquisa histórica que pretende interpretar e explicar processos sociais.

Na seção dedicada às hipóteses de um projeto de pesquisa, é possível apresentar uma ou algumas hipóteses mais gerais, de forma a dar conta das grandes questões envolvidas na pesquisa. Pode-se optar ainda pela apresentação de várias hipóteses relacionadas a aspectos específicos da pesquisa. Tais formatos de hipóteses, como já se havia comentado em relação aos objetivos, podem ser combinados.

O tipo de afirmativas que se pode formular como hipótese de pesquisa varia conforme a natureza do tema, das fontes e dos métodos e técnicas empregados no estudo. Análises de natureza quantitativa, a partir de fontes que possibilitem seriação podem ser problematizadas a partir de hipóteses que relacionem processos a alterações quantitativas de determinadas variáveis, como “Determinado processo de mudança social pode ser explicado pela variação de tal ou qual índice de mobilidade social e dessas e outras transformações na estratificação social combinadas com tais e quais mudanças nos indicadores de condições de vida.”

Mas não são apenas as análises quantitativas que permitem hipóteses comprováveis. Temas em que o nível de subjetividade parece ser mais alto, também se prestam a uma análise conduzida por hipóteses, como “A forma como o autor “x” trata em sua obra o assunto “y” explicita

tal e qual conflito político e/ou social de determinada conjuntura, abordado a partir do ponto de vista de tais agentes sociais e/ou políticos.”

Evitar afirmações que explicam grandes questões por apenas uma causa é uma forma de fugir a hipóteses simplistas. Por outro lado, afirmações muito generalizantes ou vagas podem ser corretas em si, mas não servem à pesquisa, pois sua comprovação não poderá ser testada a partir das fontes.

A formulação das hipóteses não depende apenas de informações e conhecimento das fontes sobre um tema. Depende também de uma opção entre conceitos e formas de abordagem que sustentem teoricamente a análise. Assim, precedendo ou seguindo as hipóteses, os projetos costumam destinar uma seção aos **pressupostos teóricos** da pesquisa.

A “parte” teórica de um projeto deve evitar grandes dissertações sobre as características de determinadas teorias gerais explicativas (tipo “esta pesquisa se baseará numa interpretação marxista e marxismo é ...”) ou a reprodução das polêmicas e debates teóricos sobre as grandes questões (como as grandes discussões sobre a transição do feudalismo ao capitalismo e as características deste último enquanto modo de produção numa pesquisa sobre o surgimento da indústria numa região e conjuntura específicas). Serão mais úteis reflexões sobre o uso de determinados conceitos ou sobre processos semelhantes estudados em outras delimitações históricas, que podem conferir um nível maior de generalização às análises desenvolvidas num estudo monográfico. São importantes cuidados como os de relacionar os conceitos às matrizes teóricas das quais surgem, bem como aos contextos históricos em que foram formulados e às questões para dar conta das quais foram criados.

Fosse este livro escrito há meio século atrás e, muito provavelmente, estaria agora descrevendo, em capítulos e mais capítulos, as especificidades do método de trabalho do historiador. Para a história tradicional, que imperou no século XIX e na primeira metade deste, ao historiador cabia recolher e ordenar as informações sobre os fatos do passado, transmitidas através dos documentos escritos, em especial os oficiais, entendidos como emanados do Estado. Localizar, ordenar e classificar os documentos era a essência da hermenêutica, domínio não só dos historiadores, mas também dos documentalistas de várias formações (como arquivistas e bibliotecários), que em alguns países chegaram a constituir espaços acadêmicos específicos para sua formação, como a “Ecole des Chartes” francesa. Para realizar a crítica externa (verificar a

autenticidade do documento) e a crítica interna (verificar a veracidade de suas informações) das fontes, os historiadores deveriam manejar ao menos algumas das técnicas das chamadas ciências auxiliares da História, como: diplomática, numismática, filologia, sigilografia, paleografia, genealogia, heráldica e cronologia.³

Hoje, quando os historiadores incluíram em suas pautas de pesquisa um sem número de novas fontes e já se acostumaram a tratar das “falsificações” e das “mentiras” com outro olhar, incorporando as teorias do social que remetem à ideologia e as teorias do ser psíquico que reportam ao inconsciente, tais preocupações podem parecer obsoletas. Mas, não se pode esquecer que a história se faz com fontes e que a natureza diversificada das fontes impõe uma nova variedade de métodos de análise que incorporaram muitas das técnicas tradicionais e lançaram outras tantas novas.

Por isso mesmo, outra seção necessária a um projeto é aquela que descreve as fontes e os métodos ou técnicas empregados na pesquisa. Essa seção de **metodologia e fontes** tem como principal objetivo apresentar ao leitor uma tipologia das fontes a pesquisar, esclarecendo a natureza de cada conjunto de fontes, os acervos em que se encontram e o tipo de dados que deles se pode extrair para subsidiar as análises da pesquisa.

Esse é o momento, também, de explicitar, de forma objetiva, procedimentos técnicos, quando, em função da natureza das fontes ou de opções metodológicas do pesquisador, a pesquisa exigir algum tipo de técnica especializada de análise (como as técnicas da semiótica da narrativa aplicadas aos documentos históricos, os métodos estatísticos utilizados em pesquisas com dados seriais ou ainda as técnicas de entrevista numa pesquisa que se proponha a usar a história oral).

Os levantamentos preliminares de fontes primárias e bibliográficas devem constar ao fim do projeto, como uma listagem de **bibliografia e fontes**, que pode ser dividida conforme a natureza das fontes ou as temáticas da bibliografia.

Um último item indispensável: o **cronograma**. Normalmente apresentado ao fim do texto (antes da lista de fontes e bibliografia), o cronograma deve relacionar cada etapa da pesquisa ao momento em

³ Uma lista mais completa e explicada pode ser encontrada em Cardoso, Ciro F. S. *Uma introdução à História*, op. Cit., pp. 48-49.

que será desenvolvida. As etapas mais comuns, são as de: levantamento de fontes; coleta de dados; análise e processamento dos dados e redação. Outras fases, específicas conforme os projetos, podem ser aí combinadas. É possível apresentar o cronograma relacionando cada etapa ao número de meses em que se desenvolverá, ou numa tabela em que um calendário é marcado conforme as etapas da pesquisa, de forma mais detalhada. Como nos exemplos abaixo:

Exemplo 1 de cronograma:

Etapas da pesquisa:	Tempo previsto (em meses):
1- Levantamento de fontes	3 meses (jan-mar 1998)
2- Coleta de dados	9 meses (abr-dez 1998)
3- Processamento e análise dos dados	4 meses (jan-abr 1999)
4- Redação	8 meses (mai-dez 1999)

Exemplo 2 de cronograma:

Etapas da pesquisa/ Meses/Ano	j	a	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d
	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
1- levantamento de fontes	x	x	x																					
2- revisão do projeto			x	x	x																			
3- coleta de dados no acervo 1					x	x	x	x	x															
4- coleta de dados no acervo 2										x	x	x	x	x										
5- processamento dos dados quantitativos															x	x	x	x						
6- análise dos demais dados																		x	x	x	x			
7- redação do texto final																					x	x	x	x

TRABALHANDO POR ETAPAS

O cronograma é mais do que uma formalidade e indica, efetivamente, a importância de se ter em mente a disponibilidade de tempo para a realização da pesquisa (tempo que é rigidamente controlado nas pesquisas visando títulos de pós-graduação ou nos projetos financiados, por

exemplo) e a necessidade de se programar o trabalho em etapas, de forma a viabilizar a realização da empreitada a contento.

Vencida a primeira etapa dos levantamentos, e redigido o projeto, é hora de passar à coleta de dados nas leituras da bibliografia especializada e nas fontes primárias. Diante de leituras importantes para uma pesquisa, é necessário recorrer ao instrumento de trabalho mais detestado por nove entre dez alunos dos cursos de graduação na área de humanas: o fichamento. Há, no entanto, uma diferença básica entre o fichamento do conteúdo de uma obra ou texto, que costuma ser realizado como tarefa de um curso de graduação (quase sempre como uma contra-prova da leitura de textos obrigatórios) e o que realizamos para uma pesquisa. Ao ler um livro orientado por uma proposta de trabalho, o pesquisador raramente sentirá necessidade de reter de forma resumida o conteúdo de uma obra inteira. À exceção de alguns livros muito específicos, diretamente relacionados ao objeto de pesquisa, o que o pesquisador procurará e encontrará nas obras lidas são referências específicas a determinados temas, direta ou indiretamente relacionados ao objeto pesquisado.

Daí que a forma mais útil de coleta de dados e informações na bibliografia seja o fichamento temático. No fichamento temático, o trabalho de leitura é orientado por uma lista prévia de temas (flexível o suficiente para ser modificada com o andar da pesquisa, mas não tão ampla que não represente a especificidade do objeto). Tal lista envolve todos os temas e sub-temas que o historiador julga incluídos no seu objeto de pesquisa ou a ele conexos. Assim, ao invés de tomar o livro ou texto como unidade de trabalho, o pesquisador passa a tomar as fichas temáticas como norte da pesquisa. Assim, um mesmo livro, por tratar de mais de um dos temas contidos na lista previamente elaborada pelo pesquisador, pode dar origem a várias fichas (aqui entendidas não como unidade física - a folha ou cartão de papel - mas como conjunto de anotações sobre um determinado tema).

Na Figura 2, apresentamos uma lista de temas utilizada em um estudo sobre a historiografia a respeito da escravidão, como exemplo:

FIGURA II - LISTA DE TEMAS

Revisão da historiografia sobre escravidão e abolição no Brasil

1- Estruturas econômico-sociais e escravidão

A- Sistema colonial e escravidão

B- Modo de Produção escravista colonial

2- Comércio colonial e tráfico de escravos

3- Formas não dominantes de exploração do trabalho escravo

A- Brecha camponesa

B- Escravidão urbana

C- Escravidão indígena

4- Imaginário colonial e escravidão

5- História regional e escravidão

6- Rebelião negra e resistência à escravidão

7- Abolição

A- Abolicionismo e escravidão

B- Lutas de classes e abolição

C- Imigrantismo e abolição

D- Imaginário e abolição

E- estruturas econômico-sociais e abolição

De modo a padronizar o material recolhido, as fichas devem ser organizadas segundo uma forma comum e conter algumas informações básicas. Supondo que o pesquisador já tenha elaborado fichas de identificação da obra pesquisada, cabe incluir em cada ficha (na primeira página ou cartão) uma identificação mínima de sobrenome do autor e nome abreviado da obra, que remeta à ficha de identificação com as referências completas para citações, sendo útil estabelecer numerações que facilitem correlacionar as fichas de identificação às fichas temáticas de conteúdo. No mesmo espaço, é aconselhável dar um título à ficha, que facilite sua posterior identificação. Além disso, é essencial para citações e referências, no momento da redação do trabalho, saber exatamente a página em que determinado texto citado se encontrava ou os capítulos e páginas em que um assunto foi abordado. Assim, ao lado do espaço reservado à citação ou resumo de idéias do texto, deve existir uma coluna mais fina, destinada ao registro paralelo da(s) página(s) em que se encontravam as afirmações. É possível, ainda, reservar certo espaço para as observações mais importantes do pesquisador no momento da leitura, como a lembrança de que aquele assunto é tratado por outro autor de forma semelhante ou diferente ou ainda um comentário rápido sobre o interesse extremo de uma determinada observação ou dado para certo ponto da pesquisa. O rodapé da ficha costuma ser suficiente para essas observações.

Um modelo simples de ficha, com um formato padronizado e espaço para esse conteúdo mínimo é apresentado na Figura 3.

FIGURA III - FICHA TEMÁTICA

7B01	Chalhoub, S. "O mito da abolição". In <i>Trabalhadores</i> , nº 1. Debate sobre a abolição em 1988
p.36	- Proposta mais geral do texto: "refletir e avaliar as diferentes visões de história e de escravidão (e abolição) que estiveram em disputa no ano de 1988".
p.37	- Posiciona-se no debate 13 de maio X 20 de novembro / Princesa Isabel X Zumbi: concorda com a crítica ao 13 de maio como redenção. Já a valorização de Zumbi surgiria após o processo mais amplo de discussão da subordinação violenta do negro na sociedade escravista, que chegaram, em alguns casos, a mostrar os negros como destituídos das "habilidades necessárias para serem bem sucedidos na vida em liberdade".
p.38	- "Essas afirmações a respeito dos negros se fundamentam naquilo que poderíamos chamar de 'teoria do escravo-coisa' - isto é, na idéia de que as condições desfavoráveis da vida no cativeiro teriam desprovido os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Ocorreria, então, uma 'coisificação social' dos negros sob a escravidão" (Segue)
Texto importante para o debate sobre a escravidão no centenário da abolição. Ver discussão posterior com J. Gorender (<i>A escravidão reabilitada</i>)	

A capacidade de síntese é o pressuposto básico para o sucesso na tarefa dos fichamentos. Só devem ser copiados os trechos mais importantes dos textos lidos, aqueles que acreditamos que poderemos citar diretamente ou discutir em profundidade na redação do trabalho. Para esses, recomenda-se todo cuidado na transcrição e o uso de aspas, para garantir uma utilização correta na etapa da redação. Quanto ao restante da leitura, resumos das idéias centrais e referências a temas conexos que são tratados devem ser capazes de nos lembrar, mais adiante na pesquisa, do fundamental da leitura. As paráfrases (uso de outras palavras e formas para exprimir o mesmo conteúdo) devem ser evitadas. Fichamentos muito longos não são úteis, a não ser nos casos específicos de obras de difícil acesso ou reprodução proibida, que sejam fundamentais para o trabalho e que não tenhamos certeza de poder voltar a consultar, como as que só encontramos em viagens de pesquisa, por exemplo.

Quanto aos fichamentos de documentos, os mesmos princípios podem ser aplicados. Há, entretanto, algumas especificidades que devem ser respeitadas. Para documentos mais antigos, os conhecimentos de paleografia são indispensáveis para uma boa leitura do texto. No caso brasileiro, manuscritos dos séculos XVI a XVIII exigem certa

habilidade específica do historiador.⁴ Como estes documentos empregam outras regras de sintaxe e vocabulário diferente, deve ser tomado o cuidado de preservar a redação original nos trechos copiados, mesmo que certas regras cuidadosas de conversão venham a ser usadas mais tarde na redação. Para documentos do século XX, em que apenas normas ortográficas eram diferentes, os riscos são menores. Além disso, os manuscritos não costumam ser numerados por página, mas por fôlio (fl. 1 com frente e verso), o que também exige atenção no momento do registro. Como nem sempre é possível fazer uma ficha de identificação para cada documento lido, muitas vezes as fichas de conteúdo podem trazer os dados essenciais para a localização do documento no acervo.

A Figura IV traz um exemplo de fichamento de documento. Trata-se de um ofício sobre um asilo de alienados, no Rio de fins do século XIX, encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Os códigos para a localização no acervo e um título que facilite o reconhecimento estão no alto da ficha. Também no topo, do lado esquerdo, uma numeração que insere a ficha no catálogo temático da pesquisa. Como no exemplo de ficha temática bibliográfica, o rodapé da ficha contempla observações cruzadas da pesquisa.

FIGURA IV - FICHA DE DOCUMENTO

III-9-A 1	AGCRJ Assistência a Alienados. Vol. 3. Fls. 283 e 284. Códice 39-3-75 Ofício do Diretor Geral de Higiene e Assistência Pública ao Prefeito, sobre a questão da assistência aos alienados - 9/01/1899
Fl.1 F.	- O autor reclama da aplicação da Lei nº 429, de 20 de novembro de 1896, determinando que seriam pagas pela municipalidade do Distrito Federal as despesas com os loucos recolhidos pela polícia ao Hospital Nacional de Alienados. (Segue)
- Lei nº 429, de 20 de novembro de 1896- A municipalidade e o Estado pagam as despesas com os alienados - Esse ofício relaciona-se com os retirados dos códigos 39-4-24/25/26 do assunto "Asilo de Mendicidade"	

Algumas pesquisas, em especial aquelas que trabalham com grandes séries de documentos similares em sua forma e as que dependem de

⁴ Uma boa introdução às técnicas da paleografia é o livro de Berwanger, Ana Regina & Leal, João Eurípedes F. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria-RS, EdUFSM, 1991. Também útil é o livro de Flexor, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1990.

quantificações posteriores, pedem fichamentos especiais, que agilizem a transcrição dos dados pelo pesquisador e sua posterior análise em comparações e/ou quantificações. Estatísticas mais complexas, registros comerciais e documentos cartoriais (como inventários) e judiciais (como os processos criminais), podem ser trabalhados dessa forma. Após a leitura de alguns documentos desse tipo, é possível para o pesquisador estabelecer quais as informações que pode extrair de cada um e em que forma elas se apresentam, bolando fichas de coleta de dados, como as dos exemplos que se seguem.

FIGURA V - FICHA DE COLETA - PROCESSOS

Nº na amostra	Pai do acusado				Auto de Prisão		Qualificação	Apres. Defesa	Data e Horário	
Nome do acusado	Mãe do acusado				Resposta à defesa		Conclusão autos	Pedido autos	Local e delegacia	
Nº do processo	Gênero		Artigo do Código		Remessa dos autos		Recch. Autos	Vista	Motivo da Prisão	
Maço ou caixa	Juízo		Autor		Recch. Processo		Sentença			
Nome do deponente	D/A	Cor	Nacional.	Natural.	Idade	Est. civil	Grav de Inst.	Prof.	Endereço	
Acusado										
Quem faz a queixa										
Testemunha										
Testemunha										
Testemunha										
Testemunha										
Acusação do delegado			Declarações das testemunhas			Alegações do acusado			Apresentação da defesa	
Resposta à defesa			Conclusão do Juiz			Sentença			Observações	

FIGURA VI - FICHA DE COLETA - FOTOS

Dados sobre a foto:	
Data:	Motivo:
Localização:	
Dos elementos da composição:	
1º Plano:	
Planos Secundários:	
Iluminação (natural/artificial; sentido e direção...):	
Ângulo e distância da tomada (próximo/distante; de cima/de baixo...):	
Dos usos da foto:	
Documentação:	Jornalística:
☐ Familiar ☐ Pessoal ☐ Instituição Pública ☐ Instituição Privada	☐ Jornal de grande circulação ☐ Jornal de circulação restrita ☐ Revista de grande circulação ☐ Revista de circulação restrita
Propaganda:	
☐ Circulação restrita ☐ Circulação na grande imprensa	

Na Figura 5 uma ficha aplicada à coleta de dados de processos criminais por contravenções. Numa parte da ficha anotavam-se os dados relativos à identificação do réu e do processo no acervo. Na parte central superior, as datas da tramitação do processo, no canto superior direito os dados de local e hora da prisão. O centro da ficha recolhe os dados sobre a qualificação dos envolvidos (réu, testemunhas, condutores, etc.). A parte inferior da ficha guardava as acusações, defesas, sentenças e recursos.

Já a ficha reproduzida na Figura 6 foi utilizada para um estudo que privilegiava fontes iconográficas (fotografias) de habitações populares. Dados sobre as fotos, abrangendo desde a sua produção e utilização até as características técnicas, eram resumidos de forma a permitir análises comparativas posteriores.

A base física dos dados pode variar. Ainda é o mais comum trabalhar com o papel. Alguns preferem os pautados, outros os sem pauta. Para uns as fichas de cartão, para outros as folhas tamanho ofício. Muitos usam fichários, alguns preferem cadernos. A regra básica é a da comodidade do pesquisador. Mas, em especial nas pesquisas coletivas e na coleta de dados para outros (como nos trabalhos mais comuns de iniciação científica), é prudente evitar escrever na frente e no verso das folhas, o que pode dificultar uma leitura posterior. Cadernos que não permitam um manuseio e arquivamento individual das fichas também devem ser evitados. Recomenda-se, é claro, os preceitos básicos da boa caligrafia e apresentação limpa do material.

Hoje, com os avanços da informática, é possível realizar estas etapas diretamente em microcomputadores portáteis (os *notebooks*). Nesses casos, recomenda-se o uso de programas de edição de textos e bancos de dados compatíveis entre si e com as marcas mais usuais no mercado, de forma a viabilizar sua utilização ao longo do tempo, com as constantes atualizações dos programas. Regras básicas, como a reprodução de mais de uma cópia de segurança, continuam a ser essenciais como defesa frente às desagradáveis surpresas que os computadores muitas vezes nos pregam.

Ao fim ou, em certos casos, ao longo da coleta de dados, inicia-se uma outra fase do trabalho de pesquisa: o processamento e análise dos dados. Em algumas situações, quando trabalhamos com dados quantificáveis que pedem um tratamento estatístico ou quando a metodologia da pesquisa envolve alguma técnica de análise de discurso mais sofisticada, para citarmos apenas dois exemplos, a etapa de proces-

samento dos dados exige um preparo técnico mais especializado e pode requerer o uso de ferramentas de trabalho como a informática.⁵ Na maior parte das pesquisas baseadas em documentos textuais não são necessários conhecimentos técnicos muito sofisticados.

É indispensável, entretanto, seguir alguns procedimentos básicos. O primeiro deles deve ser posto em prática desde a coleta dos dados. De posse de uma lista de temas e realizando fichamentos temáticos, o pesquisador pode relacionar suas fichas aos vários temas envolvidos na pesquisa e, em especial, às hipóteses definidas no projeto, estabelecendo quais são as hipóteses que já podem ser testadas à luz dos dados coletados nos diversos documentos e quais são aquelas que demandam verificação em outras fontes. Assim, é possível avaliar de que forma as informações coletadas se aplicam à análise dos diversos problemas levantados quando do projeto de pesquisa, bem como localizar as novas questões que àquela altura não haviam sido pensadas.

REDIGINDO

De posse dos dados coletados, organizados conforme os problemas a que se referem e avaliados a partir do teste das hipóteses, é possível fazer a transição entre a análise dos dados e a apresentação dessa análise na forma da redação do trabalho final da pesquisa. Respeitando as várias formas que essa redação final pode ter (monografia, dissertação, tese, artigo acadêmico, relatório de pesquisa, etc.), o passo inicial é a elaboração de um plano de redação.

O plano deve explicitar as várias subdivisões do texto, definindo que temas e problemas serão tratados e que fontes - primárias e/ou secundárias - serão discutidas em cada subdivisão. É preciso ter claro que trabalhos do tipo monografia, dissertação ou tese costumam ter uma estrutura similar, embora com exigências qualitativas e quantitativas diferentes quanto ao conteúdo. Essa estrutura possui, basicamente, uma primeira

⁵ Técnicas de quantificação são discutidas em Cardoso, Ciro F. S. & Brignoli, Héctor P. *Os Métodos da História*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983, pp. 280 e ss. Técnicas de semiótica da narrativa são explicadas para o historiador em Cardoso, Ciro F. S. *Narrativa, sentido, história*. São Paulo, Papirus, 1997.

etapa comum: uma introdução, que apresenta a proposta original da pesquisa - aquela do projeto - e os caminhos percorridos até a redação do texto final, esclarecendo como esse texto se estrutura em capítulos.

Seguem-se os capítulos (é comum um mínimo de três), em que o tema é desenvolvido segundo uma divisão lógica que pode ser definida cronologicamente (cada capítulo correspondendo a uma fase do recorte cronológico da pesquisa), tematicamente (cada capítulo tratando determinado(s) subtema(s) ou problema(s) da pesquisa), conforme a natureza das fontes trabalhadas, etc.

As discussões teóricas e conceituais que se fizeram necessárias à pesquisa podem ser apresentadas em capítulo próprio ou diluídas na sequência dos capítulos. Deve ser evitado o capítulo teórico longo em que as discussões conceituais e os debates entre escolas e interpretações não se refletem diretamente nas discussões desenvolvidas no restante do trabalho. Por outro lado, é hoje comum a fuga à discussão teórica, que se reflete na ausência tanto do capítulo teórico quanto de qualquer discussão conceitual ao longo do trabalho. Uma falha que não pode ser disfarçada, como tentam alguns trabalhos, por esparsas notas de pé de página do tipo: "tal conceito é aqui usado a partir do autor x". Essa prática gera, muitas vezes, usos inadequados dos conceitos, criando, por exemplo, conflitos entre a utilização combinada de noções cujas matrizes teóricas são incompatíveis.

Por fim, é corrente resumir os resultados da pesquisa, em especial como o trabalho respondeu às questões propostas no projeto e, portanto, qual o resultado do teste das hipóteses, em uma última seção, normalmente intitulada "Conclusão". Não se deve esquecer que os trabalhos acadêmicos devem seguir normas de apresentação próprias, que embora possuam um núcleo comum, podem variar de instituição para instituição. Índices, resumos, bibliografias e listas de fontes, notas de rodapé e anexos são alguns dos elementos que complementam tais trabalhos e devem ser submetidos à padronização das normas institucionais vigentes.⁶

⁶ A regras geralmente invocadas são as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Entre as mais importantes normas publicadas pela ABNT nesta área, destacam-se as seguintes: NB-60; NB-896; NB-217; NB-69; NB-764; NB-0; NB-66; NB-88 e NB-85. Um manual institucional bastante abrangente é o da Universidade Federal Fluminense. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. Niterói, UFF, 1992.

As pesquisas podem também se apresentar sob outros formatos, como os dos relatórios - exigência comum a todos os financiamentos de pesquisa e concessão de bolsas - que devem ser mais detalhados na descrição dos procedimentos e rotinas do pesquisador, contendo as listagens dos levantamentos, anexos com quadros descritivos do trabalho e outras informações que possam ser úteis para uma avaliação do andamento das pesquisas. Relatórios finais devem apresentar produtos do trabalho e conclusões da pesquisa, podendo, por isso mesmo, assumir um formato mais próximo dos trabalhos monográficos acima comentados.

Para divulgar resultados parciais de pesquisas ou sintetizar resultados conclusivos, o melhor instrumento disponível para os historiadores é o artigo a ser publicado em periódico acadêmico. Bons artigos acadêmicos obedecem a regras de elaboração semelhantes as de outras formas de trabalhos monográficos, diferindo principalmente no seu caráter necessariamente sintético. Assim, ao invés de capítulos, os artigos podem ter seções, organizando a exposição. Ao contrário da divisão em capítulos, entretanto, as seções de um artigo não devem conter apresentação de objetivos ou conclusões parciais, devendo ser redigidas de forma a não permitir uma quebra na exposição na passagem de uma seção à seguinte. Introduções e conclusões também são necessárias, mas não se exprimem como seções próprias, podendo ocupar apenas alguns parágrafos no início e no fim do artigo.

Tendo, em geral, entre 15 e 30 laudas, os artigos, como os trabalhos acadêmicos devem respeitar as regras de apresentação de notas, citações e bibliografias, que variam de publicação para publicação e costumam estar resumidas nas páginas finais dos periódicos. Quanto a estes, regras como a existência de Conselho Editorial com profissionais respeitados em sua área de atuação e a explicitação da forma de apreciação de trabalhos através de pareceristas, indicam a seriedade e a qualidade acadêmica da publicação.⁷

A pesquisa em História tende a ser, em nosso país, um trabalho na maior parte das vezes solitário. Por isso mesmo, a opinião daqueles que, por dever do ofício, lêem, comentam e avaliam o produto das pesquisas, como os orientadores, as bancas e os pareceristas, deve ser tomada como decisiva para que um mínimo de diálogo com os pares possa ser

⁷ Uma lista de periódicos publicados no Brasil na área de História, encontra-se no anexo ao fim do livro.

feito antes que o trabalho conquiste um público leitor maior. Pelo mesmo motivo, cabe valorizar as oportunidades de apresentar o trabalho a um conjunto maior de interessados, o que pode ser feito em grupos de estudo, em instituições de pesquisa, ou nos seminários e congressos.

Finalmente, cabe um último lembrete. De pouco adiantará seguir as indicações sobre os caminhos usuais da redação e as regras de apresentação dos trabalhos acadêmicos se a língua for transformada de instrumento em obstáculo. Textos gramaticalmente corretos e de leitura fácil (no sentido de bem organizados e com exposição fluente), infelizmente, não são a regra em nosso meio. Dificuldades de redação ou naturais tropeços no idioma devem ser vencidos com estudo e, sempre que possível, remediados com a ajuda de um leitor mais preparado, profissional ou afetivamente disposto a revisar o texto final.

ENSINANDO

Há algum tempo as discussões sobre a formação do Historiador têm caminhado no sentido da afirmação da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Muitos currículos já incorporaram tal princípio em sua lógica estruturante, como no caso do currículo implantado no curso de História da UFF em 1994, que em suas páginas de apresentação sustenta ser “ilusório (...) acreditar que a formação do professor de História e do pesquisador em História sejam diferentes em sua natureza”⁸

Tal afirmação de princípios, é fato, nem sempre corresponde à prática cotidiana nos cursos de graduação em História. Ainda assim, cabe mencionar que uma valorização da formação do Historiador como professor/pesquisador careceria completamente de sentido se de tal princípio não resultasse uma revisão na forma de se encarar a atividade do magistério no ensino fundamental, como dissociada da produção do conhecimento original - reservada ao espaço universitário.

A formação do Historiador, nos cursos de graduação, deve manter o duplo viés da preparação para a pesquisa e o ensino principalmente porque não há pesquisador, por melhor que seja, que possa abrir mão da necessidade de transmitir os resultados de uma pesquisa e, nessa trans-

⁸ Universidade Federal Fluminense. *Currículo pleno - curso de História*. Niterói, 1992, formulário 2, p.4.

missão, quer por via escrita ou através da fala, são imprescindíveis as qualidades da organização do raciocínio expositivo, da síntese e do didatismo não simplista - inerentes ao ofício do magistério. Da mesma forma, é mais do que tempo de se romper com a imagem do professor de 1º e 2º. graus como um repassador de conhecimentos produzidos pelos especialistas acadêmicos. A capacidade de formular sínteses didáticas a partir da produção acadêmica consagrada ou recente, o estímulo ao aluno para o aprendizado de uma História que lhe sirva como ferramenta de compreensão da sociedade (e de intervenção sobre esta sociedade) e a rejeição aos mitos e dogmas consagrados pela memória oficial sobre o passado, exigem do professor de História uma atitude crítica, que só é formada quando tal profissional se capacita para a produção do conhecimento original.

Estas considerações não são originais. Sintetiza-se aqui um acúmulo de discussões na área de História que já soma mais de duas décadas. É possível localizar um marco importante dessa forma de se pensar o ofício do historiador professor/pesquisador nos movimentos dos anos 70 contra os “estudos sociais” - a associação entre história e geografia numa única disciplina para o então denominado “2º segmento do 1º Grau” (5ª. a 8ª. séries) - introduzidos pela reforma educacional de 1971. A essa luta se associava o combate à formação insuficiente dos profissionais de ensino nas “licenciaturas curtas” de “estudos sociais” - cursos de graduação rápidos, oriundos da reforma universitária de fins dos anos 60, que alegava-se simplificariam a formação de professores para o magistério básico, o que acabou por massificar os cursos de licenciatura de baixa qualidade nas faculdades privadas.⁹

A luta contra os estudos sociais e a licenciatura curta integrou-se às discussões das associações acadêmicas da área, em especial à Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje Associação Nacional de História (ANPUH), que passaram a dedicar maior atenção ao debate sobre o ensino de História. Passaram também a intervir junto ao poder público para pressioná-lo, inicialmente contra a licenciatura curta e mais tarde contra outras formulações de política educacio-

⁹ Ver a esse respeito a síntese de Silva, Marcos Antonio da & Antonacci, Maria Antonieta M. “Vivências da contramão - Produção de saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus”. In *Revista Brasileira de História*. No. 19. São Paulo, set.89/fev.90.

nal consideradas negativas.¹⁰ Tal movimento dos professores da área de História não pode ser dissociado, ainda, das lutas pela organização sindical dos professores da rede pública de 1º. e 2º. graus e de seu esforço em defesa da escola pública.¹¹

No espaço deste livro, propomos uma discussão sobre caminhos concretos de consecução dos princípios acima comentados no trabalho cotidiano na sala de aula, através da abordagem de alguns pontos já consagrados nas discussões sobre a renovação do ensino de História: os currículos e programas do ensino fundamental; os livros didáticos e algumas propostas inovadoras de técnicas e materiais de apoio para o trabalho de sala de aula.

CURRÍCULOS, PROGRAMAS E LIVROS DIDÁTICOS

Como primeiro passo para um entendimento crítico do ensino de História no contexto da educação fundamental brasileira hoje, um exercício salutar é analisar a História ensinada como objeto, historicizando-a, como recomendam os princípios da disciplina.

É possível marcar uma origem da História como disciplina escolar, numa forma próxima a que conhecemos atualmente, no contexto da afirmação de um projeto de educação pública e universal, em meio à Revolução Francesa, em fins do século XVIII.¹² Antes, conteúdos históricos eram associados aos de outras disciplinas, como no estudo das

¹⁰ Hoje, por exemplo, a ANPUH se faz presente, com uma postura bastante crítica, no debate dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ver a esse respeito o parecer de Maria Joana Neves, publicado no *Boletim da ANPUH*. Ano 6, nº 12. São Paulo, março/junho de 1998.

¹¹ No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, um dos grupos fundadores do Centro Estadual dos Professores, embrião do Sindicato dos Profissionais de Educação, da rede pública, era oriundo justamente das discussões e movimentos de professores de História contra os “estudos sociais”. Tratei desta origem da organização dos professores em *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói, UFF, 1996. (Tese de doutorado)

¹² A síntese que se segue baseou-se em: Nadai, Elza. “A escola pública contemporânea: os currículos oficiais e o ensino temático” In *Revista Brasileira de História*. No. 11. São Paulo, set.85/fev.86. Baldin, Nelma. *A História dentro e fora da escola*. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989. Hollanda, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro. 1931-1956*. Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1957.

línguas antigas, constituindo-se em parte dos “estudos clássicos”, por exemplo. O novo sentido da disciplina consistia em buscar no passado as justificativas da ascensão dos novos segmentos sociais, em especial da classe burguesa. No século XIX, a disciplina ampliou seu espaço, no contexto de resgate/invenção das tradições que constituiriam uma “memória nacional”, essencial aos projetos de construção dos novos Estados Nacionais.

No Brasil, onde o ensino religioso no período colonial (em especial o de matriz jesuítica) tratava de conteúdos históricos nos termos tradicionais dos estudos clássicos, o impulso para a introdução da História como disciplina escolar veio após a autonomia política. A preocupação com a construção da Nação seria, também aqui, o motor central da nova disciplina. Entretanto, como a nova nação tomava o modelo europeu como parâmetro, o processo de resgate/invenção das tradições constitutivas da memória nacional deveria ser especialmente seletivo. Tratava-se de afirmar o peso decisivo da influência européia na formação de uma identidade nacional, ainda no período colonial. Para tanto, no quadro da multiplicidade étnica brasileira, era necessário sobrevalorizar o papel do português/europeu, secundarizando ou mesmo mascarando a presença índia (resgatada quando muito no projeto romântico de associá-la a antecedentes da identidade nacional, pensada ainda em termos europeus) e negando ao máximo as referências ao elemento africano.

Na prática, os programas de História que se constituíam nos anos 1830, tomando como padrão o regulamento do Colégio Pedro II, que instituiu a História como disciplina a partir da 6ª. ano, agarravam-se ao modelo francês e propunham uma História Universal, em que a História do Brasil aparecia em alguns “pontos” da extensa lista, toda ela construída em torno da periodização da História política européia. Os livros indicados, afora uma ou outra obra de História do Brasil, eram sempre os compêndios franceses. As atualizações programáticas seguiam as modificações introduzidas nos Liceus Nacionais da França, com poucos anos de atraso.

Após a implantação da República, foi ampliado o recurso à História no esforço de formação da nacionalidade. Manteve-se, entretanto, o forte eurocentrismo na concepção da disciplina. Ao longo de todo o período, esses traços da disciplina se refletiam no debate sobre a inclusão da História do Brasil como disciplina autônoma nos currículos escolares. Predominavam as orientações de valorização da História Universal, no

mesmo sentido do período Imperial, embora em determinadas reformas curriculares legais fosse incluída a História do Brasil com caráter autônomo, restringida entretanto a um determinado ano da sequência curricular ou a uma carga horária menor que a oferecida pela História Universal.

Foi nos anos 1930, no contexto da reorientação política que assumiu tons cada vez mais autoritários, com forte peso do discurso nacionalista, que o debate sobre a revisão do ensino de História se ampliou. A reforma Francisco Campos, de 1931, estendeu a disciplina História a todas as séries do ensino secundário, mas redefinindo-a como História das Civilizações. Nessa nova estruturação curricular, a História do Brasil aparecia inserida nos estudos de História da América. As críticas à reforma como um todo, pelo excesso de disciplinas que criava, e ao modelo de programas de História que instituiu, pela ausência da disciplina História do Brasil com autonomia, se refletiram nas reformas legais posteriores, em especial na chamada Reforma Capanema de 1942.

O objetivo da autonomia da História do Brasil era definido no sentido de “orientar o ensino secundário no sentido de uma compreensão maior dos valores e das realidades nacionais”.¹³ As tintas autoritárias do patriotismo da ditadura do Estado Novo (1937-1945) estavam presentes na proposta de operacionalização daquele objetivo nos programas e compêndios da época, como explicitava Jonathas Serrano, um dos mais influentes autores didáticos: “... o estudo de História do Brasil visa precipuamente a formação da consciência patriótica, através dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional. Assim como nas aulas de História Geral, serão postas em relevo as qualidades dignas de admiração, a dedicação aos grandes ideais e a noção de responsabilidade.”¹⁴

Cabe lembrar que não apenas nas aulas de História se reforçavam os princípios patrióticos. O Estado Novo só fará ampliar, no ambiente escolar, e generalizar, para o conjunto da sociedade, os rituais e festas cívicas que faziam parte do processo de culto à memória nacional, desde pelo menos os primeiros anos da República. Com um reforço, ao incluir nas propostas curriculares a Educação Moral e Cívica.

¹³ Justificativas do decreto-lei 4244 (Reforma Capanema), citadas por Serrano, Jonathas, na “explicação necessária” de seu *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Brigniet e Cia, 1945, p. XII.

¹⁴ Idem, p. XV.

O modelo francês do século XIX, o peso de um passado colonial que se queria ocultar e o esforço de construir uma identidade nacional através de um resgate/invenção de tradições e figuras dignas do sentimento patriótico, que se explicitava mais diretamente no discurso nacionalista-autoritário, são alguns dos determinantes do tipo de História que se ensinava aos estudantes: factual, exclusivamente política e centrada nos feitos e traços da personalidade dos “vultos da nacionalidade”, os heróis pátrios. Por mais que os professores da época recusassem admitilo, apelando para a idéia de que o raciocínio dos alunos seria despertado pela curiosidade diante da narrativa dos acontecimentos, tratava-se de uma disciplina que privilegiava a memorização e que fazia sentido apenas aos olhos da classe dominante e de seus filhos, preparados para dirigir um país enxergando no ontem as lições de seus heróicos antepassados.

As modificações legais posteriores à redemocratização de 1945 pouco alteraram o ensino de História. Ganhou corpo, entretanto, uma discussão inaugurada ainda nos anos 1930, sobre a adoção do modelo norte-americano de ensino dos “estudos sociais”, numa disciplina que combinava elementos de História, Geografia e Ciências Sociais. Algumas experiências pioneiras foram feitas, sobretudo no ensino primário. Foi, entretanto, a reforma do ensino fundamental produzida durante a ditadura militar (Lei 5692/71) que introduziu os Estudos Sociais como atividades no novo 1º. segmento do 1º. grau (1ª. a 4ª. séries), como disciplina no 2º. segmento (5ª. a 8ª. séries) e como área de estudos, reunindo as disciplinas de História e Geografia, no 2º. grau.

Essa nova concepção foi avaliada pelos historiadores como parte de uma política educacional que procurava esvaziar os conflitos no ambiente escolar e na formação do cidadão. Os anos 1960 abrem uma etapa de massificação das matrículas na educação básica e a perspectiva das políticas educacionais da ditadura girava em torno de um projeto de desenvolvimento econômico acelerado, para o qual a escola contribuía como formadora de mão-de-obra. Daí que uma perspectiva sobre as sociedades, do presente ou do passado, que privilegiasse a idéia de integração e harmonia social fosse o centro organizador da proposta dos estudos sociais. O que se reforçava pela revalorização dos estudos de Moral e Civismo, estendidos, com o OSPB e o EPB, para todos os graus de ensino, multiplicando a imagem patriotesca, de cunho agora marcadamente militar, de um passado construído apenas e tão somente pela grandiosidade dos heróis pátrios.

A adequação da nova proposta aos princípios do modelo implantado pela ditadura era evidente. Os programas explicitavam em seus objetivos uma aproximação com os chamados “Objetivos Nacionais Permanentes”, da Doutrina de Segurança Nacional - cartilha básica dos militares/governantes. Como explicou Fonseca, “há uma tentativa de legitimar, pelo controle do ensino de História, a lógica política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento da juventude, homogeneizando a imagem destes sujeitos sociais, em torno da imagem do Homem que melhor serve aos interesses do Estado e da Nação”¹⁵. O exemplo citado pela autora, dos objetivos do programa de estudos sociais da Secretaria de educação de Minas Gerais, é bastante ilustrativo:

*“sem o conhecimento da história nacional e internacional, sem uma visão do quadro geográfico nacional e mundial, aliados a uma visão das forças dirigentes do mundo atual, sem uma introdução à política internacional contemporânea, é impossível integrar-se de maneira construtiva e consciente no mundo de hoje e compreender as necessidades e possibilidades da sociedade brasileira”.*¹⁶

Nos livros didáticos, modernizações gráficas foram introduzidas e novas propostas metodológicas da História foram incorporadas aos objetivos apresentados por seus autores. No entanto, lido o seu conteúdo, a maior parte tendia a reproduzir os mesmos fatos selecionados pelos compêndios das décadas anteriores para costurar uma narrativa linear, muitas vezes em flagrante incoerência com os princípios metodológicos anunciados.

O resultado era uma narrativa histórica centrada no quadripartismo - história antiga, medieval, moderna e contemporânea - da periodização tradicional, para a chamada História Geral.¹⁷ Nesta, como na História do Brasil, apresenta-se uma avaliação positiva do passado, centrada nos marcos da memória oficial do Estado-Nação e das classes dominantes,

¹⁵ Fonseca, Selva G. *Caminhos da História ensinada*. Campinas, Papirus, 1993, p. 61.

¹⁶ Citado por Idem, p.61.

¹⁷ Ver a esse respeito a crítica de Chesneaux, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo, Ática, p. 92 e ss.

através da anulação da ação coletiva das classes dominadas, o que acabava por conformar, na exposição, a história a uma linha evolutiva das sociedades, isenta de conflitos e contradições.¹⁸

Nos anos 1980, com o retorno da autonomia da História como disciplina no ensino fundamental, foram discutidas diversas alternativas curriculares, de âmbito estadual. Em alguns casos, como na reforma Curricular implantada em Minas Gerais em 1986, partia-se da crítica à história episódica e factual para propor-se um ensino centrado na “história como ciência”, visando o “estudo do homem-agente da história, seu trabalho, sua realidade, seu modo de produzir, pensar e se organizar ao longo do tempo”¹⁹. O esteio teórico da proposta era uma leitura da concepção marxista da História centrada na evolução dos modos de produção, de forma que o resultado expresso em termos de conteúdo programático substituiu a sequência tradicional das “idades” (antiga, média, moderna e contemporânea) pela evolução dos modos de produção (asiático, escravista, feudal e capitalista). Embora significando uma reformulação conceitual e de conteúdo, a proposta recebeu justificadas críticas por ter sido implantada a partir de uma equipe de especialistas, sem maior tempo para debate com os professores da rede pública (da apresentação da proposta a sua entrada em vigor passaram-se apenas 6 meses). Foi criticada também por propor uma estruturação programática que, apesar de orientada por um outro referencial teórico, continuava a enfatizar o acúmulo de informações e a periodização evolutiva do progresso histórico, num campo semelhante ao dos programas tradicionais que afirmava criticar.²⁰

Mais radical, e muito mais controversa, foi a proposta elaborada em São Paulo pela Coordenadoria dos Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria Estadual de Educação, que chegou a uma terceira “versão preliminar” em 1986, sem entretanto ter sido colocada em

¹⁸ Duas análises dos livros didáticos de História do Brasil que ilustram estas afirmações podem ser encontradas em Abud, Katia Maria. “O livro didático e a popularização do saber histórico”. In Silva, Marcos A. da (org.). *Repensando a História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, s.d. E Davies, Nicholas. “As camadas populares nos livros de História do Brasil”. In Pinsky, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo, Contexto, 1988.

¹⁹ Minas Gerais (SEE). *Programa de História para o 1º e 2º Graus*, Minas Gerais, 1986, p. 22, citado por Fonseca, op. cit., p. 96.

²⁰ Uma análise crítica aprofundada encontra-se em Fonseca, op. cit., pp. 96 e ss.

prática. Segundo os envolvidos em sua elaboração, eram princípios da proposta “um referencial teórico aberto, recusa de esquemas explicativos prévios, ausência de pontos de partida e de chegada fixos para as situações de ensino/aprendizagem, reflexões sobre experiências cotidianas de professores e alunos, constantes diálogos presente/passado e conceitos/realidades a partir de eixos temáticos construídos por docentes e discentes”.²¹

Nos programas esboçados, a novidade mais visível da proposta da CENP era a valorização de determinadas noções a serem desenvolvidas nas várias séries do 1º Grau (como tempo; espaço; permanência/mudança; diferença/semelhança; relações sociais), através de “eixos temáticos” articuladores dos conteúdos (a sugestão apresentada era a do eixo temático trabalho). Mas o ponto mais controverso da proposta paulista era seu objetivo de superar o “divórcio” tradicional entre uma Universidade produtora de conhecimentos e o ensino de 1º e 2º Graus, responsável pela transmissão de informações. Segundo a proposta: “O que se pretende é ultrapassar a mera transmissão de informações, orientando professores e alunos na compreensão dos procedimentos para a produção do conhecimento.”²²

Sintomaticamente, as críticas mais pesadas à proposta vieram das Universidades paulistas, com cobranças, em muitos casos pertinentes, em outros discutíveis, sobre posturas teóricas pouco explicitadas e a falta de definição de conteúdos básicos necessários aos estudantes. Críticas a pontos específicos da proposta, entretanto, se articulavam para questionar, de forma mais geral, a viabilidade daquele princípio da aproximação do ensino básico com os procedimentos da produção de conhecimento. O lugar de autoridade dos que criticavam, somado à repercussão pública do debate, que chegou a ganhar as páginas da grande imprensa, contribuíram para o arquivamento da proposta da CENP.

Algumas críticas àquela proposta demonstravam que, do ponto de vista predominante em nosso meio universitário, a hierarquização entre produção de conhecimentos na academia e reprodução no ensino básico

²¹ Silva & Antonacci, op. cit., p. 26. Tomou-se aqui por base a síntese da discussão apresentada pelos autores nesse artigo e as análises mais aprofundadas de Fonseca, op. cit., em especial capítulos 3 e 4.

²² São Paulo (SEE/CENP). *Proposta curricular para o ensino de história - 1º grau*. São Paulo, 1986, p.4, citado por Fonseca, op. cit., p.90.

constitui-se em valor intocável. O que não significa dizer que há um “divórcio” total entre Universidade e ensino básico. Ao contrário, estão nos Departamentos de História das Universidades boa parte dos autores de livros didáticos e consultores das comissões encarregadas de propor programas e currículos. Mais ainda, neles - com seus currículos, programas, referências e professores - se formam os profissionais que atuam no ensino básico. Para melhor ou para pior, a Universidade tem um quinhão significativo de responsabilidade sobre a situação do ensino fundamental.

Do ponto de vista aqui defendido, a produção do conhecimento, nas proporções correspondentes aos limites de faixa etária e amadurecimento intelectual de cada nível de ensino, é um objetivo a ser perseguido em qualquer processo de interação entre professores e alunos. Na dicotomia Universidade-produção X ensino básico-reprodução reside, justamente, uma das pedras de toque da perpetuação de uma memória histórica conformada aos interesses das classes dominantes e legitimada pela versão oficial do passado construída e difundida pelo Estado.

É possível, no entanto, pensar um horizonte de trabalho do historiador/professor, que contribua para a superação desse estado de coisas. O acúmulo de experiências e práticas alternativas no ensino de História, impossível de ser aqui reproduzido, está a demandar uma avaliação mais detida por parte de todos aqueles que se envolvem com esse processo. Apenas como introdução, comentamos a seguir algumas das linhas mais expressivas dessas experiências e práticas.

PRÁTICAS ALTERNATIVAS

Apesar de todos os avanços nas discussões da área de História sobre as perspectivas da disciplina no ensino fundamental, é possível constatar que essas discussões não chegaram a se generalizar, atingindo o cotidiano do trabalho da maioria dos professores de História²³. Razões várias poderiam ser levantadas para explicar essa distância entre as re-

²³ Em estudo preliminar recente, com uma pequena amostragem de historiadores/professores formados nos anos 1980 em um curso de graduação de ponta, constatamos que a grande maioria tendia a trabalhar com os programas tradicionais e a utilizar livros didáticos editados desde os anos 1970, tendo grande dificuldade em associar as discussões que fizeram nos cursos da graduação (avaliados sempre positivamente) a sua prática no magistério. Ver Mattos, Marcelo Badaró (e outros). “Experiências de ex-alunos de História da UFF no magistério de 1º e 2º graus. Uma abordagem preliminar”. In *Tempo*. Nº 2. Niterói, dez. de 1996.

flexões críticas e inovadoras e a prática mais comum, como: o acúmulo de jornadas de trabalho, imposto pelos baixos salários, dificultando a atualização profissional dos professores; as características autoritárias da concepção e execução das políticas educacionais oficiais; a distância efetiva entre as discussões que têm lugar no espaço universitário e as salas de aula do ensino fundamental ou a dificuldade dos historiadores/professores universitários de relacionarem suas pesquisas e discussões nos cursos que ministram (para formar historiadores/professores) às possibilidades alternativas de trabalho no magistério básico.

Para os fins deste capítulo, vale mais a pena explicar algumas propostas e experiências alternativas que se mostram frutíferas, do que aprofundar as discussões sobre as razões do peso da tradição conservadora.

Entre as conseqüências mais conhecidas do ensino de História pautado pelos padrões tradicionais, da maior parte dos programas oficiais e dos livros didáticos, está o desinteresse dos alunos. Acúmulo de informações, exposições longas, aulas e avaliações que privilegiam objetivos cognitivos primários, como memorização e reconhecimento de episódios e nomes, são algumas das características de aulas que, mesmo quando não se pautam pela glorificação dos heróis da pátria, acabam associando a História a uma disciplina chata, centrada na memorização.

Uma das fórmulas mais debatidas para evitar os longos programas e as exposições maçantes e/ou apressadas de dezenas de episódios e processos mal encadeados na seqüência das aulas é privilegiar a análise de temas/questões problematizadores nos objetivos de programas e aulas. Por "ensino temático", é possível entender uma proposta que priorize a discussão de determinados temas, que possam dar sentido ao conteúdo da disciplina, despertando o interesse dos estudantes e criando condições para que a reflexão crítica seja o objetivo central do trabalho em História.

Os temas privilegiados em um trabalho deste tipo devem ter duas características: aproximar a discussão dos conteúdos da História da realidade e dos interesses dos alunos e possibilitar a articulação dos conteúdos programáticos definidos. Assim, um programa que tenha como tema articulador a questão do trabalho, pode facilitar o processo de ensino/aprendizagem em uma turma de escola noturna, majoritariamente composta por alunos/trabalhadores²⁴. Da mesma forma, uma turma de

²⁴ Ver a esse respeito o relato da experiência de Silva, Olga Brites da. "História do trabalho e público trabalhador: uma experiência". In Silva, Marcos da (org.). *Repensando...*, op. cit.

alunos de 2ª ou 3ª geração de migrantes nordestinos pode ter seu interesse pela História despertado através de um trabalho que privilegie a história de vida de cada um e de suas famílias, a partir da origem regional comum, criando-se assim um eixo articulador de discussões sobre o tempo, as gerações, as relações do indivíduo com a sociedade, etc.²⁵.

Cabe lembrar que tais propostas não devem ser tomadas como um abandono dos "conteúdos" históricos e nem podem ser pensadas como o estudo de temas "fora" da História, ou seja, os temas só ganham sentido quando inseridos na discussão dos processos históricos, ou seja, quando referenciados no tempo e na dinâmica das sociedades. Por isso mesmo, uma prática com essas características, articulada pelo tema do trabalho, por exemplo, pode ser feita com um programa centrado tanto em conteúdos de História Antiga quanto em outro de História do Brasil, desde que a preocupação com "dar todo o programa" - entendida como narrar toda a seqüência factual linear - dê espaço a uma abertura para periodizações menos evolutivas. O que importa é deslocar o centro da atenção dos alunos dos episódios e personagens para os processos e as lógicas da vida dos homens em sociedade, indo além da memorização para atingir objetivos de análise, avaliação e síntese. Dessa forma, pode ser mais fácil para o aluno encontrar na História uma ferramenta útil para conhecer o mundo e nele agir.

A questão de fundo, envolvida em propostas desse tipo, é a da integração entre o que é ensinado e as experiências de vida dos próprios alunos, de forma a que possam interagir como sujeitos conscientes com a história que estudam e com a história que fazem, como atores sociais. Uma questão cujo histórico no debate pedagógico brasileiro retroage, pelo menos, aos anos 1950:

"Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de seu contexto: a da intimidade com eles, a da pesquisa, em vez da mera, perigosa e

²⁵ Pensamos aqui no exemplo de trabalho relatado por Conceição Cabrini em Cabrini, Conceição (e outros). *O Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida"²⁶.

Não basta, entretanto, circunscrever o debate à renovação dos temas e programas a serem trabalhados. O ensino temático não terá sentido se as aulas se resumirem a exposições de professores dedicados e conhecedores dos conteúdos para alunos interessados porém calados e passivos. Da mesma forma como não serão apenas questionários e provas os instrumentos que poderão permitir a avaliação de um trabalho assim conduzido. Não basta mudar conteúdos e programas se for mantida a prática didática tradicional.

Parte da responsabilidade pelo juízo negativo atribuído às aulas de História por uma boa parcela dos estudantes pode ser atribuída, justamente, ao nível de abstração exigido para relacionar acontecimentos do passado à realidade atual vivida pelos alunos. Uma forma de evitar esse problema propor a discussão de questões do presente que possam orientar o recuo ao passado para o estudo dos conteúdos programáticos. Trata-se, neste caso, como incentivação inicial para cada tema discutido ou como estratégia de abordagem do conjunto dos programas, de construir um raciocínio retrospectivo, que possa salientar o nível de continuidade e de mudança presente em certos processos e formações histórico-sociais.

Não é difícil listar exemplos. Em programas de História do Brasil, é possível partir do hoje para propor uma discussão sobre o grau profundo de desigualdade social e concentração de riquezas em nossa sociedade, em busca dos processos históricos que condicionaram tal característica da sociedade brasileira. Da mesma forma, é possível partir das lutas atuais pela Reforma Agrária para propor a discussão da concentração fundiária e das lutas sociais no campo em outras conjunturas históricas. Analogamente, as profundas mudanças atuais no mundo do trabalho, com as novas tecnologias e o desemprego estrutural podem ser discutidas como forma de se estudar a origem da lógica econômica da exploração capitalista e a formação da classe operária em diferentes contextos históricos.²⁷

²⁶ Freire, Paulo. "Educação e atualidade brasileira" (1958), citado em Freire, Paulo & Guimarães, Sérgio. *Sobre Educação (diálogos)*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 37.

²⁷ Um exemplo de trabalho com método retrospectivo é dado por Whitaker, Dulce C. A. "A História estudada a partir do presente: uma experiência didática". In Silva, Marcos da (org.). *Repensando...*, op. cit.

Tal proposta tem seus riscos e é necessária muita atenção para evitar-se anacronismos (atribuir a formações históricas passadas características exclusivas das atuais) e teleologias (explicar o passado numa linha evolutiva que conduz necessariamente ao presente tal qual ele se apresenta).

Até aqui este livro tem afirmado a indissociabilidade entre ensino e pesquisa no trabalho do historiador, de uma forma que pode levar a pensar que tal princípio se resume a uma regra a ser seguida na formação e no ofício do profissional de História. Este é o momento de ir além. Na sala de aula, o historiador deve ser capaz de estimular em seus alunos o raciocínio crítico sobre a realidade social do presente e do passado. Um raciocínio desse tipo só se constrói quando o estudante é capaz de, com suas próprias pernas, acumular informações, confrontar interpretações e formar um juízo. Não são essas as etapas de um procedimento de pesquisa?

Guardadas as devidas proporções em relação à profundidade e à originalidade, só o historiador/professor que não se contenta em repassar, mas produz conhecimento (norteado pelo domínio dos procedimentos e possibilidades da pesquisa histórica) poderá criar condições para que seus alunos possam ir além da recepção do conhecimento, sentindo-se também capazes de pensarem a História.²⁸

Concretamente, isto se conquista no dia a dia da sala de aula, ensinando aos alunos as regras básicas da produção de conhecimentos em nossa disciplina. Uma primeira é onde procurar as informações e interpretações sobre um tema determinado. O estímulo ao contato com as bibliotecas (da escola ou de fora dela) é um passo nessa direção.

Um outro caminho possível e mais próximo é o trabalho com o próprio livro didático. Todos os limites dos livros didáticos tradicionais já foram acima comentados. Isto não invalida a certeza de que, para os alunos da classe trabalhadora, os livros didáticos podem ser os únicos livros com os quais terão contato mais sistemático (para além da Bíblia nas famílias religiosas e de alguma "coleção" empurrada por um vendedor na porta de casa e comprada à prestação). Mesmo quando não há livros para todos (os programas de distribuição do governo nas escolas públicas são muito bons de *marketing* mas nem sempre funcionam), as escolas e os professores costumam acumular muitos, oferecidos como "cortesia" pelas editoras.

²⁸ Um relato interessante, nesse sentido, é o de Iokoi, Zilda Maria G. "Pesquisa e monografia no ensino de 1º e 2º graus." In Silva, Marcos (org.). *Repensando...*, op. cit.

Evitando “adotar” (a expressão já revela problemas) um livro, o professor pode indicar ou levar aos alunos uma lista de livros para que cada estudante tenha acesso a um título que não é necessariamente o mesmo do colega. Em trabalhos em grupos, na sala de aula principalmente, será possível propor aos alunos confrontar as exposições de mais de um autor sobre determinado tema, mostrando que as interpretações históricas variam conforme as referências de cada autor e que, portanto, é possível que cada aluno produza a sua própria interpretação ao cruzar as informações e análises dos vários livros.

Indo além, é possível introduzir outros materiais escritos para somarem-se aos livros didáticos (ou para substituí-los) nessas atividades. Textos escritos pelos próprios professores podem estar mais sintonizados com um conjunto maior de leituras e com a realidade concreta de cada grupo de alunos. Mas, a matéria prima tradicional do trabalho do historiador, o documento, em sala de aula, pode produzir resultados ainda mais surpreendentes. E por documentos úteis ao trabalho em sala de aula podem ser tomadas tanto as fontes oficiais quanto um artigo de jornal, uma obra da literatura de época ou da produção das artes plásticas, uma música ou um depoimento gravado ou transcrito.

O simples contato com um documento de época, que seja um registro escrito, iconográfico ou sonoro, transporta os estudantes para uma outra dimensão temporal, pelas diferenças na linguagem nos casos dos textos escrito ou na forma de apresentação da mensagem. O documento, porém, não deve ser utilizado apenas como estímulo inicial ou “ilustração” de uma determinada aula. O mesmo exercício proposto com os livros didáticos ou textos dos próprios professores pode ser realizado confrontando-se dois documentos sobre o mesmo processo, produzidos por autores com inserção social distinta, explorando as possíveis diferenças nos registros que podem ser relacionadas à dinâmica dos conflitos sociais.

Alongar a lista de exemplos de práticas alternativas não acrescentaria muito mais. A breve síntese aqui desenvolvida terá sido suficientemente bem sucedida se tiver sido capaz de despertar o interesse por propostas educativas que contribuam para inverter o quadro negativo em que se encontra o ensino de História, como a educação pública fundamental em geral. Teremos, com certeza, muito chão a percorrer se estivermos cientes dos limites - pois os problemas educacionais não se resolvem apenas na sala de aula e as contradições da sociedade não serão resolvidas na escola - porém conscientes das possibilidades de ir além.

ANEXO

ACERVOS, INSTITUIÇÕES, REFERÊNCIAS E OUTRAS FERRAMENTAS PARA PESQUISA

I- Instituições de pesquisa

A extrema diversidade do arsenal de registros das sociedades a que hoje recorrem os historiadores em seus trabalhos de pesquisa multiplicou em ritmo paralelo as possibilidades de recursos a acervos os mais variados para a busca e trabalho com fontes. São abertas novas portas para as pesquisas através dos arquivos privados (pessoais ou empresariais), acervos iconográficos, coleções de depoimentos gravados e arquivos jornalísticos, apenas para citar alguns exemplos de bases de fontes para trabalhos com o período contemporâneo. Carecemos de guias de acervos que pudessem facilitar o acesso do pesquisador em formação aos dados mínimos sobre localização, características do acervo e regras de consulta desses espaços de trabalho (uma exceção digna de nota é o *Guia de acervos de arquivos públicos da cidade do Rio de Janeiro*, publicado pelo CPDOC/FGV e FCRB, com um levantamento bastante completo, apesar de hoje já desatualizado, de arquivos, bibliotecas e instituições de pesquisa no Rio de Janeiro). Listamos a seguir com indicações mínimas, algumas instituições públicas que guardam fontes essenciais ao trabalho do historiador.

A crítica à história tradicional, construída exclusivamente sobre as fontes "oficiais", não pode nos levar a menosprezar as infinitas possibilidades de trabalhos originais com fontes produzidas nos diversos níveis do aparelho de Estado. Por isso mesmo, os Arquivos públicos ainda são ponto de parada obrigatória para a maior parte dos trabalhos produzidos na área de História. Listamos a seguir algumas referências sobre o principal desses arquivos - o Arquivo Nacional - bem como sobre alguns Arquivos Públicos de abrangência regional ou local.

Arquivo Nacional - RJ

Sede: R. Azeredo Coutinho, 77. Centro. Rio de Janeiro, RJ. CEP 20230-170 - Endereço Eletrônico: <http://www.mj.gov.br/an/>

Horário de funcionamento: segunda a sexta, das 8:30h às 18:00h

Principal repositário da documentação produzida pelo Estado no Brasil. Possui cerca de 3 bilhões de documentos arquivados. Através de guias de fundos, fichários, cadastros e bases de dados, os pesquisadores têm acesso, na Seção de Consultas aos documentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário no Brasil independente, bem como a documentos do período colonial, como os registros de sesmarias ou de alfândegas e de órgãos da administração portuguesa aqui instalados. Há ainda uma série de coleções fechadas de documentos originados em arquivos privados, de empresas e indivíduos, além de seção de documentação audiovisual e de uma biblioteca com variado acervo de obras impressas.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - RJ

Sede: Rua do Riachuelo, nº 287 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. CEP 20230-011. Tel/fax: 232-7338

Endereço Eletrônico: <http://www.aperj.org.br>

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - RJ

Sede: Rua Amoroso Lima. Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ Cep. 20211-120

Horário de Funcionamento: 2ª. a 6ª., das 10:00h às 16:00h

Arquivo Arquidiocesano - RJ

Sede: Rua dos Arcos, 54. Lapa - Rio de Janeiro, RJ. Cep. 20230-060.

Endereço Eletrônico: <http://www.arquidiocese.org.br/fcult9.htm>

Arquivo do Estado de São Paulo - SP

Sede: Rua Voluntários da Pátria, 596 - Santana - São Paulo-SP.

Endereço Eletrônico: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

Arquivo Público do Estado - RS

Sede: Rua Riachuelo, nº 1031 - Centro - Porto Alegre - RS - Tel: 227-1698 - Endereço Eletrônico: <http://www.procergs.com.br/rgs/arqpubl.html>

Horário de Funcionamento: segunda a sexta 8:30h às 17:30h

Bibliotecas públicas são essenciais, não só para a leitura da produção acadêmica sobre os temas pesquisados (o que também pode ser feito nas bibliotecas universitárias), mas principalmente para o acesso a fontes primárias editadas - dos livros de época aos periódicos, passando por publicações oficiais e coletâneas ou fac-símiles de fontes - ou, muitas vezes, a algumas coleções de manuscritos que aí se encontram. Citamos exemplos, a começar pelo principal - a Biblioteca Nacional.

Biblioteca Nacional. - RJ

Sede: Av Rio Branco, nº 219, Centro. Rio de Janeiro, RJ. Para acessar seu banco de dados, o endereço eletrônico é: [telnet://ars.bn.br/](http://ars.bn.br/), digitando o login: fbncons e a senha: consulta

Maior biblioteca da América Latina, a Biblioteca Nacional tem a função de repositário legal de todas as obras editadas no país. Seu acervo está dividido entre livros para consulta (Seção de Obras Gerais); Obras de Referência; Periódicos; Iconografia e Obras Raras.

Biblioteca Municipal Mário de Andrade - SP

Sede: Rua da Consolação, nº 94 - Centro - São Paulo, SP.
350 mil volumes de livros e 10 mil títulos de periódicos, além de iconografia e obras raras, fazem da Mário de Andrade a mais importante Biblioteca Pública de São Paulo

Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BA

Endereço Eletrônico: <http://www.bahia.ba.gov.br/sct/dibip/BPEB.html>
Primeira Biblioteca Pública criada no Brasil, possui grande acervo de publicações editadas no Brasil e no exterior, obras raras e valiosas, iconografia e periódicos.

II- Periódicos e indexadores

Para conhecer o que de mais recente se está produzindo na área, bem como para divulgar seus trabalhos de pesquisa, os historiadores recorrem aos periódicos especializados. Como é impossível verificar um por um todos os números/volumes dos muitos periódicos que possam interessar a uma determinada pesquisa, o ideal seria contar com um instrumento generalizado em outras paragens mas completamente menosprezado por aqui: o indexador de periódicos. Sua função é listar e

resumir o conteúdo de cada número publicado de todos os periódicos de determinada área. O grande indexador nacional deveria ser o *Sumários Correntes*, do IBICT/CNPQ. No entanto, sua publicação nos últimos anos sofreu uma descontinuidade de difícil recuperação. Um esforço promissor é o do Centro Nacional de Referência Historiográfica da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem publicado com regularidade um *Repertório Semestral*, com boa parte da produção acadêmica (e jornalística) relacionada à área de História. Para ter acesso ao *Repertório*, e às outras publicações do CNRH, o endereço é: CNRH - Deptº de História - UFOP. Rua do Seminário s/n. Mariana, MG. CEP 35420-000.

Na área de Ciências Sociais, existe um indexador já estabelecido há muitos anos e de interesse dos historiadores é o *Índice das Ciências Sociais - Data Índice*, publicado pelo IUPERJ, do Rio de Janeiro.

Um levantamento mais preciso¹ identificou 68 periódicos de interesse para a área de História publicados no Brasil, sendo 26 estritamente de História. Para uma idéia preliminar sobre publicações de interesse para o historiador que estão sendo publicadas com regularidade, listamos a seguir, acrescentando sempre que possível o endereço:

Anos 90. Revista do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre.

Dados. Revista de Ciências Sociais. IUPERJ, Rio de Janeiro.

Estudos Afro-Asiáticos. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo.

Estudos de História. Revista do Curso de Pós-Graduação em História da UNESP. Franca-SP.

Estudos Históricos. Revista do CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. End. CPDOC/FGV. Praia de Botafogo, 190 - 12º andar. Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. Cep. 22253-900.

História Social. Revista dos estudantes da Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas-SP. End: Unicamp. A/C Revista História Social. Sec. Da Pós-Graduação do IFCH. Caixa Postal 6110. Campinas-SP Cep. 13081-970.

História. Revista dos Cursos de História da UNESP. Assis e Franca-SP. End.: UNESP-FRANCA. Departamento de História. Rua Major Claudiano, 1488. Centro - Franca. SP. Cep. 14400-690.

¹ Fico, Carlos e Polito, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto, Ed. UFOP, 1992/93 (2vols.), vol.1, p. 62.

Locus. Revista de História da UFJF. Juiz de Fora-MG. End. UFJF/ICHL-Núcleo de História Regional da UFJF. Campus Universitário da UFJF - Juiz de Fora, MG. Cep. 36036-330.

LPH - Revista de História do Laboratório de Pesquisas Históricas da UFOP. Mariana-MG

Lua Nova. Revista de Cultura e Política do CEDEC. São Paulo.

Lutas Sociais. Revista do NEILS da PUC-SP. São Paulo.

Novos Estudos. Revista do CEBRAP. São Paulo.

PHOÏNIX. Revista do Laboratório de História Antiga da UFRJ. Rio de Janeiro.

Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo

Revista Brasileira de Ciências Sociais. Revista da ANPOCS. São Paulo. End. ANPOCS. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, sala 116. São Paulo, SP. Cep. 05508-900.

Revista Brasileira de História. Revista da ANPUH. São Paulo. End.: ANPUH. Av. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. Caixa Postal 8105 - CEP 05508-900 - São Paulo SP.

Revista de História Regional. Revista do Departamento de História da UEPG. Ponta Grossa-PR

Revista de História. Revista do Departamento de História da USP. São Paulo.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Instituto de Estudos Brasileiros da USP. São Paulo

Revista USP. USP. São Paulo. End. Edifício da antiga Reitoria. Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, salas 252/254. São Paulo, SP. Cep. 05508-900.

Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Niterói. RJ. End.: Revista Tempo. Sec. Do Departamento de História da UFF. Campus do Gragoatá, Bloco O, sala 509, Gragoatá. Niterói, RJ. Cep. 24.210-350.

Varia Historia. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte-MG. Varia História -FAFICH/UFMG. Av. Antonio Carlos, 6627. Pampulha, Cidade Universitária, Caixa Postal 253. Belo Horizonte, MG. Cep. 31270-901.

III- Teses e dissertações

Como a maior parte das pesquisas atuais em História se realiza

nos espaços dos cursos de pós-graduação e levando em conta que uma parcela muito pequena das teses e dissertações defendidas é mais tarde editada, levantamentos em catálogos de teses e dissertações são essenciais. Uma primeira publicação com essas características, reunindo a produção de todos os programas de pós em História brasileiros, entre 1973 e 1985 foi Corrêa, Carlos Humberto. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História (1973-1985)*. Florianópolis, EdUFSC, 1987. Para os anos 1980, a publicação de Fico e Polito, já citada, traz também um levantamento completo. Através da ANPUH, os programas de pós publicaram, em 1996, os três volumes de *Produção historiográfica no Brasil - 1985/1994. Catálogo de cursos e programas de pós-graduação em História*. Os programas costumam editar seus próprios catálogos, como: Programa de Pós-Graduação em História da UFF. *Catálogo de teses e dissertações (1974-1995)*. Niterói, UFF, 1996.

IV- Guias, coletâneas, fac-símiles e transcrições de fontes

Da mesma forma que os guias de acervos, guias de fontes, temática ou regionalmente organizados seriam importantíssimos para as primeiras etapas dos trabalhos de pesquisa dos historiadores. No entanto, há muito poucos publicados entre nós. Apenas para citar uma exceção relevante, mencionamos o *Guia brasileiro de fontes para a História da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988.

Não existindo no Brasil a mesma tradição documentalista dos países europeus, são mais raras entre nós as publicações de transcrições de fontes. As exceções ficam por conta das revistas dos Institutos Históricos e Geográficos (o do Brasil e os estaduais) e pelos Anais de Bibliotecas ou Arquivos Públicos (como os *Anais da Biblioteca Nacional*).

Algumas instituições, como o CPDOC/FGV e a FCRB destacaram-se na publicação de levantamentos e coletâneas de fontes, no primeiro caso mais ligadas à História Política e no segundo principalmente de História da Literatura, em ambos os casos tomando por base os arquivos privados e coleções bibliográficas que tais instituições abrigam.

Mais esporádica ainda é a publicação de *fac-símiles* de documentos. Um exemplo de como iniciativas dessa natureza são

importantes foi dado pelo Centro de Memória Social que, em convênio com o ASMOB de Milão, editou as coleções de dois periódicos operários da 1ª. República, o jornal *A Voz do Trabalhador* (em co-edição com o Estado de São Paulo) e a revista *A Vida* (em co-edição com a editora Ícone).

V- Dicionários e obras de referência

Listamos a seguir alguns dos principais dicionários publicados em português que, em conjunto com outras obras de referência, costumam ser essenciais para as primeiras etapas da pesquisa em História e que podem ser extremamente úteis, por suas sínteses ou pelas referências cruzadas que estabelecem, também para a preparação de aulas.

AZEVEDO, Antonio C. do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Forense/FGV/CPDOC, 1984, 4 vols. (Uma edição revista e ampliada está sendo preparada).

BOBBIO, Norberto (e outros). *Dicionário de Política*. 4ª. ed. Brasília, EdUNB, 1992, 2 vols.

BOTTOMORE, Tom (e outros). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil,

HALE, Sir John (org.). *Dicionário do Renascimento italiano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

LE GOFF, Jacques (e outros). *A Nova História*. Lisboa, Almedina, 1990.

LOYON, Henry (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Figueirinhas, s.d.

VI- Bibliografias

Grandes bibliografias, em especial as organizadas tematicamente, são instrumentos utilíssimos para as tarefas de levantamento. Não é incomum produzi-las, porém é mais difícil conseguir editá-las em tiragens comerciais. Na área de Ciências Sociais, há um periódico especializado em discussões bibliográficas, o *BIB*, publicado pela ANPOCS. Em História, não há publicação semelhante, embora as seções de resenhas dos periódicos acadêmicos costumem publicar com alguma frequência balanços bibliográficos relevantes. Como exemplos de bibliografias de História do Brasil, citamos:

“Orientação Bibliográfica”. In FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 4. 2ª. ed., São Paulo, Difel, 1986.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In *Estudos Históricos*, nº 4. Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, Ana Lúcia & HIRST, Mônica (orgs.). *Bibliografia Histórica: 1930-1945*. Brasília, EdUNB, 1982.

SILVA, José Luiz F. Werneck da (e outros). *Os remanejamentos do poder na ordem burguesa: da crise do estado oligárquico à segunda redemocratização (1922-1984)*. 1ª versão preliminar. Rio de Janeiro, Ed. dos autores, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5ª. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

VII- Páginas web

Impossível deixar de reconhecer a importância da Internet e as amplas possibilidades de trabalho que a rede abre. Um exemplo são os levantamentos (e em alguns casos pedidos de cópias) que podem ser realizados em bibliotecas não só no país, como no mundo todo. Listamos a seguir alguns endereços de *sites* de bibliotecas (públicas e universitárias), entre outras “páginas” que, por seu conteúdo ou pelos *links* que apresentam, podem ser interessantes para o trabalho do Historiador.

African History - <http://www.africanhistory.com/>
Associação Nacional de História - <http://www.anpuh.com.br>
Biblioteca Britânica / Inglaterra - <http://minos.bl.uk/index.html>
Biblioteca da FAFICH/UFG - <http://www.fafich.ufmg.br/bib/>
Biblioteca da UFC - <http://elis.npd.ufc.br/bt.htm>
Biblioteca da UFRGS - <http://www.biblioteca.ufrgs.br/>
Biblioteca da UNB - <http://www.unb.br/bce/>
Biblioteca do Congresso / EUA - <http://www.loc.gov/>
Biblioteca do IFCS/UFRJ - <http://www.ifcs.ufrj.br/>
Biblioteca Nacional / Espanha - <http://www.bne.es/>
Biblioteca Nacional / França - <http://www.buf.fr/>
Biblioteca Nacional / Portugal - <http://www.ibl.pt/>
Bibliotecas da UNICAMP - <http://www.unicamp.br/bc>
Centro Virtual de Estudos Históricos - <http://www.ceveh.com.br>
Egiptology Resources - <http://www.newton.cam.ac.uk/egypt/>
Espaces Marx - <http://www.internatif.org/EspMarx>
Fórum Brecht - <http://www.people-link.com/brecht>
História Antiga e Arqueologia - Mil sites - <http://www.fematec.com.br/zierocha/APRES.HTM>
História do Brasil - textos e endereços importantes - <http://www.geocities.com/Athens/Forum/4185/inicio.htm>
Historical Maps Web Sites - <http://www.lib.utexas.edu/libs/pcl/map.collection/map-sites/hist-sites.html>
LeftLink (The Marx-Engels Internet Archive) - <http://www.marx.org>
Os movimentos sociais, itinerário de pesquisa - <http://www.mygale.org/09/mvtsoc/>
Serviço de Informação Bibliográfica(UFPB)-<http://www.dsc.ufpb.br/~ceni/seibib/seibib.htm>
Sistema de Bibliotecas da USP - <http://www.usp.br/sibi/sibi.html>
Virtual Bookstore - <http://www.elogica.com.br/virtualstore>